

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013-2017** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM OITO DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS** -----

----- **ATA NÚMERO CENTO E VINTE E TRÊS** -----

----- Aos oito dias do mês de novembro de dois mil e dezasseis, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pela Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Rosa Maria Carvalho da Silva, respetivamente Primeira Secretária e Segunda Secretária, ambas em exercício. -----

----- (O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia, foi substituído nessas funções pela Senhora Deputada Municipal Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e a Senhora Deputada Municipal Margarida Maria Moura Alves da Silva Almeida Saavedra, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia, foi substituída nessas funções pela Senhora Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva) -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Luisa Flores de Moura e Regedor, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Maria Moura Alves S. A. Saavedra, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Nuno

Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Nuno Ferreira Pintão, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira, Vasco Miguel Ferreira dos Santos, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, José Vitor dos Reis, Romão da Conceição Bатуca Lavadinho, Susana Maria da Costa Guimarães, Rosa Lourenço, Igor Boal Roçadas, Ana Paula da Silva Viseu, Sara Diana de Campos Leiria Goulart de Medeiros, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Fernando Oliveira Gonçalves, Sandro Daniel Gonçalves dos Santos Araújo, Patricia Sofia Meireles Aires Sampaio Lourenço, Luis Alberto Lucas Lopes, João Diogo Santos Moura, Gabriel Maria Baptista Fernandes, Patrícia de Oliveira Caetano Barata, Nelson Pinto Antunes e Paulo Manuel Bernardes Moreira. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, Carlos José Pereira da Silva Santos. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Rosa Lourenço. --

----- Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Patrícia Sofia Meireles Aires Sampaio Lourenço.-----

----- Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Ana Paula Viseu.-----

----- Sandra da Graça Lourenço Paulo (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Susana Guimarães.-----

----- Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Igor Roçadas.-----

----- Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Paulo Manuel Bernardes Moreira.-----

----- Carlos de Apoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Nelson Pinto Antunes.-----

----- Joaquim Maria Fernandes Marques (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Patricia de Oliveira Caetano Barata.-----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputado Municipal Romão da Conceição Bатуca Lavadinho.-----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Vitor Reis.-----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Sara Goulart Medeiros.-----

----- Isabel Cristina Rua Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz.-----

----- Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia (CDS-PP), pelo período compreendido entre os dias 7 e 30 de Novembro de 2016, substituído pelo Deputado Municipal João Diogo Santos Moura.-----

----- Maria Luisa de Aguiar Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes.-----

----- José Manuel Rodrigues Moreno (PNPN), pelo período compreendido entre os dias 2 e 14 de Novembro de 2016, substituído pelo Deputado Municipal Luis Alberto Lucas Lopes.-----

----- Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Fernando Oliveira Gonçalves.-----

----- José Alberto Franco (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Sandro Araújo.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente da CML e pelos Senhores Vereadores: Duarte Cordeiro, João Paulo Saraiva, Catarina Albergaria, Jorge Máximo, Manuel Salgado, Catarina Vaz Pinto, João Afonso e José Sá Fernandes.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Carlos Moura, João Gonçalves Pereira, António Prôa e Alexandra Duarte.-----

----- Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Público, Senhores Jornalistas, Senhores Dirigentes e Assessores, eu pedia para tomarem os vossos lugares, já estamos um bocadinho atrasados.-----

----- Já temos quórum, portanto, já estamos em condições de começar os nossos Trabalhos.-----

----- Vamos explicar um bocadinho como é que se vai passar a Sessão, estou à espera que chegue a Senhora que vai substituir a Deputada Margarida Saavedra aqui na Mesa, a Senhora Deputada Rosa Maria Carvalho da Silva, já aí para completarmos a Mesa, explicar-vos um pouco como é que se vai passar a Sessão: nós temos logo no princípio da Ordem dos Trabalhos e antes de qualquer outra coisa, uma substituição. Uma substituição por renúncia, há uma colega nossa que renunciou ao cargo e portanto, vamos ter que promover a substituição para garantir o quórum.-----

----- Depois hoje é uma Sessão Extraordinária, temos o Período de Intervenção do Público, com 5 inscrições, e em princípio, não teríamos votos, porque é uma Sessão Extraordinária e não tem PAOD, no entanto, Senhores Deputados eu pedia o vosso silêncio. Senhores Deputados estão em pé a falarem uns com os outros, é uma falta de respeito com a Mesa, pedia que assumissem os vossos lugares.-----

----- Estava a informar os Senhores Deputados que apesar da sessão não ter PAOD nós temos um conjunto grande, infelizmente, de Votos de Pesar de pessoas que

faleceram desde a nossa última reunião e vamos naturalmente como sempre fazemos dar prioridade a esses Votos de Pesar, são 6 Votos de Pesar que temos, entrou ainda um voto ou dois Votos de Saudação, que eu não agendei uma vez que o Voto de saudação pode ficar para a semana, entrando na sua respetiva ordem e, portanto, no princípio da Reunião é isso que faremos. -----

----- Depois temos as perguntas à Câmara, tenho também de dar explicação que houve por falha do meu Gabinete, uma das perguntas do PAN não ficou referenciada na listagem que foi enviada à Câmara e que foi posta no *site*, isso já foi corrigido e pedir desculpa ao PAN por esse lapso. -----

----- Temos depois um conjunto de Propostas para apreciar, uma é um protocolo de colaboração com a Junta de Freguesia do Areeiro com o parecer pronto há algum tempo, as outras são 7 propostas de repartição de encargos em princípio relativamente mais simples. -----

----- Sei que o Senhor Deputado Sobreda Antunes, que está aqui na Mesa me está a assinalar que algumas delas não têm o documento de cabimentação e nós em relação a essas, terá que ser uma votação condicionada ao envio do documento de cabimentação, portanto à verificação, está tudo conforme, é isso que teremos no nosso trabalho. -----

----- De hoje a 8 dias teremos novamente Reunião com a Ordem de Trabalhos extensa, temos uma série de propostas para analisar, mas cá estaremos de hoje a 8 dias para o efeito. -----

----- Sendo assim e para começar a primeira coisa que tenho a dizer-vos então é a renúncia da Senhora Deputada Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, do Partido Socialista, por incompatibilidade com funções que passou a exercer, portanto, apenas é uma comunicação, a renúncia é um direito que lhe assiste, não tem que ser aprovado e a Assembleia Municipal convocou para a substituir a pessoa seguinte na lista, que é a Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Flores Moita Regedor, dos independentes. -----

----- Portanto, já foi feita a verificação de identidade e legitimidade e, portanto, esta formalidade está cumprida, a Maria Begonha, a quem desejamos as maiores deixo de estar connosco, embora esteja a fazer coisas importantes noutros sítios, e vem a Ana Regedor dar o seu contributo. Não há objeções certamente, isto é um Direito Regimental.”-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“ Posto isto, vamos dar a palavra ao público, temos 5 pessoas inscritas, vamos começar com o Senhor Rui Martins, o Senhor Martins pode subir, são três minutos, eu sei que é curto mas aqui temos que falar rápido, se chegar ao fim do tempo eu faço-lhe um sinalzinho e se quiser deixar algum documento também pode deixar. Se faz favor.” -----

----- **O Senhor Rui Martins**, morador na Avenida de Roma, 13-4º. Esq. 1000 – 269 Lisboa, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa-tarde. Trago aqui quatro perguntas para estes três minutos. -----

----- Primeira pergunta: porque é que os períodos de intervenção do público são a esta hora em dias de semana, porque é que não ocorrem depois das 18 horas ou porque é que não ocorrem também num segundo período? Eu sei que isso faz parte do Regimento da Assembleia Municipal mas isto pode ser alterado de forma a incorporar mais ou melhor a participação dos cidadãos. -----

----- Segunda: em que ponto está a apreciação pela Assembleia Municipal do Regulamento Municipal do Arvoredos. A pergunta que faço enquanto cidadão preocupado. Não acham os eleitos que presentes e, nomeadamente os Presidentes de Junta, não sei se está alguma são neste momento, que este Regulamento é necessário e urgente para a cidade? Especialmente neste contexto de multiplicação de obras na capital? -----

----- Pergunta três: solicito esclarecimentos sobre se é verdadeira ou não a notícia de abertura de uma ciclovia na Avenida de Roma e também na Avenida de Paris, segundo consta, e caso seja verdadeira, ou verdadeiras, onde poderei tomar conhecimento do traçado da mesma, das suas implicações nos passeios e eventualmente no abate de árvores que já não são muito comuns nesta Avenida estruturante de Lisboa. -----

----- Última questão: acho que ainda estou no limite. As obras no Bairro do Arco do Cego e imediatamente a redução de lugares de estacionamento tiveram a participação e aval da Junta de Freguesia local? Houve moradores que me disseram que sim, outras pessoas dizem-me que não, gostaria de saber se houve aqui uma integração com a autarquia local do Areeiro e sobretudo gostaria de saber se a redução de lugares de estacionamento que existiu será ou foi compensada ou será corrigida mais tarde de alguma forma. -----

----- É tudo. Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada e pelo seu poder de síntese em particular. -----

----- Relativamente às várias questões que colocou a umas eu posso responder e a outras tenho que perguntar à Câmara -----

----- À primeira questão, porque é que não mudamos o horário de intervenção do Público para as 6 horas da tarde, de facto esse problema não tinha sido suscitado, pelo menos neste Mandato é a primeira vez que me estão a colocar essa questão. Vou levar isso aos diferentes Partidos Políticos, pela nossa parte não há qualquer inconveniente, é uma questão de ver se é compatível depois com a organização dos trabalhos, pela nossa parte não vemos inconveniente nenhum nisso, desde que seja compatível e que toda a gente esteja de acordo. -----

----- A segunda questão que levantou, o Regulamento do Arvoredos, o Regulamento já esteve aqui em junho, voltou para trás, porque se encontrou uma incompatibilidade entre ... o problema principal é que há competências da Câmara e das Juntas, das duas entidades ao mesmo tempo relativamente ao Arvoredos. Para regular as competências da Câmara a Assembleia Municipal é competente, para regular as competências da

Junta a Assembleia Municipal não é competente, competente são as Assembleias de Freguesias.

----- Resultado, arranjou-se e arranjou-se aqui em imbróglio jurídico que nós vamos ter que resolver porque não temos poder para regulamentar em matérias que são competências das Juntas e era esta separação que não estava clarificada no Regulamento e que nós temos que fazer.-----

----- Eu sei que há espaços que estão estruturantes, que estão definidos para um lado e para o outro, mas não temos competência legal, seria ilegal nós fazermos um Regulamento obrigando as Juntas quando as Juntas não são controladas pela Assembleia Municipal, são controladas pela Assembleia de Freguesia, portanto, é esta a complicação que existe, não é uma complicação quanto ao tema não quanto à forma, quanto à forma de fazer o Regulamento.-----

-----Depois a questão que colocou da Avenida de Paris e do Arco Cego, naturalmente dos espaços públicos da mobilidade vão-me, o Senhor Vereador Manuel Salgado, penso que houve efetivamente audição da Junta, mas só vendo o processo e, portanto, isso tem que perguntar formalmente e receberá por escrito, logo que eu tenha a resposta receberá por escrito a nossa resposta.-----

----- Resta-me agradecer a sua intervenção e os alertas que aqui trouxe. Muito obrigada.

----- O Senhor Rogério Oliveira vem-nos colocar uma questão relacionada com o estacionamento na Rua Joaquim Casimiro.”-----

----- **O Senhor Rogério Oliveira**, morador na Rua Joaquim Casimiro, 14-2º. Dt.º 1200-697 Lisboa, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

-----“Boa-tarde Senhora Presidente e todos os presentes.-----

----- *Eu vou-me limitar a ler uma carta que foi enviada em 17 de dezembro de 2009 ao então Presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres e a qual infelizmente, até hoje se mantém atual: “Rogério Martins Amaro de Oliveira, morador na Rua de Joaquim Casimiro 14-2º direito 1200-697 Lisboa, portador do bilhete de identidade 1216559, emitido pelo Arquivo de Lisboa para junto de Vossa Excelência expor seguinte: como é do seu conhecimento têm vindo a ser agravados nos últimos anos, os problemas de estacionamento na zona circundante à Avenida Infante Santo, neste caso na rua Joaquim Casimiro, tal facto, deve-se em nossa opinião, o facto de a EMEL ter decidido sem qualquer critério inteligível pôr estacionamento pago na Avenida Infante Santo.*-----

----- *É óbvio que quem vem para Lisboa diariamente, 400 mil carros, segundo os números disponíveis tenta fugir ao pagamento estacionamento invadindo massivamente as ruas próximas, a Rua Joaquim Casimiro, por exemplo, onde o estacionamento é gratuito esta situação prejudica, obviamente os moradores da Rua Joaquim Casimiro e outras zonas extraordinariamente difícil o estacionamento a qualquer hora do dia especialmente entre as 10 e as 20 horas.*-----

----- *Esta situação criada pela EMEL levanamente prefigura uma discriminação negativa relativa aos moradores da Rua Joaquim Casimiro e circundantes em relação a outros cidadãos não residentes. Ainda no dia 10 próximo, passado, isto*

novembro de 2009, tive necessidade de me deslocar a Miraflores para levantar um exame médico e fui naturalmente obrigado ao pagamento de estacionamento e isto pelo espaço de apenas 30 minutos. Com que direito? Acha justiça, um morador de Miraflores, por exemplo, vem para Lisboa trabalhar e para quem é um dia inteiro nesta zona sem pagar qualquer tarifa, qualquer que seja a posição quer das Juntas de Freguesia quer de Autarquias sobre o pagamento pela utilização do espaço público. É óbvio que a situação leviana e sem qualquer análise inteligente e repito leviana e sem qualquer análise inteligente dos efeitos colaterais do estabelecimento de zonas de estacionamento pagas discrimina negativamente os direitos de um cidadão relativamente a outro, o que em a nossa opinião é anticonstitucional.-----

----- Assim e antes de me ver obrigado a recorrer a outras instâncias, solicito a vossa Excelência os seus bons ofícios, no sentido de ser minimizada a situação relatada e que passa a meu ver pelo estacionamento pago nas ruas adjacentes à Avenida Infante Santo, isto não teve qualquer efeito durante estes anos todos, em princípios de 2014 contatei o novo Presidente da Junta da Estrela... -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhor Rogério, só para informá-lo que que já terminou o seu tempo, conclua naturalmente, mas já terminou o seu tempo.” -----

----- **O Senhor Rogério Oliveira**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“É já. Contatei o Senhor Presidente da Junta da Estrela atual que tem envidar esforços no sentido de resolver a situação, mas infelizmente ainda não conseguiu.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“A Mesa ouviu aqui um aparte do Senhor Presidente da Junta da Estrela a dizer que já conseguiu, mas isso agora de qualquer maneira, como se sabe os Senhores Deputados não podem responder diretamente ao público, tem que ser a Mesa, portanto, o que faremos é que vamos retirar da gravação a sua intervenção e enviamos à Câmara para a Câmara nos dar uma explicação formal sobre esta situação para lhe podermos responder formalmente. Muito obrigada. -----

----- O Senhor Emanuel Nobre de Sousa que nos vem fazer um alerta sobre os Corredores Verdes de Lisboa. Ele já esteve cá nos Debates Temáticos sobre o Parque de Monsanto e sobre a Economia na Cidade e o Trabalho. Penso que traz material para apresentar, portanto, foi autorizado, naturalmente, não há qualquer problema nisso.

----- Penso que é um exemplar que não está em boas condições de saúde, mas já vamos ver o que é que o Senhor Emanuel Nobre de Sousa tem para nos dizer.” -----

----- **O Senhor Emanuel Nobre de Sousa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde e saudações a todos os presentes. -----

----- O que vos aqui apresento é uma amostra do que se passou no Corredor Verde Oriental em que árvores morreram, como esta que podem ver, está a seca, foi deixada

no verão sob o calor do sol e nem sequer foi plantada e como ela muitas outras que não consegui trazer porque são pesadas! Morreram muito antes de serem plantadas! ---
----- Estes números entram para a contagem aqui do Senhor Vereador Sá Fernandes mas não correspondem à realidade, parece que já tem uma capacidade de perceber a real dimensão.-----

----- Eu estive anteriormente aqui presente a falar e alertei para o estado em que se encontravam os Corredores Verdes e a solução encontrada pela Câmara Municipal foi roçar os locais, ou seja, os locais onde existiam árvores que sobreviveram, que não tinham proteção anti-roedores e que sobreviveram sem rega ao verão, também foram roçadas.-----

----- Isto é uma falta de caráter, isto é um desperdício de fundos tremendo e foi uma calamidade o que se passou! E escusam de tentar varrer para debaixo do tapete, porque eu disse que fiz um levantamento, não é só o documentado, é fotográfico, eu tirei uma foto a cada árvore que morreu nesta cidade fruto das plantações em cima da hora, muito rápidas, sem qualquer planeamento e consciência.-----

----- Também tenho para dizer que a verdade é como o azeite em água, vem sempre ao de cima.-----

---- A pergunta que eu vos tenho para fazer é se precisam de ajuda? Peçam-na. Obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Emanuel Nobre de Sousa, só nos resta agradecer a sua profunda atenção e alerta para estas questões e a sua sensibilidade e, também, a sua disponibilidade para ajudar, não sei exatamente sobre que forma é que o poderia fazer.-----

----- Mas o chamar a atenção para o problema já é uma ajuda importante para que esta Assembleia também alerte a Câmara para o que é necessário fazer.-----

----- E devo dizer que, certamente os Senhores Deputados como a Mesa também, ficámos sensibilizados com o caso que aqui trouxe.-----

----- Muito obrigado.-----

----- Vamos prosseguir.-----

----- O Senhor Paulo Murteira vem nos falar de estacionamento em Alvalade.”-----

----- **O Senhor Paulo Murteira**, morador na Avenida de Roma – 76- 5º. Fte. Lisboa, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhores Vereadores.-----

----- Peço desculpa, mas é a primeira vez que intervenho nesta situação, estou um bocado fora do contexto.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, retorquiu:-----

----- “Não se preocupe, esteja à vontade.”-----

----- **O Senhor Paulo Murteira**, prosseguiu a seguinte intervenção:-----

----- “O que se passa é que o estacionamento em alvalade durante as horas normais de funcionamento, das 9 horas às 19 horas, é regido por várias regras e existe regularmente e bem regulado.-----

----- Após as 19 horas é o caos. É o caos completo.-----

----- *Eu fiz várias sugestões através do site da Câmara Municipal de Lisboa, na minha rua, as quais são rapidamente recusadas ou enviadas para outros organismos, mas é secundário. E então resolvi fazer um blog que se chama 'Estacionamento em Alvalade', tudo junto, 'estacionamentoemalvalade.blogspot.com', onde eu diariamente tenho incluído algumas fotografias tiradas para chamar a atenção de alguém que tente resolver a situação.* -----

----- *A situação, eu compreendo, todos nós compreendemos que a vossa situação é bastante dramática, há muita gente a viver em Lisboa com muitos carros. O facto é que esses carros e as pessoas pagam impostos, têm direito a ter os carros ou então paramos com essa situação. E se têm direito a ter lugar para os carros, há que os criar.* -----

----- *A minha pergunta é, o que é que vai ser, o que é que está a pensar-se ser feito na região de Alvalade aqui na Junta de Freguesia?* -----

----- *Porque há muitas, há muitas hipóteses simpáticas de resolver a situação. É certo que elas poderão implicar alguns constrangimentos, mas, pronto, que todas as situações as provocam.* -----

----- *Mas, pronto, era só isso que eu queria chamar a atenção.* -----

----- *O meu blog tem várias fotografias tiradas todos os dias e outros dias nem lá as meto mas, pronto, é apenas para constar.* -----

----- *Muito obrigado."* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- *"Muito obrigado nós, mais um cidadão vigilante e ativo.* -----

----- *E estas informações são extremamente importantes, porque se é feito todos os dias, é na hora.* -----

----- *Portanto, eu tomei devida nota da referência do blog, 'estacionamentoemalvalade.blogspot.com', foi isso que disse, creio eu, é o que está.* -----

----- *O que se passa é o seguinte. Não lhe posso responder já de imediato, porque vou mandar para a Câmara, para a Câmara me dar os elementos todos, não sei de cor. Tenho apenas de memória que o Senhor Presidente da Câmara anunciou aqui recentemente, que vão lançar 7 mil novos lugares de estacionamento em Lisboa, aproveitando espaços vazios e espaços expectantes e terrenos que estão à espera de autorizações e outras coisas semelhantes.* -----

----- *Não sei se exatamente cobrem a Freguesia de Alvalade ou não, mas vou verificar para lhe poder informar.* -----

----- *E sugestões que os Municípios possam trazer, poderão sempre apresentá-las na junta ou apresentá-las à Câmara ou através da Assembleia Municipal que nós também as fazemos chegar.* -----

----- *Muito obrigado Senhor Paulo.* -----

----- *E vamos passar à Senhora Carla Ferreira, que é a última inscrita, uma questão de habitação."* -----

----- **A Senhora Carla Ferreira**, moradora na Rua José Inácio de Andrade, 4 - °. C 1900-418 Lisboa, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Olá, boa tarde. -----
----- *Eu venho falar sobre habitação e tenho 35 anos, sou a Carla, estou a viver na Quinta do Lavrado num fogo municipal. -----*
----- *É o seguinte, há 2 anos eu comecei a tomar conta de dois idosos. Um deles faleceu em Dezembro do ano passado, ficando eu a tomar conta do outro que é invisual. Depois, o Senhor José teve episódios graves, a família ficou preocupada e decidiu pelo internamento do Senhor José. -----*
----- *Deparo-me, entretanto, com a minha separação. -----*
----- *Eu trabalho, sou monitora com crianças dos 4 aos 9 anos e embora tenha um ordenado irregular, eu recebo a recibos verdes, conclusão, as horas que faço é as horas que recebo. -----*
----- *Tentei alugar casa, procurei em toda a Lisboa, em toda a Lisboa, pediram-me renda ou rendas que eu não consigo pagar. Eu tenho dois filhos, ou melhor, eu tenho uma filha de 8 anos e tenho um irmão de 12 que tenho desde os 11 meses ao meu encargo. -----*
----- *O que acontece é que a Gebalis, eu vivo lá sozinha, há um ano, eu pago renda, água, luz e gás, tudo em nome do Senhor José, esse que se encontra invisual, num lar da Santa Casa Misericórdia. A Gebalis ficou a saber, não porque tivesse rendas em atraso, porque está tudo liquidado, está tudo pago, ficou a saber da minha estadia na casa. E o que acontece é, não há uma resolução imediata e eu sou posta na rua com os meus dois filhos. É isto que é dito, não há uma resposta imediata que a gente. -----*
----- *O que é que eu faço? -----*
----- *Deixo de trabalhar para ter direito a alguma coisa?-----*
----- *Não temos uma resposta imediata. -----*
----- *Eu tenho 35 anos e nunca pedi nada a ninguém. E é de lastimar que tenha que estar aqui hoje a pedir, porque não tenho. O que é que eu faço? Monto uma tenda e vou viver com os meus dois filhos?-----*
----- *E conforme sou eu hoje, garanto que há não sei quantos jovens como eu, a passarem por esta situação e que depois arrombam casas, vão lá para dentro sem pagar nada, sem autorização, porque não lhes é dada solução, não é dada solução. -----*
----- *Hoje em dia pedem-me rendas horrendas em Lisboa, fiador, que eu não tenho. E porquê? Porquê? Eu não consigo encontrar uma justificação, nem uma saída para isto, porque eu estou num perigo iminente de ser despejada da casa onde estou, com rendas até hoje pagas, liquidadas. Este mês está paga à Gebalis.”-----*
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
----- “Oh Senhora Carla vamos lá por partes. A sua situação é bastante aflitiva, isso todos nós reconhecemos. Agora, os nossos regulamentos não nos permitem que uma casa que está afeta a uma pessoa que vai para uma casa de saúde, seja transitada para a pessoa que lá está com ela a tomar conta. Isso não está previsto e não o podemos fazer. -----

----- Temos que encontrar outras soluções. A Senhora Carla provavelmente já se inscreveu para uma habitação municipal, não sei se já o fez ou não, mas se não o fez deve fazer e esperar também pela sua vez.-----

----- E, porque é que nós não lhe entregamos já que a casa a si sem passar por essas formalidades todas?-----

----- Por uma razão simples, temos mais de mil famílias que já se inscreveram para casas quando elas vagarem e que vão ficando para trás se nós passarmos a fazer isso que está a sugerir. Portanto, tem que haver outras soluções.-----

----- Tem razão quando diz que não há resposta imediata, porque não tem havido. Em todo o caso a Câmara de Lisboa dispõe de alguns mecanismos a que a Dona Carla pode recorrer.-----

----- Em primeiro lugar se tem 35 anos, julgo que ainda está no âmbito do ‘Porta 65 Jovem’. Não sei se já alguma vez concorreu ou não?”-----

----- **A Senhora Carla Ferreira**, retorquiu:-----

----- “Não.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, prosseguiu a intervenção:-----

----- “O programa ‘Porta 65 Jovem’ não é um programa municipal, é um programa nacional, mas permite a pessoas até a uma determinada idade, julgo que o limite, não sei se é 35 se é 39, é somado. Portanto, penso que a Senhora Carla tinha possibilidades de concorrer ao ‘Porta 65 Jovem’, porque aí teria um subsídio, para durante 2 anos, pagar uma renda qualquer de uma casa que encontrasse no mercado e o diferencial, conforme os seus rendimentos, seria pago pelo IRU.-----

----- Isto era uma coisa que podia fazer já, através da *internet*.-----

----- Também existe o Subsídio Municipal para o Arrendamento, da Câmara, não sei se está a decorrer agora. Está neste momento a decorrer um concurso, pode concorrer a esse subsídio municipal e se tiver nas condições que estão lá previstas é-lhe atribuído.-----

----- Com esse subsídio, já pode alugar nessas tais rendas horrendas que falou e que nós sabemos bem que são horrendas. Não somos donos das casas, não podemos fixar o valor das rendas, mas sabemos que eles são muito elevadas e, por isso, é que damos este subsídio de arrendamento.-----

----- Portanto, era os três conselhos que eu lhe dava.-----

----- Inscreva-se para uma habitação municipal, para ficar já inscrita porque isso depois demora tempo.”-----

----- **A Senhora Carla Ferreira**, retorquiu:-----

----- “Posso responder-lhe só uma coisa?”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, respondeu:-----

----- “Com certeza.”-----

----- **A Senhora Carla Ferreira**, referiu o seguinte:-----

----- “É assim, há muitas casas, há muita gente a pedir casa, de facto, é uma verdade, porque as listas estão expostas no site da Câmara Municipal.-----

----- *Mas também Doutora, vou-lhe dizer, um levantamento de um bairro, eu só fui ao Bairro do Lavrado que é de onde eu sou. Existem 451, e eu tenho a fotografia, as portas lacadas estão numeradas, e existem 451 portas lacadas.*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, respondeu: -----

----- “E eu vou-lhe dizer porquê. -----

----- O bairro do Lavrado precisa de uma intervenção de obras importantes e, quando a casa vaga, é lacrada porque depois há uma empreitada para essas casas todas em condições para as poder atribuir a seguir. -----

----- Nós não atribuímos as casas quando elas estão estragadas, com coisas rebentadas, vandalizadas, não entregamos as casas assim.-----

----- E no Bairro do Lavrado, conhece-o, mora lá, sabe que nem toda a gente estima as casas onde mora e que temos muitas situações dessas. Portanto, quando vê uma casa com a porta lacrada, é porque vai entrar a empreitada da Câmara para se fazer obra, para depois ficar em boas condições para ser atribuída. -----

----- São 20 milhões de euros que a Câmara está a gastar este ano em arranjar casas da Gebalis, é muito dinheiro que nunca houve nos anos anteriores e, portanto, é um procedimento novo.” -----

----- **A Senhora Carla Ferreira**, referiu o seguinte: -----

----- “*Mas não há uma resposta imediata.*” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, respondeu: -----

----- “Eu sei, mas é o que eu lhe estou a dizer. -----

----- Se se candidatar ao subsídio de arrendamento, quer ao subsídio municipal, quer ao ‘Porta 65 Jovem’, terá uma resposta. Tem que esperar o tempo de procedimento. -----

----- Eu peço desculpa, eu não posso estar a responder aos Senhores Deputados, enquanto estou a tentar responder...É só até aos 30 anos. Não foi alterado? Era isso que eu estava a perguntar, porque eu julgo que era mais. Então peço...obrigado pela correção.-----

----- Mas, candidate-se ao Subsídio Municipal de arrendamento, está neste momento o concurso a decorrer. Faça isso, pela sua saúde e pela dos seus filhos, porque isso é útil para si. -----

----- E, vamos ver entretanto, fez aqui a sua exposição, eu vou mandar uma carta à Câmara para pedir explicações sobre o seu caso em concreto. Mas, entretanto, faça isso, porque fará uma coisa que é boa para si. E vamos esperar que alguma destas soluções acabe por se resolver. Tem que ser. -----

----- Vamos prosseguir. Senhores Deputados, terminámos as Intervenções do Público e vamos prosseguir com outras matérias.-----

----- A propósito dizer-vos que estas questões relacionadas com Habitação também têm a ver com as políticas nacionais, como sabem, e serão certamente alvo de discussão neste momento na Assembleia da República no Quadro do Orçamento-Geral do Estado vai haver um reforço para a Porta 65 Jovem e outras soluções que queremos que entrem em vigor o mais depressa possível, mas isso é de outra instância e já não é aqui só do Município. -----

----- Senhores Deputados, terminámos a Intervenção do Público e vamos então entrar na Ordem do Dia.”-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Estão à vossa consideração três Atas, a Ata 116, 118 e 121. A Ata 116 foi erradamente posta foi dada como de 26 de junho quando é julho, dia 26 de julho 2016, mês sete.” -----

----- **PONTO 1 – APROVAÇÃO DAS ATAS N.º 116, DE 26 DE JULHO DE 2016, N.º 118, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016 E N.º 121, DE 19 DE OUTUBRO 2016;**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Pergunto se alguém quer intervir sobre alguma das Atas? Não querendo, temos que fazer três votações diferentes uma vez que os Senhores Deputados que não participaram nalguma destas Reuniões não podem votar e, portanto, vamos fazer três votações separadas.-----

----- Vou pôr à votação **a Ata 116/2016**. Não há votos contra e nem abstenções. A Ata 116/2016 foi **aprovada por unanimidade**, não participando na votação os Senhores Deputados que não estiveram presentes na reunião.-----

----- Vou pôr à votação **a Ata 118/2016**. Não há votos contra e nem abstenções. A Ata 118/2016 foi **aprovada por unanimidade**, não participando na votação os Senhores Deputados que não estiveram presentes na reunião.-----

----- Vou pôr à votação **a Ata 121/2016**. Não há votos contra e nem abstenções. A Ata 121/2016 foi **aprovada por unanimidade**, não participando na votação os Senhores Deputados que não estiveram presentes na reunião.-----

----De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação das Atas 116, 118 e 121, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes nas reuniões a que as mesmas respeitam. -----

----- Ata n.º 116, Sessão Extraordinária, realizada em 26 de julho de 2016, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: André Couto (PS), Hugo Lobo (PS), Inês Drummond (PS), José Roque Alexandre (PS), Miguel Cardoso Teixeira (PS), Nuno Pintão (PS), Patricia Sampaio Lourenço (PS), Daniel da Silva (PSD), Margarida Saavedra (PSD), Tiago Teixeira (PSD), Victor Gonçalves (PSD), Paulo Moreira (PSD), António Modesto Navarro (PCP), Romão Lavadinho (PCP), José Casimiro (BE), Gabriel Fernandes (CDS-PP), Luis Lucas Lopes (PNPN), Ana Regedor (IND), Fernando Gonçalves (IND) e Sandro Araújo (IND). -----

----- Ata n.º 118, Quarta Sessão Ordinária – Primeira Reunião, realizada em 27 de setembro de 2016, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Nuno Pintão (PS), Patricia Lourenço (PS), João Robalo Pinheiro (PS), João Valente Pires (PS), Simonetta Luz Afonso (PS), Victor Gonçalves (PSD), Paulo

Moreira (PSD), Romão Lavadinho (PCP), José Vítor Reis (PCP), Tiago Ivo Cruz (BE), Luis Lucas Lopes (PNPN), Sandro Araújo (IND) e Floresbela Pinto (IND). -----
----- Ata n.º 121, Sessão Extraordinária – Debate Temático subordinado ao tema “A Economia na Cidade e o Trabalho”, realizada em 19 de outubro de 2016, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: João Robalo Pinheiro (PS), Miguel Coelho (PS), Davide Amado (PS), Maria Irene Lopes (PS), Rute Lopes (PS), Susana Guimarães (PS), Daniel da Silva (PSD), Rodrigo Gonçalves (PSD), Sérgio Azevedo (PSD) Patricia de Oliveira Barata (PSD), António Modesto Navarro (PCP), Romão Lavadinho (PCP), José Vítor Reis (PCP), Fábio Sousa (PCP), José Casimiro (BE), Gabriel Fernandes (CDS-PP), Luis Lucas Lopes (PNPN), Ana Regedor (IND), Fernando Gonçalves (IND), Sandro Araújo (IND) e Floresbela Pinto (IND).-----

----- **VOTOS DE PESAR** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos entrar agora nos votos e eu ia propor, como temos 6 Votos de Pesar e somos três pessoas na Mesa, que cada uma das pessoas da Mesa lesse 2 Votos. -----

-----Vamos ler os Votos de Pesar todos e ao final de cada leitura vamos fazer uma votação e no final de todas as votações faremos um minuto de silêncio pelo conjunto das personalidades e figuras que estamos aqui a evocar. -----

----- Ia começar por pedir à Senhora Deputada Patrocínia César se não se importa em ler então o primeiro Voto de Pesar. -----

----- **Voto de Pesar nº. 1/123 (PNPN) – “Voto de Pesar pelo falecimento de José Octávio Pires Fernandes.”**-----

----- **A Senhora Primeira-Secretária em Exercício Dr.ª Patrocínia César**, no uso da palavra fez a leitura do Voto de Pesar nº. 1/123: -----

----- “ *Faleceu no passado dia 27 de outubro, com 69 anos de idade, Jaime Fernandes, nascido a 23 de Junho de 1947. A inesperada notícia do falecimento deste gestor e conceituado profissional do mundo audiovisual deixa-nos a todos consternados e é também o desaparecimento de um grande amigo da freguesia do Parque das Nações.* -----

----- *Com uma vasta carreira na rádio e na televisão pública, onde era Provedor do telespectador, Jaime Fernandes foi locutor, gestor e diretor, tendo sido também o criador da Antena 3. Entre outros projetos, a ele se deve a colaboração ativa da empresa gestora do MEO Arena na implementação de um novo parque infantil que esta semana mesmo começou a ser construído na nossa freguesia.*-----

----- *O Grupo de Cidadãos - Parque das Nações Por Nós (PNPN) propõe à Assembleia Municipal de Lisboa, reunida no dia 8 de novembro de 2016, que delibere guardar um minuto de silêncio em sua memória e enviar à sua família as mais sentidas condolências.”*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“ Senhores Deputados, vamos então pôr à consideração este **Voto de Pesar nº. 1/123** que foi apresentado pelo Grupo de Cidadãos Eleitores do Parque das Nações, por nós, vamos para a vossa consideração e vamos pôr à votação. Não há votos contra e nem abstenções. Aprovado **por unanimidade**. -----

----- **Voto de Pesar nº. 2/123 (CDS-PP) – “Voto de Pesar pelo falecimento de António Baptista Fernandes.”** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, fez a leitura do Voto de Pesar nº. 2/123: -----

----- “ *António Maria Baptista Fernandes, nascido no Funchal, ilha da Madeira, em 20 de Março de 1918, faleceu no passado dia 17 de Outubro de 2016, aos 98 anos de idade, em Oeiras.* -----

----- *Licenciado pela Faculdade de Medicina de Lisboa em 1941, Baptista Fernandes seria, logo em 1942 – depois de ter tido já a oportunidade de trabalhar na área da Medicina Interna com Pulido Valente e outros médicos de renome –, mobilizado como Oficial Médico para o Comando de Defesa Antiaérea, na Horta, Açores, permanecendo nas Ilhas até 1945. Entre 1944 e 1945, no Funchal, realizou Cirurgia Vasculuar com a equipa de Cid dos Santos.* -----

----- *Regressado a Lisboa, trabalhou, a partir de 1946, como interno de Cirurgia nos então designados Hospitais Civis de Lisboa, passando um ano no Curry Cabral em Infecto-Contagiosas, Bacteriologia e Hematologia, para, no ano seguinte, operar na equipa de Mário Conde, nos Capuchos, executando Cirurgia Digestiva Alargada, associada a doença oncológica.* -----

----- *Entre os anos de 1948 e 1949, Baptista Fernandes estagia em Inglaterra na área de Cirurgia Plástica, com McIndoe e outros especialistas internacionalmente reconhecidos, desenvolvendo técnicas que viria mais tarde a introduzir em Portugal, caso do método de exposição no tratamento de queimados. A Inglaterra regressará novamente entre os anos de 1954 e 1958, com vista à realização de cursos de aperfeiçoamento para especialistas em Cirurgia Plástica.* -----

----- *Entre 1955 e 1962 faz trabalho rotativo como assistente pelos então chamados Hospitais Civis de Lisboa, exercendo funções nas áreas da Cirurgia Geral e de Estomatologia – o que lhe permitiu, trabalhando a zona facial, aprofundar competências do âmbito da Odontologia, Otorrinolaringologia, Oftalmologia, Cirurgia Pediátrica, Ortopedia, Dermatologia e Oncologia, até chegar ao pleno exercício da Cirurgia Plástica Reconstitutiva e Estética. Apesar de todos os seus esforços, não conseguiu fundar no Hospital de São José um serviço de Cirurgia Plástica.* -----

----- *Baptista Fernandes somou à dureza dos horários o trabalho pro bono para ajudar pacientes com necessidades urgentes, enfrentando longas listas de espera nos hospitais. É nestas situações-limite que se encontram os primeiros êxitos da Cirurgia Plástica em Portugal, especialidade ao abrigo da qual realizou mais de 30.000 cirurgias.* -----

----- *Funda, em 1961, a Sociedade Portuguesa de Cirurgia Plástica, Reconstitutiva e Estética, a que presidiu entre 1965 e 1968, sendo de referir a inovação da*

contratação de um bibliotecário, a revelar preocupações ao nível do acervo documental e sua preservação. -----

----- Em 1963, Baptista Fernandes substitui o médico Fernando Cruz na direção do Serviço de Estomatologia e Cirurgia Maxilo-Facial do Hospital Universitário de Santa Maria, iniciando nessa altura a atividade pedagógica, com a colaboração no ensino da cadeira de Dermatologia, ao nível da Cirurgia Plástica Cutânea. -----

----- É também da sua responsabilidade a criação da primeira Unidade de Cuidados para Queimados existente em Portugal no Hospital de Santa Maria. No ano de 1965, a Ordem dos Médicos reconhece a especialidade de Cirurgia Plástica Reconstructiva e Estética e nomeia Baptista Fernandes para integrar a Comissão Nacional de Avaliação dos currículos dos primeiros especialistas portugueses. Inscrito na Ordem dos Médicos como especialista em 1966, é nomeado membro da sua primeira Comissão Regional para a especialidade de Cirurgia Plástica Reconstructiva e Estética. -----

----- A Clínica de Todos-os-Santos, inaugurada em 1973 como o primeiro centro português privado de Cirurgia Plástica, Reconstructiva e Estética, fica também a dever-lhe a existência. Em 1977 assiste-se à criação do primeiro serviço hospitalar de Cirurgia Plástica, do Hospital de Santa Maria – criado em 1952 e chefiado por Baptista Fernandes desde 1963 – para Serviço de Cirurgia Plástica e Estomatologia. Ainda em 1977, Baptista Fernandes foi eleito coordenador dos serviços de urgência deste hospital. -----

----- Em 1978, preside ao Colégio de Cirurgia Plástica e é eleito presidente da Comissão de Ensino da Sociedade Portuguesa de Cirurgia Plástica e Reconstructiva e Estética. Em 1979 Baptista Fernandes é eleito presidente da Sociedade Portuguesa de Cirurgia da Mão e, em 1981 foi consultor de Cirurgia Plástica e Reconstructiva do Grupo de Planeamento da Saúde da Área Metropolitana de Lisboa e Sul do país, tutelado pelo Ministério dos Assuntos Sociais. -----

----- Encarregado da cadeira de Cirurgia Plástica e Reconstructiva e Estética da Faculdade de Medicina de Lisboa desde 1975, onde só aceita leccionar após prestar provas conjuntas de doutoramento e agregação, em 1983, com uma dissertação final de doutoramento considerado exemplo único na bibliografia mundial no que diz respeito às técnicas cirúrgicas da articulação temporo-mandibular, Baptista Fernandes torna-se o primeiro professor de Cirurgia Plástica Reconstructiva e Estética da Faculdade de Medicina de Lisboa e logo em 1984, o primeiro catedrático da área em Portugal, integrando ainda as sociedades de Cirurgia Plástica espanhola, inglesa, americana e brasileira, bem como a Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica e Estética ou a Federação Ibero-Americana de Cirurgia Plástica. -----

----- A somar à condecoração de Oficial da Ordem do Infante D. Henrique foi, em Novembro de 2014, agraciado com a Medalha de Mérito (ouro) da Ordem dos Médicos. Reconhecido tanto pelas suas qualidades técnico-profissionais como pelas humanas, quem com este médico teve oportunidade de trabalhar louva a sua preocupação pedagógica, a par de uma rara generosidade e dedicação aos outros. -----

----- *A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 8 de Novembro de 2016, reconhece a dedicação do Professor Dr. António Baptista Fernandes a Lisboa, Cidade onde desenvolveu a sua longa e prestigiada carreira profissional, que o singularizou na sociedade portuguesa, guarda um minuto de silêncio e endereça à sua família as mais sentidas condolências.*-----

----- Quereria também associar-me a este Voto de Pesar e dizer ao Senhor Deputado Gabriel Baptista Fernandes que a Assembleia também lhe dirige a si as condolências uma vez que foi o seu pai que acabou de perder.-----

----- Vamos pôr à votação este **Voto de Pesar nº. 2/123**, vamos para a vossa consideração e vamos pôr à votação. Não há votos contra e nem abstenções. Aprovado **por unanimidade**. Foi uma vida bem preenchida de facto.-----

----- **Voto de Pesar nº. 3/123 (Subscrito pelos Grupos Municipais do PSD, PS e CDS-PP) – “Voto de Pesar pelo falecimento de João Lobo Antunes.”**-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária em Exercício Dr.ª Rosa Maria Carvalho da Silva**, no uso da palavra fez a leitura do Voto de Pesar nº. 3/123:-----

-----“ *Voto de pesar por João Lobo Antunes.*-----

----- *João Lobo Antunes, que se definiu como “um homem que a medicina fez médico”, faleceu no passado dia 27 de Outubro de 2016, vítima de um melanoma.*-----

----- *Aluno exemplar do Liceu Camões, em Lisboa, licenciou-se em Medicina pela Universidade de Lisboa com uma média de 19,47, tendo sido o primeiro aluno a obter um 20 em Fisiologia.*-----

----- *Entre 1971 e 1984 fez o seu percurso profissional no Departamento de Neurocirurgia do New York Neurological Institute, na Universidade de Columbia, onde acabou por se doutorar.*-----

----- *De regresso a Portugal, João Lobo Antunes assumiu a direção do Serviço de Neurocirurgia do Hospital de Santa Maria entre 1984 e 2014, ano em que se jubilou da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.*-----

----- *Na sua última aula afirmou “Enquanto as mãos me obedecerem e o cérebro souber mandar, vou continuar”. Um ano foi o tempo que a doença lhe permitiu continuar a exercer funções.*-----

----- *A sua carreira foi notável, tendo sido o primeiro médico da história a implantar um olho eletrónico num cego, um implante que desde então já foi feito em 15 invisuais, permitindo-lhes ver algumas formas e distinguir certas cores.*-----

----- *Assumiu funções como presidente da Sociedade Europeia de Neurocirurgia, do Instituto de Medicina Molecular (que fundou), foi Vice-Presidente para a Europa do World Federation of Neurosurgical Society, Presidente da Sociedade Europeia de Neurocirurgia, do Conselho Superior de Ciência, Tecnologia e Inovação, da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa e da Academia Portuguesa de Medicina e foi Professor Convidado da Universidade de Pequim. O seu último cargo foi o de Presidente do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida.*-----

----- *Mas Lobo Antunes não se destacou apenas na medicina: deixou-nos diversos livros, dos quais se destacam “Um Modo de Ser”, “Inquietação Interminável” e “Egas Moniz – Uma Biografia”.*-----

----- João Lobo Antunes foi mandatário nacional das candidaturas presidenciais de Jorge Sampaio, em 2000, e de Cavaco Silva em 2006. Com Cavaco Silva, Lobo Antunes foi membro do Conselho de Estado.-----

----- A 25 de Abril deste ano foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade pelo Presidente Marcelo Rebelo de Sousa. Já tinha sido distinguido pela Presidência da República por duas vezes, com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique e a Grã Cruz da Ordem Militar de Sant'iago de Espada.-----

----- João Lobo Antunes Foi ainda agraciado com o Prémio Pessoa em 1996, com a Medalha de Ouro de mérito do Ministério da Saúde em 2003 e com o Prémio da Universidade de Lisboa em 2013. No ano passado, foi-lhe atribuído o Prémio Nacional de Saúde 2015.-----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa manifesta o mais profundo pesar perante a morte de João Lobo Antunes, envia as mais sentidas condolências a toda a família e delibera recomendar ao Município de Lisboa que lhe sejam prestadas as devidas homenagens, contribuindo para que o seu nome e o exemplo da sua vida fiquem condignamente ligados à memória da cidade de Lisboa.-----

----- Lisboa, 04 de Novembro de 2016, o Presidente do Grupo Municipal do PSD - Sérgio de Azevedo.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Vamos pôr à vossa consideração. Não há votos contra e nem abstenções. **O Voto de Pesar nº. 4/123 foi aprovado por unanimidade.**-----

----- **Voto de Pesar nº. 4/123 (PSD) – “Voto de Pesar pelo falecimento de Jaime Octávio Pires Fernandes.”**-----

----- **A Senhora Primeira-Secretária em Exercício Dr.ª Patrocínia César**, no uso da palavra fez a leitura do Voto de Pesar nº. 1/123:-----

----- “Voto de Pesar por Jaime Octávio Pires Fernandes.-----

----- Jaime Octávio Pires Fernandes nasceu em Lisboa a 23 de Junho de 1947 tendo falecido no passado dia 27 de Outubro com 69 anos.-----

----- Antigo locutor e jornalista da Emissora Nacional, era desde 2013 provedor do telespectador da RTP apresentando o programa “A Voz do Cidadão”, foi uma referência na história da rádio portuguesa.-----

----- Em 1994, fundou a Antena 3. Foi posteriormente diretor de empresas participadas da RTP e da empresa gestora do Pavilhão Atlântico, tendo trabalhado na Rádio Renascença, nos anos 80 foi diretor de programas da Rádio Comercial onde, conjuntamente com João David Nunes, lançou programas como “Som da Frente”, de António Sérgio; “Rock em Stock”, de Luís Filipe Barros e “A Febre de Sábado de Manhã”, de Júlio Isidro, foi ainda diretor do Rádio Clube Português, foi igualmente autor do nome do conhecido programa da RFM “Oceano Pacífico”.-----

----- Com a sua voz inconfundível foi “voz off” de diversos tempos de antena do PPD/PSD ao longo dos anos.-----

----- *Em 2012, foi um dos autores da série da RTP “Estranha Forma de Vida - Uma História da Música Popular Portuguesa”, que contou, em 26 episódios, o percurso da música popular portuguesa desde os anos 30 até à atualidade.*-----

----- *O Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 8 de novembro de 2016, que delibere:*-----

----- *1. Guardar um minuto de silêncio em sua memória.*-----

----- *2. Remeter o presente voto de pesar à sua família.”*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- *Senhores Deputados, estamos em condições de apreciar este Voto?*-----

----- *Senhores Deputados, já votámos um voto de Pesar e não podemos votar o segundo Voto de Pesar, podemos apenas adicionar, naturalmente a votação será a mesma, adicionaremos à carta que enviamos à família a indicação de que deu entrada um segundo Voto de Pesar com este teor e serão enviados ambos à família.*-----

----- *Peço desculpa Senhoras Deputadas, está-me aqui a Mesa a dizer que são votos diferentes, não se justifica estarmos a votar dois Votos de Pesar, mesmo que tenham redações diferentes, o que devia ter sido feito era uma fusão de redação, como os votos não entraram na mesma altura não foi feita a fusão de redação, mas penso que resolvemos o problema se enviarmos à família como tendo sido aprovado pela Assembleia Municipal o Voto de Pesar e juntamos os dois textos, penso que isso é pacífico e não tem qualquer problema, o que importa é de facto respeitar a memória e sinalizar que a Assembleia Municipal assim o faz e, portanto, não vamos votar novamente e vamos enviar ambos à família.*-----

----- *(Não foi votado mas tem a indicação da Senhora Presidente que será anexado ai Voto de Pesar nº. 1/123)*-----

----- **Voto de Pesar nº. 5/123 (PS) – “Voto de Pesar pelo falecimento de Bernardino Gomes.”**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra fez a leitura do Voto de Pesar nº. 5/123:-----

----- *“O Grupo Municipal do Partido Socialista manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do nosso camarada e fundador Bernardino Gomes, no passado dia 30 de outubro.*-----

----- *Bernardino Gomes foi um dos 27 delegados presentes em Bad Munstereifel, na Alemanha, que fundaram o Partido Socialista, em 19 de Abril de 1973, tendo, na sequência disso e do 25 de Abril de 1974, desempenhado um papel tão discreto quanto crucial na instalação e afirmação do PS como uma força de grande influência na sociedade portuguesa, mas também no seu reconhecimento internacional e na defesa de uma sociedade democrática e plural em Portugal, numa muito ativa e frutuosa colaboração com Mário Soares, de quem foi sempre um colaborador muito chegado.*-----

----- *Profundo conhecedor e estudioso da área das relações internacionais – em particular da vertente Atlântica do nosso relacionamento externo, Bernardino Gomes viria ainda a ter um papel importante na criação da Fundação Luso-Americana para*

o Desenvolvimento (FLAD), da qual seria administrador, tornando-a numa travessa da afirmação e consolidação das relações de amizade entre Portugal e os Estados Unidos da América.-----

----- *Bernardino Gomes licenciou-se em Ciências Políticas pela Universidade de Lovaina, na Bélgica, tendo sido Chefe de Gabinete do ex-Primeiro Ministro, Mário Soares, e, também, diretor do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, após o 25 de Abril de 1974.*-----

----- *O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 8 de Novembro de 2016, que delibere:*-----

----- *1- Guardar um minuto de silêncio em sua memória;*-----

----- *2- Remeter o presente voto à família, apresentando as sentidas condolências;*-----

----- **Vamos pôr este Voto de Pesar nº. 5/123 à consideração. Não há votos contra e nem abstenções. Foi **aprovado por unanimidade.****-----

----- **Vamos agora ao último Voto de Pesar, o Voto de Pesar nº. 5/123. Senhores Deputados, este último voto que vamos ler é de um Vogal da Junta de Freguesia, a Senhora Segunda Secretária vai ler, de um Vogal da Junta de Freguesia da Penha de França que faleceu há muito poucos dias e o funeral está a decorrer neste momento.**-----

----- **Voto de Pesar nº. 6/123 (PS) – “Voto de Pesar pelo falecimento de José Carlos Castelo Branco.”**-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária em Exercício Dr.ª Rosa Maria Carvalho da Silva,** no uso da palavra fez a leitura do Voto de Pesar nº. 6/123:-----

-----*“ Voto de Pesar pelo falecimento de José Carlos Castelo Branco.*-----

----- *José Carlos Castelo Branco, vogal da Junta de Freguesia da Penha de França faleceu no passado dia 5 de Novembro.*-----

----- *Era chefe de redação do órgão oficial do Partido Socialista, “Ação Socialista”, e responsável pelos pelouros do Ambiente Urbano, Atividades Económicas e Espaços Verdes na Junta de Freguesia da Penha de França.*-----

----- *“José Carlos Castelo Branco dedicou grande parte da sua vida ao serviço público”, como recorda em comunicado a Junta de Freguesia.*-----

----- *Desempenhou também as funções de “copy-desk” no Expresso.*-----

----- *O funeral realiza-se esta tarde, no cemitério do Alto de São João.*-----

----- *O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 8 de Novembro de 2016, que delibere:*-----

----- *1- Guardar um minuto de silêncio em sua memória;*-----

----- *2- Remeter o presente voto à família, apresentando as sentidas condolências;*-----

----- *Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, José Leitão.”*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- **“Vamos pôr o Voto de Pesar nº. 6/123 à vossa consideração. Não há votos contra e nem abstenções. O Voto de Pesar nº. 6/123 foi aprovado por unanimidade.**-----

----- **Vamos então agora, infelizmente em nome de tantas pessoas que estivemos aqui a homenagear fazer um minuto de silêncio.**-----

----- **(Foi guardado um minuto de silêncio pelos 6 Votos de Pesar)**-----

----- Senhores Vereadores, senhor Presidente, terminámos esta parte dos nossos Trabalhos e vamos entrar agora no ponto forte da nossa Ordem de Trabalhos de hoje, que é uma Sessão destinada a perguntas à Câmara.” -----

----- **PONTO 4 – PERGUNTAS À CÂMARA;** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Portanto, as perguntas foram remetidas, estão disponíveis no *site* e também todas as têm. -----

----- Já esclareci que há uma pergunta adicional do PAN que por lapso do meu gabinete não foi incluída mas já foi enviada. -----

----- Eu lembro aos Senhores Deputados e Senhoras Deputadas e à Câmara que na nossa Convocatória de hoje se explica qual é o formato desta parte da Reunião e eu vou passar a ler: “Cada Deputado faz a pergunta seguindo-se de imediato a resposta da Câmara, havendo mais do que um Deputado do mesmo Grupo ou do conjunto dos Deputados Independentes há uma segunda ronda. Caso a Câmara não tenha tempo para responder a todas as questões a Mesa negocia a cedência de tempo com os Grupos Municipais ou Deputados Independentes que dele disponham. Se algum Deputado pretender repetir a pergunta pode fazê-lo na ronda seguinte devendo voltar a inscrever-se para o efeito.”, portanto, está claro que é este o formato e é desta forma que o vamos fazer. Passamos à primeira pergunta.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD),** no uso da palavra, apresentou a seguinte questão: -----

----- “Senhora Presidente, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, público aqui presente. -----

----- Durante o último Debate do Estado da Cidade foram discutidas aqui e levantadas muitas problemáticas que do ponto de vista daquilo que têm a ver com a vivência e qualidade de vida dos cidadãos muito a afetam. -----

----- Nessa sequência e, no âmbito também da intervenção feita na altura a primeira questão que se coloca à Câmara Municipal de Lisboa e o Senhor Presidente da Câmara é se está a Câmara Municipal disponível para discutir a revisão do Regulamento de Cargas e Descargas, tão importante que é para a normalização dos fluxos e da mobilidade na Cidade de Lisboa. -----

----- A segunda questão é uma questão mais setorial e tem a ver com intervenções que têm sido desenvolvidas a no Cinema Paris nos últimos 15 dias e sendo que se levanta a dúvida se estas intervenções e algumas das demolições têm sido lá feitas são o início da demolição do e do Cinema Paris, o que corresponde em qualquer outro tipo de intervenção. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa,** no uso da palavra deu o seguinte esclarecimento: -----

----- “Senhor Presidente, antes de lhe dar a palavra lembrar que o Partido Social Democrata apresentou 7 questões e, portanto, nesta primeira intervenção já apresentou duas das suas 7 questões. -----

----- Faz favor senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente na Câmara Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, respondeu à questão: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Deputados.-----

----- Relativamente ao Regulamento de Cargas e Descargas há toda a disponibilidade e interesse da Câmara em podermos iniciar um trabalho tendente à atualização do Regulamento, é algo que já foi e tentado por diversas vezes de vários trabalhos iniciados ao longo dos anos, nunca concluídos e é uma matéria que continua, uma matéria importante que continua a necessitar desta atualização e, por isso, uma metodologia que se possa acordar entre a Câmara e a Assembleia, acho que era da maior utilidade estabelecer-se um calendário para que esta alteração fosse feita. -----

----- Relativamente ao Cinema Paris, peço ao Vereador Manuel Salgado para responder.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, muito boa-tarde Senhores Deputados e a todos os presentes. -----

----- Em relação ao Cinema Paris, portanto, aquilo que se passa é o seguinte: em 2014 foi feita uma vistoria, aliás, em 2013 foi feita uma vistoria, em 2014 foi determinada a intimação para a execução de obras de conservação e reabilitação do edifício. -----

----- Esta intimação nunca foi adotada pelo proprietário. Por outro lado o edifício encontra-se num estado de degradação muito avançado e, portanto, não se justifica, neste momento, um investimento para repor o Cinema, enquanto tal. -----

----- Recentemente houve sinais de degradação do imóvel com queda de alguns elementos, nomeadamente das varandas, elementos em betão e, portanto, foi feita uma nova vistoria em 14 de julho já deste ano e foi elaborado um auto para que fossem realizadas obras no sentido de demolir única e exclusivamente os elementos que põem em risco a segurança de pessoas e bens, portanto, é isso que foi a intimação e, portanto, neste momento a Unidade de Intervenção Territorial está a acompanhar exatamente esta, aquilo que se passa no imóvel, sendo que o seu futuro está dependente da concretização de uma unidade de execução que foi apresentada à Câmara pelos proprietários de várias parcelas de terreno que incluem o antigo Quartel da GNR, portanto, que foi ou que está a ser alienados pelo Estado e bem como um edifício apalaçado existente na rua, se não me engano, na Rua Saraiva de Carvalho, não é Saraiva de Carvalho e que tem de como logradouro, uma antiga fábrica de chocolates, que é um espaço de grande dimensão e para o qual tem havido pretensões ao longo dos anos, mas que até hoje nunca se concretizaram. -----

----- Aquilo que defendemos sempre foi que no caso de vir a ser feita qualquer utilização conjunta destes edifícios deverá ser assegurado um acesso pedonal através de Domingos Sequeira junto ao atual edifício do Cinema Paris, portanto, é este o ponto de situação. Muito obrigado”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso (PS)**, no uso da palavra, apresentou a seguinte questão: -----

----- “Senhora Presidente, Excelentíssima Mesa, Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Público e Jornalistas. -----
----- A questão que trago hoje à Câmara é que futuro para a Vila ou Pátio do Martelo. ---
----- Recentemente, a 7ª e a 3ª Comissões na sequência de uma Petição apresentada à Assembleia Municipal visitaram este espaço situado na encosta entre a Rua Dom Pedro V e a Rua das Taipas, um local secreto como Lisboa sabe ter! -----
----- É um conjunto de 9 construções térreas, contíguas e iguais, com uma pequena horta cada uma e quatro outras de características diferentes, situadas nos topos desta banda e que serviram de atelier desde 1883 a 2015, a pintores Columbano, a sua irmã Maria Augusta Bordalo Pinheiro, que ensinava a fazer renda, Malhoa, Carlos Reis Eduardo Viana, Jorge Colaço e Nikias Skapinakis, que daqui saiu há apenas alguns meses.-----
----- Este conjunto delicioso e que é indissociável da história da arte portuguesa do século 19/20 foi mandado construir cerca de 1880 pelo Republicano e mecenas José Martel, fundador do jornal O Século, certamente influenciado pelos “ateliers” de artistas que vira em Paris e que quis replicar em Lisboa, seguindo uma tipologia de pátio que se caracteriza por ser intimista por excelência e que se desenvolve em Lisboa, no princípio do século 19 ligada ao início da industrialização e ao aumento da população.-----
----- Conta-se que teria sido Martel a financiar os materiais para o “Concerto de Amadores” de Columbano, o qual não teria meios para concorrer e para expor no Saloon e que destinou depois as traseiras da sua casa para a para a construção de um pátio que serviria, e cito, de refúgio e mansão de trabalho de pintores e escultores. -----
----- Este interessante conjunto arquitetónico, apesar do modesto, faz parte de um património espiritual da cidade e foi classificado como Bem de Valor Patrimonial Relevante no PUALZE, no Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Envolventes. -----
----- Tendo conhecimento que no final de 2015 foi apresentar um PIP para construção de um bloco de 14 pisos, 8 enterrados e 6 acima do solo dos quais 12 seriam estacionamento, o qual foi recusado pela DGPC não podemos deixar de solicitar à Câmara Municipal de Lisboa que informe esta Assembleia sobre qual o futuro da Vila Martel, o qual preocupa lisboetas e não só, os 334 que assinaram a Petição apresentada à Assembleia Municipal e manifestam a sua preocupação sobre o futuro incerto desta joia que a Cidade ainda guarda. -----
----- Concordamos que a Cidade precisa de mais estacionamento, mas também concordamos que se deve incentivar a utilização dos transportes públicos e criar parques de estacionamento nas entradas da cidade, mas tudo isto não deve ser feito e não pode, à custa e sacrificando o Património de Lisboa, sem o qual perder a sua identidade, não matemos a galinha dos ovos de ouro. Muito obrigada.” -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra informou:-----
----- “Muito obrigada Senhora Deputada. O Senhor Presidente tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Presidente na Câmara Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, respondeu:-----

----- “A palavra ao Senhor Vereador Manuel Salgado.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.”-----

----- Em 2015 foi submetido à Câmara um pedido de informação prévia exatamente com as características que o Senhora Deputada de acabou de referir.-----

----- Este pedido de informação prévia foi objeto de parecer negativo por parte DGPC e de parecer negativo por parte dos serviços de Urbanismo da Câmara Municipal. Os proprietários foram notificados para efeito em 13 de abril.-----

----- Neste momento, a informação que temos é que os promotores do projeto, que eram os promitentes-compradores para a Vila Martel, que desistiram da intervenção.-----

----- Quanto a questões que também foram levantadas nesta Assembleia Municipal que tem a ver com a consolidação do talude e a queda de algumas pedras para cima da Vila Martel, foi feito o na altura uma vistoria, neste momento foi repetida nova vistoria, não há sinais de insegurança ou de insalubridade porém, a UIT continua a acompanhar esta situação tendo procedido a nova vistoria a 19 de outubro deste ano e, portanto, é este o ponto de situação. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra colocou as seguintes questões:-----

----- “Muito boa-tarde Senhora Presidente, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Deputados, Funcionários, Público e Jornalistas.-----

----- O Primeiro tema são as instalações do Departamento de Infraestruturas Viárias à Rua José Lins do Rego.-----

----- As antigas instalações do Departamento de Infraestruturas Viárias da Câmara, com entrada pela praceta da Rua José Lins do Rego, encontram-se sem qualquer uso há já alguns anos. Ultimamente eram apenas usadas para lavagem de viaturas particulares, almoços e outros tipos de encontros. Desde então, os residentes em prédios adjacentes a estes antigos barracões queixam-se de lixo, ervas e principalmente de ratazanas que terão tomado conta daquele equipamento.-----

-----Tal facto terá levado um grupo de moradores daquela zona do Bairro de Alvalade, indignados com a situação, a iniciaram contactos com a Câmara, tendo em vista a utilização daquele espaço para uma qualquer finalidade de uso comunitário, visto aqueles edifícios confinarem com a Escola Básica nº 1 e Jardim de Infância de Santo António.-----

----- No entanto, a Câmara parece ter optado por manter o local ao abandono, pelo menos, desde junho de 2013. Entretanto, em finais do ano passado, a Câmara ainda chegou a proceder a obras de pavimentação daquela praceta e da entrada da Rua Afonso Lopes Vieira, mas mais nenhuma informação foi adiantada sob o destino a dar aquela área municipal.-----

----- Perante a situação denunciada pelos residentes, “Os Verdes” perguntam:-----

----- - confirma o executivo o estado de abandono dos edifícios das antigas instalações do Departamento de Infraestruturas Viárias?-----

----- - quais são o projeto e o uso destinado para aquele espaço e qual a data prevista para a sua limpeza e reabilitação?-----

----- - tem o executivo mantido contactos de esclarecimento junto dos munícipes da zona envolvente à Rua José Lins do Rego?-----

----- O segundo tema: Biblioteca Municipal em Alcântara. -----

----- Recordamos que a antiga Biblioteca Municipal de Alcântara, inaugurada em 1933, possuía um cunho eminentemente popular pois, de acordo com o discurso de Júlio Dantas no ato inaugural, pretendia servir a população operária do bairro de Alcântara sob o lema “a instrução é um direito do povo; é preciso dar ao povo os meios que lhe permitam o uso desse direito”. -----

----- A renovação deste futuro equipamento consta no Programa Estratégico Biblioteca XXI aprovado em 2012, sabendo-se que o local reservado para a sua construção é o antigo imóvel escolar da Rua José Dias Coelho, que se encontra há já alguns anos em estado de abandono. Para além de manter as janelas abertas, à mercê das intempéries, uma observação aérea do edifício feita, por exemplo, a partir da Ponte 25 de Abril, não esconde também o avançado estado de degradação das suas traseiras. -----

----- Ora, em 9/6/2015, “Os Verdes” colocaram nesta Assembleia Municipal de Lisboa a questão do desenlace para este futuro equipamento em Alcântara, tendo-nos esclarecido a Senhora Vereadora que se tratava de “um imóvel adquirido pelo Município” e que estavam previstas “obras a iniciar em 2016 (e a) finalizar em 2017”. --

----- Considerando desconhecer-se qualquer projeto concreto para a recuperação do imóvel ou abertura de concurso para adjudicação de obras, solicitamos que, sem rodeios, seja muito objetiva na sua resposta: -----

----- - para quando a reabilitação do edificado, ou seja, para quando uma biblioteca a funcionar em Alcântara, de acordo com o lema inicial de que a instrução é um direito do povo e é preciso dar ao povo os meios que lhe permitam exercer esse direito? -----

----- - qual é agora a nova calendarização prevista para a inauguração desta biblioteca e quais são os custos estimados?-----

----- O terceiro tema: Fundos da Biblioteca das Galveias e da Livraria Municipal. -----

----- De acordo com a informação disponibilizada pela Câmara Municipal de Lisboa, a Biblioteca do Palácio Galveias encerrou, temporariamente, em 2 de Março de 2015, para obras de requalificação e ampliação do seu espaço para os pisos superiores, permitindo “o aumento da área útil (...) de cerca de 1.336,05 m² para 2.040,10 m²”, de modo a contemplar “novas valências”. Como sabemos, o tempo previsto para o encerramento era de 18 meses, pelo que a sua conclusão estava agendada para o passado mês de setembro. -----

----- Entretanto, para se procurar minimizar os inconvenientes provocados com este encerramento, os exemplares únicos com maior utilização nos últimos três anos foram transferidos para consulta e empréstimo noutras bibliotecas da Rede BLX. Pois, Senhora Vereadora, nalguns casos sim, mas não é o que acontece na totalidade.

Passemos a exemplificar, seguindo os passos de pesquisa de um utilizador comum e transcrevendo as mensagens da Base de Dados. -----

----- Quando o resultado de uma pesquisa no Catálogo das BLX indica que a obra era originária do fundo da ‘Biblioteca Palácio Galveias’, a indicação na Base de Dados Horizon/Dynix é de que, primeiro, se encontra em ‘depósito’, e depois ‘temporariamente indisponível’. Há mais de 18 meses, claro! E para complicar o acesso, a explicação verbal que lhe é prestada é de que a documentação se encontra inacessível por estar... encaixotada. -----

----- Como sabemos, a reabertura já foi adiada para inícios de 2017. No entanto, na passada sessão de Câmara Municipal de Lisboa de 17/10, o executivo apresentou duas Propostas tendo em vista 3 modificações do Contrato de Empreitada de Requalificação e Conservação do Palácio das Galveias, bem como a correspondente minuta do contrato a celebrar com o contraente privado, devido à necessidade da realização de trabalhos não previstos no contrato inicial. Não se colocando em causa estas alterações, tal só pode significar que as obras estão para durar, bem como a manutenção da coleção em caixotes. -----

----- E este atraso tem ainda uma segunda implicação, agora sobre uma das anunciadas “novas valências”: a transferência da Livraria Municipal, antes situada na Av. da República, que encerrou no passado dia 13/10, para cedência do espaço para nova sede do Instituto de Apoio à Criança. -----

----- Como na Assembleia Municipal de 8/3 deste ano, a Senhora Vereadora nos respondeu que “as obras em curso na Biblioteca Palácio Galveias, estarão concluídas ‘até ao final do ano’, estando a sua reabertura prevista para o início do próximo”, as questões que “Os Verdes” colocam são então as seguintes: -----

----- - depois destes ligeiros atrasos, qual será a nova calendarização prevista para a conclusão definitiva das obras e reabertura da Biblioteca do Palácio Galveias? -----

----- - entretanto, porque não conseguem os leitores aceder às obras que estão encaixotadas? -----

----- - até à sua reabertura, onde se encontra fisicamente armazenado o fundo documental da Livraria Municipal? -----

----- Quarto tema: Requalificação paisagística da Zona Sul do Jardim do Campo Grande. -----

----- No início do mês passado, na cerimónia de reabertura do Caleidoscópio como Centro Académico da Universidade de Lisboa, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa destacou que já era tempo de se avançar com a Ala Sul do Jardim do Campo Grande, entre a Avenida do Brasil e Entrecampos, devendo a requalificação daquela parcela começar o mais rápido possível. -----

----- Até hoje, os dois únicos factos novos são a construção, por uma empresa privada espanhola, de um futuro complexo desportivo onde anteriormente funcionou a piscina projetada por Keil do Amaral, e de cujo original se espera a total demolição, e de mais uma tentativa de abate de árvores, para construção de lugares de estacionamento, junto a Entrecampos. Felizmente, os moradores estavam atentos e mobilizaram-se. -----

----- Quanto ao jardim, e para não variar, os prazos avançados no passado pelo Município têm sofrido inúmeras derrapagens, pelo que, no mês passado, o Senhor Presidente optou por não se comprometer com datas previsíveis para a conclusão dessas obras. -----

----- Ora, em reunião de Câmara Municipal de Lisboa de há exatamente um ano, o Senhor Vereador dos Espaços Verdes prometeu para o passado segundo trimestre deste ano o avanço da há muito prometida “requalificação paisagística” na zona sul do jardim. Sabe-se que o preço base da obra, que será financiada com verbas do PIPARU (Programa de Investimento Prioritário em Ações de Reabilitação Urbana), é de cerca de 1,2 milhões de euros, devendo o prazo de execução variar entre os 450 e os 540 dias e que a intervenção irá abranger uma área com cerca de 61 mil m², “com uma tipologia de parque urbano”, incluindo o aumento do parque infantil existente e a instalação de um quiosque. Mas nada se sabe sobre os contentores junto à Casa dos Jardineiros ou sobre os dois entijolados edifícios das instalações sanitárias públicas. -----

----- Por isso, “Os Verdes” solicitam hoje os seguintes esclarecimentos: -----

----- - considerando que na Proposta da Câmara Municipal de Lisboa nº 670/2015 foi aprovado um compromisso plurianual até 2018, sendo a verba para 2016 no valor de 591.154,93 €, terá esta repartição de encargos de ser temporalmente reajustada? -----

----- - quais serão agora as novas datas realmente previstas para o início e término das obras de requalificação paisagística da zona Sul do Jardim do Campo Grande? -----

----- - que alterações terão entretanto sido introduzidas no projeto inicial e quando serão apresentadas publicamente? -----

----- - pondera ou não o Senhor Vereador ainda auscultar a Plataforma em Defesa das Árvores, para que não se concretizem desastres ambientais como o que ia acontecendo em Entrecampos? -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra informou: -----

----- “Muito obrigada eu Senhor Deputado. São quatro questões, eu peço ao Senhor Presidente da Câmara se quer responder ou se remete para alguns dos Senhores Vereadores.” -----

----- **O Senhor Presidente na Câmara Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, respondeu: -----

----- “ Eu peço para responder de forma breve os Vereadores João Paulo Saraiva, Catarina Vaz Pinto e José Sá Fernandes.” -----

----- **A Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto**, no uso da palavra deu a seguinte resposta: -----

----- “ Obrigada Senhora Presidente, em relação à Biblioteca de Alcântara, terá a requalificação da Biblioteca, está a correr como se estava, enfim, como estava previsto, é uma obra a cargo da SRU e encontra-se em fase de adjudicação da obra, está estimado que a mesma dure cerca de 15 meses e, portanto, esperamos abrir a Biblioteca no primeiro, portanto, que a obra esteja concluída no primeiro trimestre e depois passado pouco tempo abrir a referida Biblioteca. -----

----- Em relação à Biblioteca das Galveias também como é notório, houve um pequeno atraso, mas as obras estão quase a ser concluídas e nós contamos abrir a Biblioteca o mais tardar até abril de do próximo ano.-----

----- Em relação aos fundos disponíveis é verdade que uma parte não está disponível ao público mas a maior parte está disponível ao público, portanto, tudo aquilo que foi mais consultado fez-se uma pesquisa exaustiva do que é que eram os livros mais consultados no nos últimos 3 anos e essa este mês e se esses livros foram escolhidos e estão disponíveis noutras bibliotecas.-----

----- Em relação também à Livraria Municipal, existe neste momento, ela já está disponível *online*, portanto, podem-se comprar os acervos *online*, estão a ser distribuídos os documentos noutras Lojas do Município, nomeadamente em Entrecampos, Lumiar, Marvila e Alcântara e a partir da reabertura das Galveias haverá um ponto de vendas também na própria, uma loja na Biblioteca das Galveias, portanto, a Biblioteca das Galveias, a biblioteca, a livraria, peço desculpa, está já totalmente disponível, os fundos estão disponíveis em relação ao espólio da livraria não há qualquer problema em ser adquirido. Muito obrigado naquilo que me toca.” -----

----- **O Senhor Vereador José Sá Fernandes**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta à questão:-----

----- “ Portanto, para informar o Senhor Deputado que de facto a obra já começou no Campo Grande, que provavelmente não está lembrado mas foi aprovado já há cerca de três anos um Protocolo para que a tal, os tais sanitários foram neste momento cedidos à Reitoria da Universidade de Lisboa e que portanto terão um projeto para os reabilitar, não como sanitários mas com outra função.-----

----- Aqui em relação aos contentores que estão na casa dos jardineiros, também lembro ao Senhor Deputado que as casas dos jardineiros foram todas reabilitadas e que neste momento em breve tiramos de lá os contentores, uma vez que a casa dos jardineiros foi reabilitada.-----

----- Em relação ao prazo da obra não lhe quero adiantar um prazo da obra, nós estamos a contabilizar também a intervenção no Jardim do Campo Grande com a intervenção na piscina.-----

----- Temos também que ter em atenção condições atmosféricas. O prazo que está previsto para a obra é mais um ano, mas face a estas contingências vamos tentar compatibilizar todas as obras que estão ali a ocorrer sendo que, como também foi dito em Reunião de Câmara, o projeto é público, mas vamos prestar toda a informação a toda a gente sobre o que é que vai acontecer no próprio jardim e o cuidado que vamos ter com as árvores ali existentes.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra questionou:-----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador.-----

----- O Senhor Vereador João Paulo Saraiva está em condições de responder à questão do Departamento de Infraestruturas Viárias na Rua José Lins do Rego?”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta à questão:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. Não, mas vou tentar obter dentro de momentos, ainda se for possível hoje, senão farei chegar a informação sobre as questões colocadas, peço desculpa mas não foi possível recolhê-la em tempo útil, é certo, a culpa é minha.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra questionou:-----

----- “Eu sei que foi enviada há uma semana, mas o Senhor Vereador não teve capacidade.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta à questão:-----

----- “Eu peço desculpa por esse facto, ainda tentarei hoje resolver esse problema, senão em breve entregarei, está bem? Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra informou:-----

----- “O CDS apresentou cinco questões, vamos ver quais são as que o Senhor Deputado vai agora apresentar.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra, colocou a seguinte questão:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores, Caros Deputados, Caro Público.”-----

----- Na sessão de perguntas à Câmara realizada em julho passado salientámos a nossa preocupação com a manifesta proliferação de autocarros turísticos na zona da Sé e Castelo e Castelo, de facto, a travessia de uma zona histórica por veículos pesados, vem contribuir significativamente para o seu desgaste seja ambiental, seja de espaço público, bem como pelo tráfego gerado proveniente das complicadas manobras e inversões de marcha a que se junta o quase impossível estacionamento.-----

----- À data o Senhor Vereador Manuel Salgado referia como solução o programa de acessos assistidos à Colina do Castelo com o qual concordamos e nomeadamente num desses acessos, o elevador já está na Rua dos Fanqueiros e os futuros elevador da Sé e as escadas rolantes a partir da Mouraria, pese embora que esta medida venha a facilitar o percurso de acesso à zona alta da Colina, a verdade é que não ouvimos qualquer resposta sobre o que fazer aos transportes pesados e outros veículos turísticos.-----

----- No mês passado, o Senhor Vereador afirmou numa conferência que a câmara se encontra a estudar a possibilidade de transformar a Praça do Martim Moniz, numa Hub de transportes turísticos, uma Hub que do Aeroporto, os Tuk-Tuk, entre muitos outros veículos e aqui reside a nossa preocupação, certamente que conhece e consegue caracterizar a Praça do Martim Moniz, uma praça em que o trânsito intenso é uma realidade, em que o estacionamento indevido é uma constante, onde o estacionamento de Tuk-Tuk prolifera e em que as filas para o Elétrico são intermináveis, ou seja, o Martim Moniz que já padece de vários problemas de mobilidade poderá ainda piorar. Já que a opção pelo Martim Moniz e manter o convite ao tráfego turístico já intenso para o centro da Cidade coloco Senhor Vereador as seguintes questões:-----

----- Que locais foram pensados pela Câmara para albergar os veículos turísticos? Estando a ser criado um acesso por elevador do Campo das Cebolas e sendo a Avenida Infante D. Henrique a 1ª Circular de Lisboa e assim uma das principais vias de circulação viária foi pensado que a sua extensão para esse efeito? -----

----- Sendo que o espaço físico da Praça Martim Moniz se encontra atualmente saturado que planificação tem Câmara pensada para sustentar esta ideia? E tendo necessariamente os veículos turísticos de aceder ou pela Almirante Reis, já fustigada pelo estacionamento indevido ou pela Rua da Madalena, para a qual se recomenda menos trânsito, que plano de circulação viária e estudo de tráfego tem a Câmara?-----

----- Depois mais duas questões, também dirigidas ao Senhor Manuel Salgado, a primeira referente ao bairro do Arco do Cego onde a obra recentemente concluída de repavimentação das faixas de rodagem e passeios e da melhoria da acessibilidade pedonal através do nivelamento de passagens de peões, cumpriu o propósito para foi efetuada, mas trouxe consigo um conjunto de problemas suplementares, o principal tem a ver com o novo circuito de circulação dentro do Bairro, este parece ignorar a existência de três Estabelecimentos de Ensino, sem zonas largarem tomada de passageiros, o que nas horas de entrada e saída originam volume elevado de tráfego dentro do Bairro. Constatam-se também que o esquema circulação e acesso às escolas obriga a inúmeras voltas dentro do Bairro, pior do que antigamente, maximizando o tempo de percurso.-----

----- Com a alteração e principalmente com a redução do número de entradas e saídas os percursos que antes demoraram 5 minutos, transformaram-se em 15, ou mais, elevando os níveis de ruído e poluição. Constatamos também a dificuldade criada no acesso à zona aposta do Bairro. A ausência de sinalética à entrada de alguns arruamentos tem provocado que as viaturas circulem em sentido contrário, não apenas dentro do Bairro, mas também nos acessos, como é o caso do acesso à Avenida do México pela Rua Brás Pacheco. A Câmara tem consciência deste problema e já tem uma solução que corrija esta situação? -----

----- Os lugares de estacionamento diminuíram em número e tamanho, a largura do estacionamento obriga a maioria das viaturas a deixarem o rodado na via de circulação ou em cima do passeio, constituindo assim uma infração. Com o estreitamento das faixas de rodagem os veículos para efetuarem as curvas cortam por cima dos passeios, que têm o lancil à cota 0. O estacionamento e o estreitamento das vias impedem também a circulação de veículos pesados, quer sejam autocarros escolares, veículos de mudanças, reboques ou carros de bombeiros. A Câmara tem consciência desses problemas e pretende resolvê-los? E porquê a opção de instalar 2 mil pilaretes fixos nos passeios de acesso aos Estabelecimentos de Ensino? Em caso de incêndio com poderão atuar os serviços de bombeiros e de emergência? -----

----- Apesar de estarmos numa zona de circulação 20, uma novidade, essa velocidade é largamente ultrapassada por quem ali circula, além disso, criar uma zona 20, algo de novo na Cidade, sem que a mesma seja acompanhada de informação a moradores e a alunos parece-nos um contrassenso causa espanto pela inexistência de sinalização horizontal com destaque para as passadeiras. Pretende a Câmara aumentar a

informação no local e instalar lombas que acalmem o tráfego? Durante a construção dos passeios cortaram as raízes das árvores, o que já motivou a queda de duas, uma delas causou inclusive ferimentos numa aluna, pretende a Câmara monitorizar o estado de conservação do arvoredo no Bairro e garantir a segurança de pessoas e bens?

----- Ainda no que respeita ao espaço público Senhor Vereador verifica-se que a Câmara nem sempre cumpre o plano de acessibilidade pedonal no que respeita à eliminação de barreiras nos passeios, na intervenção efetuada deparamos com vários arruamentos em que a câmara manteve os candeeiros no centro dos mesmos, eliminando a possibilidade de passagem de uma cadeira de rodas ou de um carrinho de bebé.-----

----- Por outro lado e sendo este Bairro maioritariamente residencial é raro encontrar na intervenção efetuada mobiliário de espaço público, nomeadamente, bancos e papeleiras a título de exemplo.-----

----- Por fim seria importante que a Câmara disponibilizasse o projeto final, uma vez que o descrito no *site* da Câmara não coincide com as alterações entretanto executadas. Perante as queixas de moradores e das questões aqui apresentadas gostaríamos que nos elucidasse sobre esta intervenção. -----

----- Por fim, uma terceira questão, penso também que será dirigida ao Senhor Vereador Manuel Salgado e que tem a ver com o Parque das Nações e com a circulação viária. A circulação no Parque das Nações está prejudicada depois nem da interdição de circular atravessar em toda a extensão da zona central da Avenida dos Oceanos, para se proceder ao atravessamento Sul/Norte e vice-versa só existem duas vias que o permitem fazer, a Avenida Dom João II e a Alameda dos Oceanos. Com o encerramento da Alameda dos Oceanos todo o tráfego ocorre numa só via, a existência de uma entrada do IC 2 e CRIL pela rotunda da Expo Ford no lado Norte não permite a diminuição do fluxo automóvel.

----- Os moradores também necessitam de se deslocar dentro da Freguesia de Norte para Centro e vice-versa, nomeadamente para colocarem os seus filhos na Escola devido à insuficiências de estabelecimentos de ensino público e não podemos ignorar que a urbanização foi criada com estacionamento quer seja nos apartamentos, e em média existem dois estacionamentos por apartamento, escritórios e mesmo em parques públicos, a questão é, portanto, óbvia. Pensa a Câmara reabrir o referido troço central da Alameda à circulação automóvel de Sul a Norte e vice-versa? E em caso afirmativo quanto? Entretanto, entre o este interregno da entrega das perguntas e hoje nosso Debate, parece-nos que ontem foi aberta a Alameda dos Oceanos por causa da WebSummit, mas também gostaríamos que o Senhor Vereador nos elucidasse sobre esta questão, se será só durante a WebSummit ou se a obra estará concluída na Alameda. -----

----- Por fim sobre a mobilidade local levantamos mais três problemas, a Rua Ilha dos Amores e a Alameda dos Oceanos, na zona não intervencionada tem um grave problema de circulação em excesso de velocidade. A abertura de espaços antes proibidos à circulação de automóveis, como nas ZAC, as zonas de acessos

condicionado, onde só podiam entrar viaturas devidamente autorizadas e que há duas semanas viu as cancelas serem abertas, ficamos o espaço acessível a todos, causando a degradação das zonas de passeio, inclusive calçada artística com a passagem de veículos em locais que não foram criados para a circulação automóvel. A gestão deste espaço que compete à EMEL, mas aparentemente abandonou esse controle. Por último, chamamos a atenção para a necessidade de se rever a temporização dos semáforos da Avenida Dom João II que premeia quem circula em excesso de velocidade para queimar diversos sinais e penaliza quem cumpre, que assim fica retido em quase todos os semáforos. Considera a Câmara que esses problemas são merecedores a sua atenção? E se sim, como tenciona intervir para os solucionar? Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra questionou:-----

----- “ Muito obrigado Senhor Deputado. Pergunto ao Senhor Presidente da Câmara quem responde?”-----

----- **O Senhor Presidente na Câmara Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, respondeu:-----

----- “O Senhor Vereador Manuel Salgado. Peço para responder o Vereador Manuel Salgado.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta:-----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Portanto, relativamente à primeira questão, o transporte turístico e o acesso à Colina do Castelo, aquilo que eu referi e que o Senhor Deputado referiu também é que está a ser estudada a hipótese de se constituir uma base para os transportes turísticos na zona do Martim Moniz, neste momento existe uma base, entre aspas, para o transporte turístico de junto ao Marquês de Pombal. Portanto, na base do Parque Eduardo VII e aquilo que, e eu aí comungo da opinião do Senhor Vereador, que várias pessoas constatarem é que é inconveniente que os veículos pesados continuem a subir até ao Castelo, nomeadamente a passarem em frente à Sé e em toda a Rua do Limoeiro com graves prejuízos para a conservação dos próprios monumentos e, portanto, aquilo que está a ser feito é a estudar a possibilidade de organizar em torno do Martim Moniz exatamente uma base para os vários modos de transporte turístico, tendo em conta que do Martim Moniz arrancará a escada rolante nas Escadinhas da Saudade, que dará acesso à Marquês de Ponte de Lima e, por sua vez também tem uma ramificação através do funicular que dará acesso à Graça e com isso e com o conjunto dos outros meios mecânicos e com o que o que está a ser projetado de melhoria dos pavimentos dos vários arruamentos que convergem no Castelo, passar a vedar o acesso dos autocarros de grande dimensão ao Castelo e obrigá-los a ficar na base da Colina. -----

----- Como é inconveniente que eles estejam estacionados na Baixa, é inconveniente que estejam estacionados no Rossio, é inconveniente que eles estejam estacionados nos Restauradores, como hoje sucede, aquilo que se está a estudar e insisto que se está

a estudar, é a possibilidade de organizar aquela enorme superfície de alcatrão que existe no Martim Moniz, para fazer esta base dos transportes turísticos e com isto melhorar a qualidade de vida de quem vive na Colina do Castelo, melhorar a qualidade de vida de quem utiliza a Baixa e, portanto, fazer uma concentração dos transportes turísticos naquele ponto. -----

----- A segunda questão que o Senhor Deputado levanta tem a ver que o Bairro do Arco do Cego, tem havido que muito opiniões contraditórias de moradores do Bairro do Arco do Cego. -----

----- O Bairro do Arco Cego foi previsto ser reabilitado porque estava com os pavimentos em muito mau estado foi redesenhado como uma zona de convivência, portanto, entre utilização mista dos arruamentos, os passeios foram rebaixado e deixaram de ter um lancil, o lancil tem cerca de 2 centímetros, para ficar tudo de nível e o que se pretende é, de facto, uma zona de coexistência entre e os vários modos de mobilidade. -----

----- Há várias queixas que têm sido chegadas, mas muitas dessas queixas são contraditórias. Há quem se queixe de que há pilaretes a mais, há quem se queixe que há pilaretes a menos e que as pessoas estacionam em cima dos passeios, há quem se queixe que faltam lombas e há quem diga que não senhor, que não deve haver lombas, há quem entende que os circuitos são labirínticos, mas há quem se queixe que há altas velocidades porque os circuitos não são suficientemente labirínticos e, portanto, está a ser feito um trabalho com que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, com o Comandante do Regimento de Sapadores Bombeiros para de definir o plano de emergência do próprio Bairro, porque há arruamentos onde é fácil entrarem os veículos de grande dimensão, os veículos de emergência do Regimento Sapadores Bombeiros, outros onde não é possível e, portanto, esse trabalho está a ser feito no sentido de encontrar a melhor solução para um Bairro que se pretende, insisto neste ponto, que seja um Bairro de coexistência e, portanto, em que os problemas não se coloquem como até agora se têm colocado.-----

----- Relativamente à última questão que levantou, que tem a ver com o Parque das Nações e com a Alameda dos Oceanos, eu gostava de lembrar que a Alameda dos Oceanos foi projetada desde o início como um espaço eminentemente pedonal. Ele esteve muitos anos com circulação automóvel, mas até, portanto, de sentido, o sentido invertia a meio do percurso para evitar que fosse uma via de atravessamento e para rebater a situação ocorre circulação automóvel para a Avenida D. João II.-----

----- Neste momento foi feito um trabalho de instalação de uma pista ciclável e, portanto, com a pista ciclável reduziu-se uma via de cada lado, esse trabalho está a ser feito, está a ser feito em colaboração com e a Junta de Freguesia do Parque das Nações e, portanto, eu tomei nota de algumas das questões que foram levantadas pelo Senhor Deputado e que serão tidas em conta agora para acertos que forem necessários. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa,** no uso da palavra informou:-----

----- “O PCP que apresentou seis questões.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)**, no uso da palavra, apresentou as seguintes questões: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores e Deputados Municipais. -----

----- O Grupo Municipal do Partido Comunista Português tem levantado por diversas vezes nesta Assembleia a grave situação que se verifica nos transportes em Lisboa, em particular no Metro, sem que se vislumbrem quaisquer soluções ou, no mínimo, intervenções que possam minorar os problemas. Portanto, eu não vou fazer aqui mais nenhuma intervenção a situar o contexto uma vez que como referi já por diversas vezes que este assunto foi de facto amplamente discutido e refletido aqui, portanto, neste contexto, perguntamos: -----

----- O Executivo Camarário já notificou a Administração do Metropolitano para reabrir e/ou instalar sanitários públicos, bem como os meios mecânicos de acesso às plataformas? É que de facto também este assunto já foi aqui várias vezes levantado e o que temos verificado é que realmente as escadas ou os elevadores avariavam e assim permanecem.-----

----- Ontem, 7 de Novembro foram os utentes do Metropolitano confrontados com o fecho da estação de Arroios entre as 21 horas e as 5 da manhã, no âmbito das medidas facilitadoras de mobilidade para o Web Summit. Obviamente sem contestar esta medida, como ela naturalmente se justificaria, mas o fundamental para nós não é isto, o fundamental é perguntar para quando o lançamento do concurso e a adjudicação da obra nesta estação? Obra essa sim que pode resolver os problemas de mobilidade dos lisboetas, dos que aqui trabalham ou de quem nos visita.-----

----- Outro problema que afeta gravemente a cidade é o problema do estacionamento, também já por diversas vezes aqui levantado na assembleia, ainda hoje também já há intervenções anteriores. O senhor Presidente da Câmara anunciou um conjunto de intervenções a este nível, em entrevista ao Observador e, mais recentemente o jornal “Público” apresentou os vários parques previstos bem como os respetivos *timings*, de qualquer forma há aqui algumas questões que nos fazem aqui alguma confusão e neste sentido perguntamos:-----

----- Qual o ponto de situação do Parque anunciado para a Rua da Penha de França, nos terrenos da antiga Favorita que, de acordo com o Presidente da Câmara, estaria em condições de abrir em outubro de 2016, com capacidade para 120 lugares, e não começou ainda obra nenhuma, tanto quanto sabemos. Este parque está anunciado em cartaz monumental, pela EMEL, há meses e, de acordo com o Senhor Presidente, como eu disse, estaria em funcionamento em outubro. Tendo em conta que nem sequer começou a obra, nem há qualquer movimentação nesse sentido eu pergunto se o parque estará pronto em outubro de 2017? Eu suponho que este é um dos que aparecem referidos aqui na notícia do Público como estando previsto para o primeiro trimestre de 2017, não sei se é nem se não, de qualquer forma o cartaz a anunciar que seria em outubro de 2016 existiu de facto. Para além disso, a vedação das traseiras do

"futuro parque", estou a falar da Penha de França, liquidou o passeio o que dificulta a vida dos moradores. -----

----- Pergunto realmente se a Câmara também não tem aqui alguma intervenção a dizer a este nível. Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra informou:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente na Câmara Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, respondeu:-----

----- “ Muito obrigada Senhora Presidente. Antes de passar a palavra ao Senhor Vereador Manuel Salgado, vou dar a resposta sobre a questão deste parque. -----

----- Este parque não vai ser realizado porque se trata de um terreno particular e o custo que foi identificado para a sua realização é muito superior àquele que estava estimado inicialmente e foi agora estimado de cerca de 800 mil euros, o que se tornaria incomportável, o que vai acontecer é a sua substituição por dois parques na Rua Damasceno Monteiro, do lado esquerdo no sentido da Graça, no atual complexo que está murado da GNR, que já está desocupado e onde já se estão a proceder a demolições e também no própria Parada do Quartel da Graça em que já existe um acordo com a Guarda Nacional Republicana e também com o Ministério da Administração Interna e das Finanças para que, em definitivo, aquela zona que hoje temporariamente já vinha sendo utilizada como parque passe a ser utilizada como parque definitivo no global são cerca de 200 lugares.-----

----- O primeiro já iniciou a obra e o segundo espero que inicie a obra dentro de poucas semanas, essas soluções irão substituir esse que não se vai realizar, pela razão que acabei de lhe referir.-----

----- Relativamente à questão dos restantes parques que eu anunciei aquilo que foi relatada a comunicação social, já o tinha anunciado antes aqui na Assembleia Municipal, aliás, no Debate do Estado da Cidade, até creio eu de forma mais exaustiva do que está relatado nessa notícia.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta:-----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Em relação à questão do Metro eu posso referir a questão das obras, as obras que estão previstas serem realizadas em 2017 pelo Metropolitano de Lisboa são a ampliação do Areiro, que foi começada e que não foi acabada, a ampliação da estação de Arroios, que vai aliás, que implicou o adiamento da obra que tínhamos previsto para a Praça do Chile, para não estar a fazer a obra para depois partir com a ampliação da própria estação e a instalação dos elevadores na Estação do Colégio Militar junto ao Colombo.

----- Essas são as três obras que o Metro tem estado a articular connosco e que, de acordo com os calendários do Metro está previsto que sejam iniciadas no segundo semestre de 2017.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra informou:-----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador. -----
----- Nós vamos prosseguir com os Senhores Deputados que estão inscritos na 1ª
ronda.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra, apresentou as seguintes questões: -----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Público em geral, Imprensa. -----

----- O PAN traz hoje um conjunto de assuntos que reportam para Recomendações que já tinham sido apresentadas e traz porque estas Recomendações não tiveram o seguimento devido e, portanto, esperamos que na sequência destas perguntas possam existir soluções mais adequadas. -----

----- Vou neste momento dividir estas perguntas em duas: serão dois grupos, portanto, a 1ª, 2ª e 4ª pergunta e seguidamente na 2ª ronda, a 3ª e 5ª. -----

----- Portanto começando com estas primeiras perguntas. O PAN tinha feito uma Recomendação, a Recomendação 3/50 pela abertura do outro Julgado de Paz na cidade de Lisboa, aprovado em 25 novembro de 2014. -----

----- Decorrido quase um ano sobre a nossa Recomendação ao Município de Lisboa. Continua a haver apenas um Julgado de Paz. Assim, o grupo Municipal do PAN solicita que informem esta Assembleia Municipal se foram tomadas diligências no sentido de criar mais Julgados de Paz em Lisboa e para quando? -----

----- A segunda pergunta tem a ver com a nossa Recomendação, 2/63, relativamente a ações de formação relativas à criminalização de maus-tratos e abandono de animais de companhia. -----

----- Tendo nós sido informados que estas ações de formação já tiveram início, gostaríamos de saber quantas ações foram realizadas quantos formandos abrangeram e se abrangeram os vários destinatários propostos na Recomendação, nomeadamente destinatários internos, funcionários da Casa do Animal, elementos da Polícia Municipal designadamente elementos da Guarda Florestal das Brigadas de Fiscalização e de posicionamento comunitário, instrutores dos processos por contraordenação da Divisão de Contraordenações, e os destinatários extremos, funcionários de Juntas de Freguesias, GNR-Sepna brigadas que atuam na área da cidade de Lisboa, PSP, etc.. -----

----- E finalmente, nesta 1ª ronda pergunto relativamente à Recomendação 10/103, que tem a ver com Uma Praça em Cada Bairro mais acolhedora, portanto, no dia 19 de abril do corrente ano foi aprovada por maioria por esta Assembleia Municipal a Recomendação 10/103 do PAN, Uma Praça em Cada Bairro mais acolhedora, na qual se recomendava que a Câmara Municipal de Lisboa, que no âmbito dos projetos em curso do Programa Uma Praça em Cada Bairro privilegiasse os modos suaves de locomoção como a marcha a pé e de bicicleta e equipamentos de exercício físico ao ar livre, e inclui-se nas Praças remodeladas um programa de biblioteca itinerante

municipal, promovendo o gosto pela leitura assentando a sua prática no princípio do livre acesso às estantes, empréstimo domiciliário e a gratuidade do serviço.-----

----- Finalmente, que permitisse e garantisse o acesso à rede de Hi-fi de forma gratuita para todos delimitando a zona envolvente de Praça em Cada Bairro por rua. Vem por este meio, vem o Grupo Municipal do PAN perguntar à Câmara Municipal de Lisboa se esta deliberação da Assembleia Municipal está a ser considerada nos projetos e obras em curso? -----

----- E para já será tudo.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra informou:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado, temos portanto três questões, eu pergunto ao Senhor Presidente quem responde sobre a questão da abertura do Julgado de Paz? Senhor Vice-Presidente, poderá também, não sei se é consigo a questão dos animais de companhia ou se é com o Senhor Vereador Carlos castro, mas já veremos.” -----

----- **O Senhor Presidente na Câmara Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, respondeu:-----

----- “Senhora Presidente, é com o Senhor Vice-Presidente.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro**, no uso da palavra, respondeu às questões:-----

----- “ Muito obrigado. Queria dizer também ao Senhor Deputado do PAN, referir em relação aos Julgados de Paz que a Câmara está a fazer o seu trabalho no sentido de identificar se faz sentido o novo Julgado de Paz, se faz sentido largar o existente, efetivamente estamos mais inclinados para alargar, no fundo procurar instalações com maiores condições de alargar as condições do existente do que necessariamente em criar um novo Julgado de Paz, mas é um processo que vai ter que ser feito em parceria com o Governo, nomeadamente com o Ministério da Justiça e estamos neste momento efetivamente a fazer a identificação do processo e concordamos na ideia de que é necessário pelo menos o alargamento das condições para responder melhor às solicitações e, portanto, nesse sentido vamos ao encontro da preocupação que sempre foi expressa pelo PAN, mas que ainda não temos para já uma resposta definitiva em relação a esse assunto.-----

----- No que diz respeito às matérias relativas à formação, efetivamente foram realizadas as ações de formação, foi realizada uma ação de formação relativamente à criminalização dos maus-tratos e abandono dos animais de companhia nos dias 21 e 22 de janeiro, onde participaram 20 agentes da Polícia Municipal, das várias áreas de Polícia Municipal e 18 colaboradores de Casa dos Animais de Lisboa, também de entre os médicos veterinários, encarregados operacional e pessoal administrativo. -----

----- Também foram feitas segundas ações de formação relativamente à fiscalização de animais nos quais participaram na primeira ação 20 elementos da Polícia Municipal das suas várias, fiscalização, Polícia Florestal e também na segunda ação participaram 16 elementos também das várias áreas, portanto, a Recomendação nos termos da preocupação do que faz está inteiramente cumprida.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra informou:-----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador, esta a questão de Uma Praça em Cada Bairro, portanto, das propostas do PAN uma Praça em Cada Bairro. Senhor Vereador Manuel Salgado.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Em relação à primeira parte da pergunta, portanto, todas as Praças estão a ser executadas e ou têm os projetos feitos com o alargamento dos passeios, passeios confortáveis que convidem à marcha, com a inclusão na rede de ciclovias e integração suportes para bicicletas e de integração também das conjunto de bicicletas partilhadas que equipar a Cidade.-----

----- Quando à instalação da rede de Hi-fi, portanto, ficou instalada toda a infraestrutur a em todas as praças e está previsto que, portanto, um programa, um projeto-piloto que inclui as Praças do Cais Sodré, de Santos, de Saldanha e Picoas onde logo que as praças estiverem concluídas, ficará a funcionar o sistema de Hi-fi gratuito. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra informou:-----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador. O senhor Deputado pode depois inscrever-se novamente, já está aliás inscrito porque já tinha pedido para a 2ª. ronda.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)**, no uso da palavra, apresentou as seguintes questões:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Senhores Vereadores, Caros Deputados, restantes presentes.-----

----- O primeiro tema que me traz aqui nesta Sessão de Perguntas é o Regulamento de Emissões de Poluentes. A poluição atmosfera é tanta que atinge atualmente milhões de pessoas, principalmente as que definem grandes centros urbanos onde o tráfego de veículos é intenso como em Lisboa.-----

----- A título de exemplo, só no primeiro semestre deste ano entraram em Lisboa cerca de 370 mil veículos por dia que, obviamente, têm consequências diretas na mobilidade e na qualidade do ar.-----

----- A cidade de Lisboa apresenta níveis elevados de poluição, desde há vários anos provocado entre outros por partículas inaláveis e dióxido de azoto, que consistentemente registam valores acima dos limites impostos pela legislação europeia.-----

----- Neste sentido a Câmara Municipal de Lisboa tem apostado em medidas de gestão de acalmia de tráfego, através da implementação de zonas de acesso condicionado, de zona a 30, zona de emissões reduzidas zero.-----

----- Senão vejamos, como é que após um ano de entrada em vigor da terceira fase de zero, os níveis de poluição na Avenida da Liberdade continuam elevados? Simplesmente porque a fiscalização não está a ser suficiente, continuando a existir

muitos veículos lentos a passar neste troço. Senhor Presidente, em 2013, o Programa do Governo da cidade prometia, e passo a citar: um sistema automático de fiscalização de acesso de veículos. Para quando a implementação deste sistema?-----

----- Caso não seja em breve, de que outras formas pretendem continuar e controlar e continuar esta situação? -----

----- A segunda pergunta ou o segundo tema que nos traz aqui é o regulamento dos Tuk-Tuk. Em outubro de 2015 foi publicado em Boletim Municipal um despacho do Senhor Presidente com uma série de medidas que visavam determinar as condições de circulação dos veículos afetos à atividade de animação turística vulgarmente designados por Tuk-Tuk. Depois deste despacho a autarquia deu por concluída a elaboração da proposta de Regulamento Municipal respeitante à exploração de circuitos turísticos, que ainda seria objeto de apreciação pelos Órgãos Municipais e consulta pública. -----

----- Senhor Presidente, tendo em conta que faltam 2 meses para a obrigatoriedade dos Tuk-Tuk terem de passar a ser elétricos para quando entrada em vigor do Regulamento? Obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra informou:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. Se faz favor senhor Presidente.”-----

----- Pergunto quem é que responde aos Tuk-Tuk e às emissões de poluentes, a Câmara está a conferenciar.”-----

----- **O Senhor Presidente na Câmara Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, respondeu:-----

----- “Senhora Presidente, eu respondo. -----

----- Relativamente às zonas emissão reduzida, não temos sistema automático de controlo e relativamente aos Tuk-Tuk muito em breve será apresentada se a proposta de Regulamento que espero nas próximas semanas ir à Câmara e depois à Assembleia para que, antes do final do ano possa ser apreciado.-----

----- Quero referir o seguinte: das várias matérias que tinham sido alvo de discussão e de debate aqui na Assembleia e até de Recomendação, todas as principais relativamente à circulação dos Tuk-Tuk, as principais ficaram todas resolvidas com eficácia através do despacho que fizemos, isto é, o método que utilizamos de regulação do acesso à via pública mostrou-se eficaz para resolver vários dos problemas identificados tendo sido registado até, creio eu até há cerca de um mês atrás mais de 600 autos de contraordenação de infração relativamente ao funcionamento dos Tuk-Tuk, resta só a questão da obrigatoriedade e que terá essa concretização, com acabei de referir. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra informou:-----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente. Eu não sei se sobre a questão dos poluentes alguém quer responder ou o Senhor Presidente manda a informação mais tarde. O senhor deputado colocou uma pergunta e não há reação da bancada da Câmara.” -----

----- **O Senhor Presidente na Câmara Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, respondeu:-----

----- “Senhora Presidente, se eu entendi bem a pergunta era perguntar que tínhamos algum mecanismo de sistema automático de controle e a minha informação foi que não, não temos!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra informou:-----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente, eu não me apercebi, de qualquer modo fica registada a questão. Vamos prosseguir.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz (BE)**, no uso da palavra, apresentou as seguintes questões: -----

----- “ Obrigado Senhora Presidente, relativamente às duas primeiras aos dois primeiros assuntos. -----

----- Relativamente à Taxa Municipal vinha-me o Bloco de Esquerda, trazia aqui especificamente a aplicação da Taxa Municipal de Proteção Civil relativamente ao Conservatório, à Escola de Música do Conservatório Nacional que causou bastante surpresa devido ao valor de 27 mil euros, isso é praticamente o orçamento que Nuno Crato deu para recuperar parte do teto da Escola em 2015. A Escola não tem, obviamente uma verba disponível para pagar este a este valor, o Senhor Presidente da Câmara respondeu, e bem, que é um assunto que o Ministério da Educação terá de resolver dado que é a tutela direta do Conservatório Nacional e eu não sei se fazia aqui uma solução intermédia que a Taxa de Regulamento, que o Regulamento de Taxas Municipais prevê no artigo 10º “que estão isentos de pagamento da Taxa Municipal de Proteção Civil os prédios classificados como monumentos nacionais, imóveis de interesse público e imóveis de valor municipal.-----

----- Sucede que houve um processo de pedido de classificação Conservatório em 2005, que terminou em 2005, pela simples razão que estava incluído no conjunto de interesse público do Bairro Alto, o conjunto que foi classificado em 2010, por despacho da Ministra da Cultura e do Secretário de Estado Elísio Summavielle, ou seja, a razão por o Conservatório não ser especificamente monumento nacional sucede do facto de ser classificado dentro do conjunto de interesse público e pertencer ao elemento central com que o Bairro Alto foi classificado como tal. -----

----- Nesta perspetiva que seria do interesse e tendo por comparação outros edifícios em Lisboa, como, por exemplo, o antigo Liceu Camões classificado como monumento de interesse público, monumento nacional ou outros imóveis de interesse municipal, por exemplo, em vez de classificação, como o Bairro Azul ou o Oceanário de Lisboa, isto é tudo informação que está disponível na página do Património Cultural de Lisboa. Não sei se não seria do interesse Camarário avançar com a classificação do Conservatório ou assumir que estando o Conservatório entre o conjunto de interesse público está isenta desta taxa, à luz do Regulamento de Taxas Municipais. -----

----- Faria todo o sentido e permitiria evitar uma situação estranha que é na eventualidade de, enfim, os problemas do Conservatório Nacional são conhecidos os

95, os do Liceu Camões, também outras estruturas também e isto permitiria evitar a estranha possibilidade de ao Conservatório ser imposta esta taxa o Liceu Camões mas não ser, de uma entidade interessante privatizada como Oceanário de Lisboa se for classificada como de interesse municipal não ser aplicada a taxa o Bairro Azul na mesma, ou seja, permitiria evitar uma discriminação negativa injustificável. -----

----- A segunda questão é relativamente ao funicular a Graça, neste momento em obras, durante a intervenção foi descoberto parte da Muralha Fernandina com um particular interesse arqueológico, pelo que aparenta ser um alambor, os arqueólogos estão neste momento a fazer as escavações e tratar, e com taipa, isto é particularmente relevante e sendo Muralha Fernandina é automaticamente Monumento Nacional, o que significa que o funicular tal como está projetado no Plano de Acessibilidade não pode destruir a Muralha, assim pondo em forma muito simples, deixava por isso, já houve algumas reações públicas da Câmara Municipal no sentido de evitar essa eventualidade e deixámos aqui a pergunta: de como exatamente, os que pensam alterar o projeto e reformulava a anterior pergunta, se o desafio, se a Câmara pensa avançar? Se o Conservatório classificado como conjunto de interesse público não chegar para ser isento se a Câmara consideraria avançar com a classificação como imóvel de interesse municipal? E estando essa possibilidade aberta a qualquer cidadão a qualquer professor do Conservatório, eu próprio, a Associação de Pais poderiam avançar com esta possibilidade? Acho que o Senhor Presidente da Câmara poderia muito bem avançar imediatamente com esta hipótese.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra informou:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. Quem responde?”-----

----- **O Senhor Presidente na Câmara Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, respondeu:-----

----- “ Respondo eu Senhora Presidente. Senhor Deputado, o Estado tem que tratar dos seus imóveis! A Administração Central deve realizar as obras nos imóveis que estão degradados, em particular naqueles que estão muito degradados! E a Câmara Municipal não deve permitir nem por nenhuma razão deve diminuir um instrumento que, na minha opinião, está bem desenhado que é de grande eficácia, aliás, como se vê, relativamente a criar uma pressão adicional sobre a Administração Central para a resolução dos imóveis que estão degradados, até muitos de até com riscos de severos e, por isso a aplicação da Taxa de Proteção Civil faz todo o sentido aos imóveis do Estado e cabe à Administração Central orçamentar as verbas nos orçamentos dos serviços para procederem ao pagamento da taxa ou melhor ainda para não pagarem esse acréscimo de taxa, simplesmente realizarem as obras que devem realizar. Essa é que deve ser a luta de todos os Deputados e que deve ser a luta de todas as pessoas, é junto da Administração Central para que se realizem as obras que devem realizar, não é simplesmente isentar do cumprimento de uma obrigação e depois deixar que caia demolido aos poucos, porque simplesmente é um património que o Estado não cuida. ---

----- Dito isto, que é a posição de princípio que temos relativamente à Taxa de Proteção Civil, esta é a posição de princípio que é a única que me parece, aliás,

razoável, não é isentar imóveis por qualquer valor, é simplesmente exigir a quem são os seus proprietários e não simplesmente isentar a Administração Central desse esforço, há relativamente à questão do Conservatório uma situação particular, eu já tive oportunidade de responder e de atender na Reunião de Câmara, é que já está aprovado e depois de muito esforço, o Plano de Investimentos e de Obras para a realização das obras no Conservatório, a partir do próximo ano. E o que nós transmitimos ao Conservatório que, obviamente, estando o orçamento deles já delimitado e aprovado e sendo o mais complexo a exigência dentro da Administração Central, para que essa que cabimentação viesse a ser feita para poderem fazer o pagamento, que não seria pela Câmara Municipal que nós não encontraríamos uma solução de forma prática para que a escola não fosse prejudicada, mas quero frisar isto, isto é uma solução encontrada, que se vai encontrar exclusivamente pelo facto de nós hoje determos um plano calendarizado para a situação será ultrapassada e não ser, com hei de dizer? Temos a consciência que dado o funcionamento da Administração custa-nos menos a nós arranjar uma solução que não prejudique o Conservatório, do que estar à espera que a Administração Central encontre uma solução que não prejudique o Conservatório. Por isso a nossa posição foi muito clara, transmitida por mim em Reunião Pública de Câmara, que foi: o Conservatório não será de forma nenhuma prejudicado. -----

----- Encontraremos a solução que é mais expedita e neste caso, o Município dispôs-se a encontrar a solução mais expedita, agora Senhor Deputado, não tenha nenhuma ilusão, não se escreva uma história diferente daquela que ela é, a situação chegou onde chegou única e exclusivamente por incúria da Administração Central, única e exclusivamente, agora já um plano para a resolver, vamos nós também fazer a nossa parte, e encontrar aqui uma solução que permita temporariamente não fazer essa aplicação. Agora para o futuro e para os outros imóveis, para todos os imóveis do Estado a posição que a Câmara defende é que a Administração Central resolva os problemas da sustentabilidade dos imóveis e se não o fizer, então que fique responsável pelo pagamento pelo pagamento dos custos acrescidos que o Município tem por garantir a proteção desses imóveis, nomeadamente os riscos acrescidos que traz à Cidade em caso de derrocada, de utilização dos serviços de proteção civil e afins, é a única posição razoável e, aliás, é uma benfeitoria que a Taxa de Proteção Civil nos permitiu fazer e que sempre nos foi vedada pelo IMI, porque se o Senhor Deputado vir a situação, aliás, de injustiça que existe relativa a um particular por determinação, aliás, desta Assembleia, em caso de ter um imóvel degradado e abandonado tem um valor acrescido de seu IMI, ora o Estado, leia-se Administração Central isentou de IMI todas as suas propriedades incluindo qualquer que fosse o seu estado! Já não paga o normal e não paga também as que estão em pior estado, por isso não paga a sobrecarga de encargos que o Município tem com a sua salvaguarda e com os riscos para a Cidade. -----

----- Ora, a Taxa de Proteção Civil permitiu corrigir isto ao tratar todos exatamente da mesma forma em função da sua situação, mas volto a frisar, já assegurei à Direção do Conservatório que encontraremos uma solução para que não fique à espera e para que

não fique enredada no passam sem problemas de orçamentação da Administração Central, que conheço bem e sei que não são por vezes evidentes, são de resolução expedita e nós podemos ter essa resolução expedita, mas só o fazemos, porque o problema de fundo vai ser resolvido. -----

----- A segunda questão, peço ao Senhor Vereador Manuel Salgado para responder.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta: -----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Em relação ao funicular da Graça o que se passa é o seguinte: há uma única empreitada que está neste momento em curso relativamente ao funicular que é exatamente a empreitada de escavações arqueológicas. O objetivo é conhecer com rigor a localização da Muralha Fernandina e o valor que efetivamente está presente e até agora aquilo que se encontrou foram troços da fundação da Muralha e o alambor que é uma estrutura em taipa sobre a qual assentou há séculos atrás a Muralha. -----

----- Mas o que eu gostava de realçar o seguinte: como há pouco, expliquei o projeto que foi aprovado em Câmara de acesso ao Castelo, de acessos mecânicos ao Castelo é um projeto que visa criar quatro percursos em cada uma das encostas do Castelo para facilitar de a acessibilidade de quem reside no Castelo essencialmente, foi essa a nossa grande preocupação, o Castelo e a Graça, e permitir que as pessoas que aí residem facilmente cheguem à rede de transportes públicos, nomeadamente ao Metro tem estações no Martim Moniz, no Rossio e na Baixa e, portanto, fazer essas essas ligações. -----

----- Por outro lado, só com o conjunto destes percursos assistidos é que nós podemos evitar aquilo que há pouco já referi que é o acesso de autocarros de turismo, veículos pesados ao Castelo e que hoje em dia têm um efeito extremamente pernicioso na conservação do património, pelas vibrações que causam, pelas poeiras que emitem, pelos gases tóxicos e, portanto, que têm um efeito de degradação da própria pedra dos monumentos, portanto, nós aqui estamos numa situação no fundo de conjugar valores diferentes, um que é o valor da acessibilidade e o outro que é o valor da conservação do património, e mesmo na conservação do património, temos por um lado que precisamos desta rede de acessos para poder evitar o acesso dos veículos pesados, mas por outro lado quando estamos a construir este projeto também temos que ter a preocupação em salvaguardar o património que lá existe. O projeto está a ser corrigido exatamente para e evitar ao máximo tocar e afetar a estrutura do alambor e eu penso que isso, pelo menos das reuniões e eu tenho acompanhado pessoalmente este processo, com a direção da DGPC, que está tudo bem encaminhado nesse sentido e, por outro lado, também gostava de no fundo referir que há um conjunto de medidas, chamadas medidas compensatórias que giram à volta da abertura ao público do Convento da Graça, que é um protocolo que foi aprovada em Câmara recentemente, da constituição de um Centro de Interpretação da Muralha Fernandina e o Miradouro Sophia Mello Breyner, era uma localização privilegiada, porque a partir dali há uma visão bastante alargada do conjunto dos elementos que ainda estão aparentes da Muralha e entre o registo e mesmo à superfície do traçado da Muralha, que se vai

conhecendo à medida que se fazem estas pesquisas arqueológicas, eventualmente até outras medidas de proteção no próprio património, nomeadamente as igrejas como sistemas de deteção de roubo e vandalismo, porque isto é todo um pacote, chamemos-lhe assim de medidas que estão a ser equacionadas que sempre que há uma grande preocupação em salvaguardar tudo aquilo que tem sido encontrado, mas, ao mesmo tempo também há a preocupação em garantir a acessibilidade de uma Colina onde vive muita gente e principalmente muita gente idosa e salvaguardar todo o património que resulta do facto de que com estas medidas se poder evitar que os veículos pesados acedam à Colina do Castelo. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra informou:-----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador. Senhores Deputados, é a última intervenção da 1ª. ronda, já avançámos bastante já avançámos bastante nas várias temáticas o PNPN tem duas questões para colocar, vamos assistir depois, depois passaremos a 2ª ronda. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Lucas Lopes (PNPN)**, no uso da palavra, apresentou as seguintes questões: -----

----- “ Boa-tarde Senhora Presidente, boa-tarde Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, estimado Público.-----

----- O PNPN vem mais uma vez a esta Assembleia, com o assunto da educação na nossa Freguesia e para sabermos se por parte da Câmara Municipal existe mais alguma novidade que a gente possa entregar de com prenda de Natal aos nossos fregueses.-----

----- Desta vez tem-se ouvido muita coisa, têm saído algumas coisas na comunicação social, mas realmente é nesta Assembleia que nós confiamos e mais concretamente no Executivo para saber se temos mais alguma notícia acerca da construção da Escola Básica na zona norte e a respeito da 2ª fase se existe mais alguma novidade que possa ser transmitida aos nossos fregueses. -----

----- Da parte da segunda questão tem a ver com a gestão urbana e tem a ver com uma com uma parte que é bastante sensível que é a substituição dos Quercus todos da Alameda dos Oceanos, queríamos saber qual era o ponto da situação, no que diz respeito e esta esta obra que tem que ser feita pois que sabemos que alguns estão doentes e alguns até já mortos, no entanto, devido a ser Quercus, portanto, queríamos saber qual era o ponto da situação para saber se é neste inverno que se vai realizar essa substituição e como. -----

----- No que diz respeito ao à zona central da mesma Alameda e visto que as obras de pavimentação estão agora concluídas, ou prestes a ser devolvida a via aos fregueses, queríamos saber também qual é por parte da Vereação, do Senhor Vereador Sá Fernandes, qual é o ponto da situação a respeito da reparação dos vulcões da Alameda dos Oceanos. ----- Uma pergunta que deixamos para final é a respeito do Programa Pavimentar Lisboa, no que diz respeito à Dom João II, se sempre vai estar incluída dentro do Programa Pavimentar Lisboa e quando é que estão previstos, portanto, se iniciar as obras? Obrigado, boa-tarde.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra informou:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. Senhor Presidente, quem responde?”-----

----- **O Senhor Presidente na Câmara Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, respondeu:-----

----- “ Respondo eu, o Senhor Vereador Sá Fernandes e o Vereador Manuel Salgado.--

--

----- Tenho de facto, boas notícias para dar e a boa notícia é que a informação do Governo é que finalmente vai ser extinta a Parque Expo e isso vai permitir que com a extinção definitiva do Parque Expo que os terrenos transitem para a Direção-Geral do Tesouro e que sigam o seu curso normal dos terrenos da Administração no Estado que é serem afetos aos usos a que se destinam.-----

----- Eu gostava e sobre este assunto de lembrar, aliás, esta história trágica porque não só a Parque Expo, a Parque Expo foi alvo de uma decisão de extinção, se a memória não me falha entre 2011 e 2012. E como é que se tomam a decisão de extinção 2011/2012 e durante anos, não se extingue uma empresa? -----

----- E essa decisão de não extinção depois do anúncio da extinção teve várias consequências. A primeira, obviamente, a desvalorização dos ativos sob gestão, a segunda, o delapidar de todo o património humano, pessoal que lá estava acumulado mas teve um outro condão, que foi a inércia do Governo anterior a impedir a resolução da atribuição dos terrenos às entidades, volta a frisar públicas, públicas do Estado e da Administração Central volto a frisar isto Senhor Deputado, a situação e de tal forma escandalosa que para satisfazer uma pretensão da Administração da Empresa de apresentar umas contas de fecho menos complicadas do que aquelas que eram supostas fazer-se, havia uma, a Administração insistiu e nunca foi contrariada pelas sucessivas, pelas sucessivas tutelas, que deveria fazer a venda a preços de mercado das partes de lotes que estavam definidos do ponto de vista do Plano como lotes de equipamento público. -----

----- O Senhor Deputado veja a situação grotesca a que nós chegámos, nós temos um Ministério da Educação que tem tutela sobre o sistema de Ensino Secundário e sobre os edifícios do 2º e 3º ciclo, órgão da Administração Central do Estado, ao qual era vedado o acesso a um terreno que estava na posse no ativo de uma empresa pública de outro organismo, sob tutela de outro organismo da Administração Central do Estado, simplesmente porque o Estado decidiu extinguir e durante 4 anos foi incompetente para extinguir a empresa, libertar os terrenos e passa-los para os de para os Serviços da Administração Central competentes. -----

----- Felizmente a decisão já foi tomada e a Parque Expo irá encerrar no dia 31 de Dezembro deste ano e com esse encerramento e com o entendimento que temos com o Governo, é que os terrenos transitem com a sua extinção, os terrenos transitam de imediatamente para a esfera patrimonial do Estado, para a Direção-geral do Tesouro e daí transferirão, serão afetos aos usos que estão definidos, que são três, que é o uso relativamente à escola, à expansão da escola, em segundo lugar, à construção da nova escola para o qual já existe expansão da escola atual, para a qual o Ministério da

Educação volta de novo a assegurar que tem verba inscrita para poder fazer a obra, volto a salientar este absurdo, é que o Ministério da Educação durante anos teve orçamentada a verba para fazer a obra e continua a dizer que a tem. -----

----- Relativamente à construção da escola nova existe um protocolo com o Ministério da Educação para que seja a Câmara a realizar essa obra vistas qualquer 1º 2º e 3º ciclo e nós temos a verba para fazermos a construção mal tenhamos o terreno em nossa posse e há ainda por resolver e depois no âmbito da Administração Central se resolverá, a questão relativa o terreno para o Centro de Saúde e ver agora do seu enquadramento visto, depois de tanto tempo e tanta inércia e tanta inépcia a lidar com esse processo naturalmente Ministério da Saúde também foi tomando as suas decisões para melhor satisfazer a população e, por isso Senhor Deputado, este é um processo lamentável! Que da forma como foi conduzido nos últimos anos, felizmente que vai ser resolvido muito em breve e espero que com o retomarmos a normalidade, possa o Parque das Nações ter as infraestruturas a que tem direito e que sendo a zona das zonas de urbanização mais recente da Cidade, é aquela que enfrenta um défice mais significativo de infraestruturas por pura incompetência da Administração Central a gerir este “dossier”. -----

----- Havia uma segunda questão e eu peço ao Senhor Vereador Manuel Salgado e depois ao Senhor Vereador José Sá Fernandes para responder. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Portanto, em relação à Avenida Dom João II foi efetuada uma avaliação sobre o estado do pavimento e efetivamente está previsto que ela venha a ser incluída no Programa Pavimentar aliás, o Programa Pavimentar é um programa aberto e hoje já ultrapassou largamente o número de ruas que inicialmente estava previsto vir a intervencionar. Infelizmente são obras que muitas vezes são incómodas, nomeadamente quando é preciso fresar os pavimentos durante a noite, é ruidoso e provoca vibrações, mas por outro lado que eu saiba até ao momento não se inventou outro método de se fazer a recuperação destes arruamentos que não seja através da sua fresagem e colocação do novo tapete, não lhe posso garantir neste momento, qual é a data, mas que está efetivamente já foi feita a avaliação e está incluído no programa. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vereador José Sá Fernandes**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- As árvores na Alameda dos Oceanos vão ser substituídas no presente mês de dezembro, no corrente mês de dezembro. -----

----- Em relação aos vulcões eles estão a funcionar, não com aquela força do princípio, estamos neste momento a acabar o processo da aquisição das bombas e devemos começar a sua substituição no mês de janeiro. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra informou: -----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador. Terminámos a 1ª ronda e vamos iniciar a 2ª ronda.”-----

----- O PSD levantou já duas questões, vamos ver quais são as que a Senhora Deputada nos vai trazer, faltam 5 ainda no PSD, fazendo esta contabilidade para a gente ver o progresso dos trabalhos.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)**, no uso da palavra, colocou as seguintes questões: -----

----- “ Muito obrigada Senhora Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores. -----

----- O Caracol da Penha é uma área de pronunciado declive da Cidade e constituído por argilas deslizantes, talvez por esse motivo mesmo se tenha mantido uma zona expectante até agora. A Câmara decidiu fazer uma intervenção no local a qual se encontra a cargo da EMEL, em audição da 3ª Comissão, o próprio autor do projeto reconheceu as dificuldades do terreno, garantindo que não se irá construir uma creche por questões de segurança que, em caso de tremor de terra encosta desliza e que pela constituição do terreno não poderá haver infiltrações de águas na sua totalidade. -----

----- De acordo com a informação da EMEL, a adjudicação do projeto de contenção da encosta será feita em janeiro, estando concluídas em meados de 2017, no entanto, optou-se por fazer demolições e limpezas do mesmo terreno, alterando uma estabilidade já de si precária precisamente no pico da estação chuvosa, a pergunta que se põe é: que medidas adicionais foram tomadas para assegurar a consolidação e segurança deste encosta durante o período de demolição até à conclusão das obras de consolidação?-----

----- Segunda questão, recebemos na passada sexta-feira o relatório respeitante ao inquérito para apuramento das responsabilidades dos serviços e dirigentes municipais responsáveis pela fiscalização nas obras da Avenida Fontes Pereira de Melo número 41. Este relatório vai ser objeto de análise a 3ª Comissão e oportunamente nos pronunciaremos sobre ele. A minha pergunta é: para quando o relatório sobre o inquérito às responsabilidades por ação ou omissão dos serviços e dirigentes municipais responsáveis pelo cumprimento dos procedimentos administrativos aplicáveis? Tal como foi solicitado por esta Assembleia, ou seja este relatório está incompleto falta a outra metade, porque se foca a única e exclusivamente nas responsabilidades na fiscalização, deixa de fora uma parte significativa todo este processo que são os atos administrativos. Foram estes atos que deram origem à obra, este inquérito deixa de fora, por exemplo, a análise da licença de escavação emitida antes da autorização da Assembleia Municipal de Lisboa para ocupação da via pública, também deixa de fora o auto de embargo nunca formalizado na sequência de uma alegada ordem verbal que nunca passou a escrito, por violação do Código de Procedimento Administrativo. Por isso Senhor Presidente deixo aqui a pergunta: para quando a outra metade do inquérito? Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra informou:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. A Senhora Deputada estava nesta segunda questão a fazer referência a um inquérito levado a cabo pela Inspeção-geral do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território que chegou ao nosso conhecimento e foi distribuída por todos os Senhores Deputados, ou pelo menos por todos os Grupos Municipais e mandei baixar à 3ª. Comissão, portanto, eu pergunto ao Senhor Presidente que é que responde a estas duas questões?”-----

----- **O Senhor Presidente na Câmara Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, respondeu:-----

----- “ Sobre o Caracol da Graça responde o Senhor Vereador Manuel Salgado, sobre o inquérito respondo eu.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra informou:-----

----- “Muito bem. Senhor Presidente, eu queria só lembrar e ao Senhor Vereador Manuel Salgado relativamente ao Caracol da Penha que, para além das questões suscitadas pela Senhora Deputada, há uma a uma Petição pendente na Assembleia Municipal para apreciação.-----

----- Vamos ouvir as vossas respostas.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta:-----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Eu vou ser muito breve, relativamente ao Caracol da Penha, portanto, a posição tem sido manifestada pelos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia é que pretendem que efetivamente se realize o parque de estacionamento. A Petição dos moradores é que todo o espaço seja utilizado como zona verde de recreio e lazer.

----- Neste momento, nós estamos a avaliar da possibilidade de ter alternativas de estacionamento, o que se tem revelado que francamente difícil, para que seja tomada uma decisão final quanto à integração da totalidade do estacionamento, de parte do estacionamento, ou se temos alternativa para que todo o espaço se possa transformar num jardim.-----

----- Obviamente que julgo que a maioria de nós preferia que tudo fosse um jardim, como é óbvio, a questão é que mais uma vez, estamos aqui perante interesses contraditórios que temos que tentar encontrar.-----

----- Relativamente à pergunta que a Senhora de Deputada colocou pois todos estes cuidados têm sido tidos em conta, aliás, devo dizer-lhe que o relatório de revisão do projeto e a atitude dos projetistas eu devo dizer que foi particularmente sensata, porque não há um risco iminente de derrocada na Penha de França, longe disso, o que eles dizem é que se houver um tremor de terra, isso aí não é só a Penha de França, há muitas outras situações em Lisboa que são de risco e, portanto, localizar uma creche numa zona de risco é contraindicado.-----

----- Tinha sido intenção nossa de princípio que pudesse ser localizada, neste momento está a ser feito o projeto de consolidação da encosta e que é compatível com

qualquer das soluções que que venha a ser adotada e foram tomadas todas as medidas necessárias para que entretanto se evitem riscos de derrocada Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente na Câmara Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, respondeu:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Senhora Deputada, eu julguei que a Senhora Deputada ia usar da palavra para pedir desculpa ao Vereador Manuel Salgado e também aos Serviços da Câmara por muitas das afirmações que proferiu há uns meses atrás sobre este processo, porque a Senhora Deputada e a sua Bancada não se coibiu, durante um largo período de tecer um conjunto de afirmações e insinuações sobre o processo da Fontes Pereira de Melo que verdadeiramente eram infundadas e o pedido que foi realizado foi um pedido de inspeção a uma entidade externa ao Município de Lisboa, completamente externa, se a Senhora Deputada vir, aliás, a ficha técnica do âmbito processo de inquérito disse o seguinte:” Natureza: inquérito; entidade: Câmara Municipal de Lisboa; fundamento: parecer: 20/4 da 3ª Comissão Permanente de Ordenamento do Território de Reabilitação Urbana Habitação e Desenvolvimento Local da Assembleia Municipal de Lisboa; e conclusão: archive-se porque não há nenhum apuramento de nenhuma responsabilidade que justifique ato de outra natureza”, e por isso julguei que hoje o que a Senhora Deputada vinha era pedir desculpa em seu nome e da sua Bancada por tudo aquilo que proferiu, por tudo aquilo que se realizou, porque uma inspeção externa ao Município veio dizer que “não houve ilegalidade praticada relativamente a este ato que justificasse a outra forma”. -----

----- Senhora Deputada, este relatório, aliás, foi enviado, foi feito, como digo, e falta referir a ficha técnica feita na base do parecer emitido pela Assembleia Municipal, e não pelo pedido da Câmara por isso, por isso nos termos em que a Assembleia Municipal o colocou e a Comissão em que o colocou e a resposta veio pela entidade externa, como veio, e vem nestes termos. Se a Senhora Deputada Agora quer uma 2ª ronda para continuar no seu processo, lamento, mas não darei a continuar para esta história, e ficava-lhe bem era ter salientado mesmo as conclusões que aqui estão expressas. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra informou:-----

----- “Muito Obrigada Senhor Presidente, a Mesa informa que a Senhora Vereadora Margarida Saavedra se voltou a inscrever para insistir e terá a sua vez. Vamos prosseguir. -----

----- Nesta 2ª ronda, o Partido Socialista tinha apresentado 4 questões, já apresentou uma há pouco, temos tem 3 ainda vamos ver qual é que virá.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto (PS)**, no uso da palavra, apresentou as seguintes questões: -----

----- “Boa-tarde a todos e a todas, antes do mais Senhora Presidente dar-lhe nota que eu tinha, estava inscrito para duas perguntas, a pergunta para o Vereador Duarte Cordeiro eu entendo que neste momento e no decorrer destas 2 semanas perdeu alguma pertinência, portanto, eu não a efetuarei hoje, sempre que me reservo na

possibilidade de mais à frente numa das próximas sessões deste cariz, de a poder repetir. -----

----- Senhora Presidente nos últimos tempos, tanto fontes da PSP como da Câmara Municipal de Lisboa, não oficiais, mas da estrutura de ambas, eu sou testemunha disso, fizeram chegar tanto à Junta de Freguesia como à população informações que geraram alarme acerca da possibilidade de encerramento das esquadras da PSP tanto do Bairro da Liberdade, como a Esquadra de Campolide, no âmbito de uma reforma que envolvia a nova Esquadra de São Domingos de Benfica, no seguimento da inauguração das suas novas instalações e o encerramento da Praça de Espanha. -----

----- Este facto lançou-nos imenso alarme, pois, para além de ser sempre tradicional na população que se sinta uma diminuição do sentimento subjetivo de segurança quando alguma esquadra é encerrada, mas é especial por Campolide e deixo-lhe 5 tópicos muito breves, receberá agora o Corredor Verde Estruturante do Vale de Alcântara, já com obras a começarem, o Campus da Universidade de Berna, da Universidade Nova Lisboa que passará para o Campus de Campolide, com obras também a começarem agora, a Praça de Campolide, que está a acabar, que inclui a reposição elétrico 24 e a entrada do Aqueduto das Águas Livres, a sua entrada na no circuito turístico da Cidade, para além de todas as outras alterações previstas para a Praça de Espanha que terão reflexos na Freguesia e em especial na Rua de Campolide. --

----- Portanto para além da realidade atual da Freguesia que já justificava estas 2 Esquadras e nós teremos este acréscimo a atual e para os próximos anos. Além disso sabemos como o Bairro da Liberdade, e a Senhora Presidente é testemunha disso tem sido um território desprotegido difícil de gerir e que nos últimos anos, felizmente, temos conseguido estabilizar e, portanto, independentemente de saber que não é competência direta a Câmara Municipal de Lisboa perguntar se a Câmara Municipal de Lisboa tem alguma notícia ou a informação desta possibilidade e deixar, quer tenham, quer não tenham, um apelo para uma atuação conjunta já falámos inclusivamente com o Vereador Carlos Castro, para isso mas infelizmente não pode estar presente para que caso haja alguma possibilidade esta mudança ocorrer de nós conseguirmos falar ano que o Governo no sentido de ela não acontecer. -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra informou:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, Esquadras de Campolide, quem responde? -----

----- A Mesa está a perguntar ao Senhor Presidente quem responde a este tema das Esquadras.” -----

----- **O Senhor Presidente na Câmara Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, respondeu:-----

----- “ Sou eu próprio, Senhora Presidente. -----

----- Agradeço ao Senhor Deputado a questão que colocou, a informação que temos é que temos dialogado com o Governo relativamente à concretização do programa de reafecção de realocização das Esquadras nos exatos termos com que temos debatido

o assunto aqui na Assembleia por várias vezes, e a intenção que existe que como digo se refere como uma intenção não concretizada é a da transferência de efetivos da Esquadra da Praça de Espanha para a Esquadra do Tribunal do Tribunal de Campolide.-----

----- Não posso confirmar que este movimento venha a ser feito, não o posso confirmar é uma intenção transmitida pela Polícia de Segurança Pública e pelo Ministério da Administração Interna, isto é, dada quando se der o fecho da unidade da Praça de Espanha, aliás, por se tratar de um terreno Camarário, por se ter tratado um terreno Camarário que foi alvo da proposta de regularização da Praça de Espanha e por isso, havia essa intenção de fazer a transferência dos efetivos e concentração dos efetivos na zona da Esquadra do Tribunal, o que creio aliás que melhorariam a situação da acessibilidade à Freguesia de Campolide. -----

----- Não estão em posição de confirmar que seja esta a solução definitiva, o que posso é garantir que nenhuma decisão definitiva será tomada sem que haja uma reunião com o COMETLIS, a Câmara e a Junta de Freguesia no sentido de toda esta questão ser articulada antes de uma decisão final. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra informou:-----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente. -----

----- Eu queria informar os Senhores Deputados do seguinte: eu tenho que me deslocar à Assembleia da República porque o Presidente do Tribunal de Contas está a ser ouvido em sede de Orçamento de Estado e que uma das questões que está a colocar tem a ver com a sorte que nos interessa a todos, que é o Regime Sancionatório dos Autarcas, que é diferente do Regime Sancionatório dos Governantes relativamente a decisões em que participem. -----

----- Penso que é do nosso interesse e do interesse da Assembleia Municipal que eu possa estar nessa audição e, portanto, a Mesa ficará a ser assegurada pelas minhas 1ª e 2ª Secretárias e, naturalmente peço a vossa colaboração para o resto está mais que o da melhor maneira possível e darei conta em Conferência de Representantes do que é que conseguimos esclarecer junto do Tribunal de Contas. -----

----- Para quem não está ao corrente os que os Autarcas, mesmo que não tenham pelouros nem responsabilidades executivas são responsabilizados pelas decisões que tomam e mesmo que as tomem de acordo com as informações técnicas que acompanham os processos. -----

----- Este não é o tratamento que têm os Membros do Executivo que só são sancionados quando tomam decisões contra as informações técnicas que vêm nos processos, e é esta desigualdade que entendemos que deve ser discutida. -----

----- Muito obrigada Senhores Deputados e vamos prosseguir.” -----

----- **(Neste momento a Senhora Deputada Municipal Patrocínia César passará a orientar os Trabalhos, como Presidente em Exercício.)**-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra, apresentou as seguintes questões: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados.-----

----- Nesta sessão de perguntas Os Verdes têm ainda mais três temas. -----

----- Já aqui trouxemos a questão dos acordos internacionais, nomeadamente o TTIP e o CETA, ou seja, os acordos entre a União Europeia e os Estados Unidos da América e o Canadá, respetivamente, e seus impactos para o país e, por conseguinte, para a cidade de Lisboa.-----

----- Entregámos até um requerimento, em Abril, sobre a posição da Câmara acerca do TTIP. Até agora, não houve qualquer resposta. -----

----- A verdade é que aumenta a contestação a estes acordos e aos seus impactos negativos a nível social, económico, ambiental e alimentar e até de destruição das próprias funções do estado social e do poder democrático. Por exemplo, estes acordos abrem portas ao controlo da água e de outros bens públicos por parte de corporações privadas. Além disso, o CETA omite o direito de sindicalização, os contratos coletivos de trabalho e a organização do tempo de trabalho.-----

----- Estes acordos preveem ainda um mecanismo que permite que as empresas processem os Estados, caso estes adotem medidas que impeçam ou dificultem a margem de lucro das empresas, por exemplo, se decidirem aumentar o salário mínimo.-----

----- Face a tudo isto, várias Assembleias Municipais do país aprovaram uma moção para que o município se declarasse livre do TTIP e do CETA. Podemos dar o exemplo de Loulé, onde a moção foi aprovada com votos a favor de deputados do PS, e até foi subscrita por três destes deputados. Por sua vez, o PS em Lisboa rejeitou uma moção apresentada pelos Verdes, propondo a rejeição dos impactos negativos do TTIP.-----

----- Se antes o PS em Lisboa argumentava com o facto de ainda se saber pouco sobre o TTIP, não havendo, segundo a sua opinião, aparentemente razões para estar contra o acordo, com o que já se sabe, apesar de todo o secretismo e falta de transparência, importa perceber como se posiciona agora o PS em relação a esta matéria. -----

----- Assim, a perguntas é se mesmo com o que já se sabe, o executivo continua a considerar que não deve rejeitar o TTIP e o CETA, ou pondera vir a posicionar-se contra estes acordos? -----

----- Uma outra pergunta que tínhamos era sobre a utilização de papel reciclado nos serviços da Câmara Municipal de Lisboa. No entanto, como entregámos o tema desta pergunta há uma semana, reparámos que, finalmente, neste espaço de tempo, a Câmara começou a distribuir propostas em papel reciclado, situação com a qual nos congratulamos, obviamente.-----

----- De qualquer forma, é de referir que em todos os mandatos, O Grupo Municipal de Os Verdes apresentou uma recomendação no sentido da aquisição de papel reciclado e da sua crescente utilização nos diversos serviços municipais, nomeadamente em atas, propostas, convocatórias, relatórios, etc. -----

----- Em todos os mandatos essa proposta foi aprovada por unanimidade.-----

----- Também em todos os mandatos, até há poucos dias, a situação manteve-se na mesma, sem qualquer evolução. -----

----- Esperemos então que a partir de agora a utilização de papel reciclado seja uma prática generalizada nos serviços municipais, tendo em conta que os impactos ambientais resultantes do fabrico de papel poderão ser assim evitados.-----

----- Dizer ainda que não se percebe por que razão a aplicação desta prática demorou tanto tempo e já colocámos estas questões por escrito, através de um requerimento, em Maio, e até agora a resposta da Câmara foi zero! -----

----- A última pergunta que temos é sobre a calçada portuguesa e a escola de calceteiros.-----

----- Existe neste momento uma petição para elevar a calçada portuguesa a Património Nacional Imaterial da Humanidade, e não nos podemos esquecer que a Câmara criou, em 1986, a Escola de Calceteiros para não se perder os conhecimentos sobre calcetar, para renovar o efetivo de calceteiros municipais e para divulgar esta arte.-----

----- Sabendo que a calçada portuguesa é um património que faz parte da nossa história e é um tipo de arte muito apreciada além-fronteiras, importa perceber a visão e a estratégia do executivo para a Escola de Calceteiros. Especialmente quando as principais queixas relativamente à calçada são a falta de manutenção e o facto de ser arranjada não por profissionais qualificados, mas por outros trabalhadores, a que muitos calceteiros chamam os “tapa-buracos”, ou seja, pessoas contratadas por empreiteiros, que nem sempre percebem de calçada.-----

----- Além disso, não podemos deixar de alertar para o facto de a brigada de calceteiros municipais apresentar carências e de a idade dos calceteiros ser elevada.-----

----- Perante isto, para Os Verdes, a Câmara tem a obrigação de valorizar e dignificar a profissão de calceteiro, uma profissão genuinamente portuguesa, e de promover trabalho nesta área, tornando este ofício atrativo para várias gerações. Só assim se conseguirá atrair mais pessoas, e só motivar os formandos para concluir o curso e continuar a trabalhar nesta arte.-----

----- Assim, que medidas tem a Câmara Municipal de Lisboa implementado no sentido de minimizar as dificuldades de recrutamento e as desistências que por vezes ocorrem a meio dos cursos?-----

----- Dos formandos que terminaram os cursos, quantos já integraram os serviços da Câmara e em que condições?-----

----- Uma vez que há vagas no mapa de pessoal por preencher, quantos lugares, e quando, prevê a Câmara abrir para calceteiros?-----

----- E, por último, a Câmara Municipal de Lisboa tem recorrido à Escola de Calceteiros para procurar compatibilizar o uso da calçada e a fruição dos passeios por pessoas com mobilidade reduzida, uma vez que isso é possível e é ensinado na Escola?-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, respondeu o seguinte:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Eu responderei às primeiras questões e, depois, peço não Vereador João Paulo Saraiva que responda às seguintes.-----

----- Senhora Deputada, com franqueza, pedir o pronunciamento da Câmara Municipal sobre o TIP e sobre o acordo do comércio Canadá? -----

----- Senhora Deputada, em primeiro lugar, está completamente fora do âmbito das nossas competências. Em segundo lugar, eu não conheço nenhum texto sobre o assunto. Não conheço. Conhece algum? Conhece algum documento sobre o TIP? Conhece algum texto do acordo? Conhece algum texto? Estou-lhe só a perguntar se conhece. É que eu não conheço, eu nunca vi. Aliás, essas têm sido as críticas apontadas à negociação. -----

----- Senhora Deputada, vamos lá ver, a matéria da negociação dos tratados internacionais é da exclusiva responsabilidade do Estado Português exceto, quando se coloca em matérias que, ao abrigo dos tratados, é da responsabilidade da União Europeia. O nosso pronunciamento pode ser, naturalmente, enquanto órgão, no caso de uma apreciação política. Agora, exigir à Câmara um pronunciamento sobre o TIP, peço desculpa, Olhe, faria mais sentido que a Senhora Deputada, em nome dos Verdes, viesse, aqui, pedir qual é a opinião da Câmara relativamente à COP 22, que se vai realizar em matéria ambiental e, se calhar, podia fazer mais sentido. Agora, relativamente ao TIP, peço-lhe desculpa, guardarei a minha opinião para uma opinião de carácter político, geral, que podemos fazer, aqui, nas sessões de pronunciamento geral, simplesmente, só me reservo para essa opinião quando conhecer o texto, porque eu só conheço as críticas, nem sequer a defesa, do que lá está a acontecer, em matéria de processo de negociação. E, por isso, permita-me, Senhora Deputada, que não faça pronunciamento de algo que está, completamente, fora das minhas competências e sobre os quais a Câmara não tem qualquer conhecimento, não é a Câmara, peço desculpa, eu, enquanto cidadão, não tenha qualquer conhecimento. -----

----- Relativamente ao acordo da política aduaneira com o Canadá, permita-me, também, que responda da mesma forma, é que essa matéria não é competência atual do Estado português, é uma competência que faz parte do corpo das matérias no âmbito da União Europeia, que estão na esfera das competências da União Europeia, ao abrigo dos tratados que Portugal subscreveu e ratificou ao longo de vários anos e, de facto, a Câmara de Lisboa não dispõe do poder da Valónia, relativamente a poder definir, autonomamente, a sua pauta aduaneira para com o exterior e, por isso, nessa matéria, não vamos definir as nossas tarifas face, aqui, aos nossos concelhos limítrofes. -----

----- Relativamente à segunda questão pedia ao Senhor Vereador João Paulo Saraiva para responder.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Novamente, boa tarde a todos. -----

----- Pois, Senhora Deputada Cláudia Madeira, eu fiquei muito contente com a questão que colocou, relativamente ao papel reciclado, mas confesso-lhe que fosse mais longe, e que fosse mais longe em que sentido, no sentido que há uma enorme luta no município que tem vindo a ter os seus altos e baixos, mas que estamos a retomar, e a aprofundar, nomeadamente, com a área do vereador Jorge Máximo com os sistemas de

informação que tem a ver com a desmaterialização de processos e com, de facto, a menor utilização de papel no município. É uma luta que tem sido difícil, uma luta que tem sido, tem tido, como digo, os seus altos e baixos, mas estamos muito empenhados nela e vamos fazer todos os esforços para que diminuamos, certamente, o papel utilizado, não reciclado, que utilizamos, cada vez mais, com o papel reciclado, mas essencialmente, deixemos de utilizar papel ou, pelo menos, reduzamos o papel, o mais possível, naquilo que é a atividade do município. -----

----- Relativamente à Escola de Calceteiros, de facto, a escola, aliás, eu gostaria de, em breve, trazer a todos os grupos da Assembleia Municipal a informação detalhada sobre a escola, ao longo destas décadas da sua existência, de forma a que todos percecionam o enorme esforço que os profissionais do município, ligados à escola, têm feito nas inúmeras ações de sensibilização, workshops mas, também, as ações de formação que têm sido feitas ao longo dos anos. Os números não são extraordinários, é certo, porque, de facto, não nos parece lógico, obrigar as pessoas a serem calceteiros, é preciso sensibilizá-las, é preciso mostrar que, de facto, é uma atividade interessante, ela tem de ser, devidamente, remunerada, e daí a dificuldade, muitas vezes, de reter as pessoas com formação, no município, pelos condicionalismos que todos conhecemos, nomeadamente, os de ordem salarial, mas dizer, também, que neste momento, decorre um curso de calceteiros, e que em 2016, já foram formados, ou estão em formação, 78 novos calceteiros, na escola de calceteiros, e que desde 1987, e este é que não é um número extraordinariamente famoso, mas decorre muito de inúmeras desistências a que se referiu na sua intervenção, foram formados e certificados, por este município, 190 novos calceteiros. -----

----- E portanto, são estes os números que tenho para lhe dar, mas gostaria aqui, independentemente, de novas ideias que até o Grupo de Os Verdes nos pode, se as tiver, apresentar e teremos todo o gosto de acolhe-las, mas queria, aqui, salientar o enorme esforço, a enorme dedicação que todos aqueles que trabalham na escola de calceteiros, têm colocado em prol da valorização desta atividade, e da sua dinamização e, já agora, na formação de novos calceteiros. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gabriel Baptista Fernandes (CDS-PP)** no uso da palavra, colocou a seguinte questão: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente, Senhora Secretária, Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores. -----

----- Permitam-me, antes de tudo, de agradecer, sinceramente, à Assembleia, na pessoa da Senhora Presidente, o Voto de Pesar pela morte do meu pai, gesto que muito agradeço, e que transmitirei à minha família. -----

----- A vida continua e vamos falar sobre Regulamento de Património. -----

----- O Senhor Vereador Manuel Salgado, certamente, das várias vezes que o interpelámos sobre a apresentação do Regulamento do Património. A discussão sobre esta temática teve o seu ponto alto quando esta Assembleia, no ano passado, se viu confrontada com inúmeras alienações de património municipal sem que, previamente,

fosse do nosso conhecimento a estratégia do município e muito menos a proposta de atualização do regulamento. Ficou a promessa de, no início deste ano, 2016, obteríamos esses documentos. -----

----- Em Maio, os eleitos desta casa receberam um *PowerPoint* explicativo da estratégia, tão e somente isso. Quanto à proposta de regulamento ficou, novamente, a promessa de que seria apresentada em breve. -----

----- Decorrido um ano, Senhor Vereador, perguntamos novamente: para quando a apresentação do Regulamento Municipal do Património? Ainda será neste mandato?---

----- Quanto à questão das obras de Sete Rios, no que respeita à intervenção prevista para a Praça Marechal Humberto Delgado, mais conhecida por Sete Rios, incluída no Programa Uma Praça em Cada Bairro, várias foram as notícias, posições e discussões que aqui temos tido. -----

----- Entre elas, a petição lançada por munícipes a alertar para inúmeras incongruências de planeamento do projeto, a par das questões que o CDS tem também levantado. -----

----- Desde o anúncio formal da obra, já assistimos a três compromissos diferentes quanto ao calendário da obra, quer por parte da Câmara e ultimamente pela Junta. O último prazo de início comunicado seria a segunda semana de Outubro sem se saber, afinal, de qual das fases estamos a falar. -----

----- Porque, Senhor Vereador, sabe bem que uma coisa são as alterações a nível do espaço público e verde e outra, bem diferente, será a construção do parque de estacionamento subterrâneo. -----

----- A verdade é que importa que a Câmara Municipal de Lisboa apresente um calendário de intervenções coerente com o eficiente e rigoroso gasto de dinheiro público previsto na obra.-----

----- Assim, Senhor Vereador, é essencial que esclareça qual é o cronograma da obra, a definição das fases e priorização, o impacto das mesmas na circulação viária e pedonal e, acima, de tudo, qual é o projeto de intervenção final. -----

----- É que nesta Assembleia, e também noutros fóruns (sabemos, por exemplo, que a Assembleia de Freguesia de S. Domingos de Benfica aprovou, por unanimidade, a necessidade de conhecer o projeto final e calendário), foi prometido avaliar as questões levantadas por munícipes e que continuam a ser prementes e que o CDS, na sua larga maioria, acompanha. -----

----- Foram elas alvo de reflexão por parte da Câmara Municipal de Lisboa? O que mudou? Todos nós, eleitos e munícipes, temos o direito de saber. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, respondeu o seguinte: --

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Em relação ao Regulamento do Património, ele foi distribuído a todos os grupos políticos da Câmara Municipal, em maio deste ano, a versão completa. Está agendada a versão para ir para debate público para a reunião de Câmara de dia vinte e quatro deste mês, e pela informação que tenho, ainda hoje de manhã, numa reunião dos

representantes do CDS-PP, com o Diretor Municipal do Património, em que foi, exatamente, explicado e discutido e recolhidas as sugestões feitas pelo CDS-PP.-----

----- Relativamente a Sete Rios, como já, aqui, já tive a oportunidade de referir, a obra será executada em duas fases, sendo que só é possível fazer as intervenções de maior vulto, ou seja, a instalação do interface de transporte por baixo do viaduto do Eixo Norte/Sul, quando tivermos a alternativa para o estacionamento que, hoje, lá existe. E a alternativa para o estacionamento é, exatamente, a construção do parque de estacionamento da EMEL que, segundo a informação que tenho, está a ser montado, neste momento, o estaleiro, e que tem capacidade para trezentos e um lugares de estacionamento. Só quando esse parque de estacionamento estiver a funcionar, é que é possível fazer a intervenção de fundo na Praça de sete Rios, que implica instalar o interface por baixo do viaduto, e reformular a circulação.-----

----- Complementarmente com o parque, aquilo que temos previsto é intervir no interface da rede expresso nacional para melhorar o seu funcionamento que, aliás, era uma das reclamações apresentadas pelos moradores do condomínio que se localiza, exatamente, a norte desta estação da REN e melhorar, também, o funcionamento de uma praça de táxis que existe entre este terminal da REN e a Estação de Caminhos de Ferro de Sete Rios.-----

----- Portanto, é sobre isto que estamos a trabalhar, e vamos resolvendo um conjunto de soluções na envolvente, enquanto esperamos que esteja concluído o parque de estacionamento e, com a conclusão do parque de estacionamento, será possível retirar o estacionamento que está por baixo do viaduto, e fazer a obra de fundo. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (CDS-PP)** no uso da palavra, colocou a seguinte questão:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente em exercício.-----

----- Senhor Presidente da Câmara, três questões, uma relacionada com a gestão dos bairros municipais, tem a ver com o Bairro Municipal Eduardo Bairrada e ruas adjacentes; o Rio Seco e Travessa do Giestal, onde há problemas de limpeza, onde o lixo se acumula rapidamente, depois de qualquer limpeza feita, e onde há pragas de roedores em algumas das ruas das Freguesias da Ajuda e, também, de Alcântara. -----

----- Perguntamos que medidas estão previstas para combater este perigo para a saúde pública naquela zona?-----

----- A segunda questão que iríamos levantar, e continuamos a insistir nela, pois já vem de algum tempo a esta parte, é a Regulamentação da Atividade de Transporte de Passageiros em Veículos *Tuk Tuk*. Houve uma recomendação da 2ª Comissão Permanente de Economia, Turismo, Inovação e Internacionalização, em Janeiro de 2015, que referia não permitir que os *Tuk Tuk* substituam os táxis, o que têm vindo a acontecer. No ponto seis, que os circuitos livres, em zonas limitadas, se concentrem no centro histórico, zonas com acesso condicionado e no eixo Ribeirinho e, ainda, criar condições mais favoráveis para os veículos não poluentes. Ponto nove, que o horário da atividade respeite o descanso dos lisboetas e seja, adequado.-----

----- Ouvimos com interesse e satisfação as declarações do Senhor Presidente da Câmara, mas ficamos a aguardar, de facto, a apresentação do Regulamento dos Tuk Tuk, e que ele seja, sobretudo, posto em prática. -----

----- A terceira questão tem a ver com a Associação Música, Educação e Cultura, Orquestra Metropolitana de Lisboa, e refere a reposição dos salários, cortes salariais impostos aos trabalhadores permanentes da AMEC Metropolitana, desde 2012, mantêm-se um diferencial que deve ser anulado até Janeiro de 2018, segundo indicações, continuamos a afirmar que este corte é injusto, e que se prolongou ao longo dos anos, e que deverá ser revertido, antes deste prazo, de 2018.-----

----- Perante os cortes ilegais de 20%, e havendo conhecimento desta situação, a Câmara que é a principal investidora, digamos assim, financiadora desta associação tem feito o que está ao seu alcance, junto da AMEC, para encontrar uma solução que viabilize o funcionamento da Orquestra Metropolitana de Lisboa, e que garante a todos os direitos laborais aos trabalhadores, como é a reposição dos cortes salariais, ainda, este ano, ou em janeiro de 2017? É a pergunta que deixamos.-----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Relativamente à questão dos Tuk Tuk’s creio que, há pouco, respondi ao fundamental, o corpo fundamental das recomendações da Assembleia encontrou-se vertido num despacho, por termos entendido que esse mecanismo era suficiente e mais expedito para conseguir os objetivos, e creio que está a funcionar bem relativamente às preocupações. Por isso, o despacho o que fez foi limitar o acesso dos veículos de animação turística, em algumas zonas da cidade, essas zonas foram previamente debatidas com os Presidentes de Junta mais afetados, foram colocadas limitações de circulação a partir de determinadas vias estruturantes para evitar a substituição, ou a concorrência com os serviços de táxi, algo que, também, foi conseguido. Foram introduzidos horários à circulação dos Tuk Tuk’s e foram introduzidas zonas obrigatórias para recolher e para largar passageiros, e desse despacho tem havido uma inspeção com significado por parte da Polícia Municipal, tendo já sido levantados, a esta altura já serão mais, mas a informação que aqui tenho disponível tem cerca de um mês, já foram a autuados cerca de 600 infrações realizadas por Tuk Tuk’s, eu acho que, hoje, podemos reconhecer que a situação encontra-se bastante mais normalizada do que aquilo em que se encontrava há cerca de um ano atrás. -----

----- O Senhor Deputado tem razão de que falta um elemento, que é a questão da obrigatoriedade de eles serem elétricos, isso terá que ser por via de regulamento, e quanto mais breve possível que possamos fazer, mas trata-se de um regulamento simples, na medida em que é este último elemento em falta. -----

----- Relativamente às seguintes questões, peço à Vereadora Catarina Vaz Pinto e ao Vice-presidente para responderem.” -----

----- **A Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- Em relação à Orquestra Metropolitana de Lisboa, é verdade que houve um corte salarial, mas esse corte tem vindo a ser reposto, de todos os anos, falta, apenas, uma percentagem mínima para os salários voltarem à situação anterior ao corte. De qualquer forma, e como sabem a Câmara Municipal de Lisboa manteve, sempre, o seu financiamento, os mesmos valores, à Associação Música e Cultura, e quem está, enfim, os cortes devem sobretudo, também, à redução dos financiamentos dos vários organismos do Estado. -----

----- Nesse sentido, estamos, também, agora, a tentar que haja uma reposição para os valores, anteriormente, fixados na quinta adenda ao acordo fundadores, e esperamos que essa situação se possa resolver no próximo ano. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Vice-presidente Duarte Cordeiro** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Quero agradecer ao Senhor Deputado as questões que foram colocadas. -----

----- Dizer que nós registamos a questão das pragas, e os serviços irão lá, assim que possível. Nós solicitamos informação sobre o assunto, nós temos conseguido fazer estas desinfestações, mas insistiremos, portanto, se existe um boato, nós não tínhamos essa informação, mas iremos assim que possível, dar resposta a essa necessidade. -----

----- Muito obrigado” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra, colocou a seguinte questão: -----

----- “Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, público presente. -----

----- Cabe-me questionar sobre o impacto da atividade turística na nossa sociedade, um importante impacto económico de alguma reabilitação urbana e de vivência em comum. Este *boom* turístico permitiu, em 2015, abrir dezasseis hotéis, mais dez no presente ano, mais sete em 2017. E, por isso, eram os *Hosteis* o alojamento local que, em Lisboa, representa mais de um terço da capacidade do turismo, em Lisboa. -----

----- O número de passageiros tem vindo em cruzeiros atingiram 235 mil o que representa mais de 60% por parte dos que nos visitam. Lisboa acolheu 5,25 milhões de hóspedes, gerando receitas de 3,5 milhões de euros, Já durante 2016, a Câmara arrecadou, em termos de taxa turística durante os primeiros sete meses, o valor previsto para o ano inteiro. Permitiu mais, também, que um em cada seis imóveis fossem vendidos e fossem comprados pelos cidadãos, ou empresas estrangeiras. Este *boom* turístico, bom em termos económicos para a cidade, trouxe-nos, no entanto, a especulação na venda e do arrendamento das habitações no centro da cidade, que tem vindo a subir pelas colinas, em mancha de óleo, e trouxe-nos, também, a exclusão social e dos poucos habitantes que, ainda, existem. Trouxe-nos, também, mais emprego, mas muito dele precário, clandestino e ilegal, mal remunerado e não pago, e sujeito a todo o tipo de arbitrariedade. -----

----- A Vereadora Paula Marques considera que há um desequilíbrio habitacional no centro histórico de Lisboa, e que o Programa de Renda Acessível é um instrumento

para mudar a situação. Mas como todos nós sabemos, nenhuma chave será atribuída durante o ano de 2017, ao abrigo desse programa.-----

----- O Presidente da Junta de Santa Maria Maior, o Deputado Miguel Coelho, diz que tem que haver residentes nos prédios de alojamento local, e que o aluguer de apartamentos de curta duração tem que ser travado. -----

----- O que faz a Câmara? Nada.-----

----- O Senhor Vereador Manuel Salgado diz mesmo que a grande vantagem do orçamento local é que recupera imóveis. Hoje, turistas, amanhã, também podem ser residentes locais, ou a propósito do evento a decorrer do Web Summit, preconizou que a ocupação por empreendedores estrangeiros de habilitações, em Alfama, pois eles têm que encontrar algum lugar para viver. -----

----- Estas posições foram assumidas durante a 2ª Edição do Observatório Imobiliário, confrontando turismo versus habitantes locais.-----

----- A proposta que nos é apresentada pelo Fundo de Desenvolvimento Turístico, é da refração do dinheiro arrecadado de atividade do turismo, para o turismo e para as associações e empresas que o promovem. -----

----- Nada nos é proposto para o combate à exclusão social e a favor dos poucos habitantes que, ainda, existem, mesmo para a captação dos novos habitantes para a cidade e para o seu centro.-----

----- Como todos nós sabemos, a Cidade de Lisboa mantém uma dinâmica demográfica negativa, com uma perda de mais população residente, conforme revelam os últimos indicadores fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatísticas, os quais confirmam, também, o inabalável processo de envelhecimento dos seus moradores, o que nos mostra um falhanço da governação PS na nossa cidade, nem versão desta realidade que requer uma política agressiva, cabal e concertada, visando humanizar a cidade e atrair a Lisboa, mais jovens para morar e trabalhar. -----

----- A turistificação da cidade, ou a monocultura do turismo, pode ser uma importante alavanca económica para a cidade, em termos económicos, que têm de estar ao serviço das pessoas, dos cidadãos de Lisboa, do seu direito à habitação, da sua vivência e cidadania. -----

----- O património mobiliário do município tem de estar, hoje e amanhã, ao serviço da cidade, temos de permitir, às gerações futuras, manter uma reserva património imobiliário, que fica ao serviço das escolhas democráticas. Fundamental é dotar a cidade de uma visão estratégica de reabilitação urbana, em que o município, os privados, cada um por si, têm de cuidar e valorizar o seu património. São precisas respostas efetivas, para resolver os problemas da habitação, em Lisboa. -----

----- Por isso, a minha questão é, em política há escolhas para fazer, pelas pessoas, ou contra os cidadãos, A Câmara deve-as fazer no reencaminhamento dos dinheiros do Fundo do Turismo a favor, no repovoamento da cidade, ou não? -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Quero iniciar a resposta e, depois, passar ao Vereador Manuel Salgado. -----

----- Senhor Deputado, não há nada pior na política que os maniqueísmo, e termos os bons, os maus, todos os bons são todos do seu lado, os maus estão todos do outro, deixe-me começar por esclarecer o seguinte, eu não percebo como é que o Senhor Deputado atribui as verbas do Fundo de Desenvolvimento Turístico da Cidade de Lisboa, aos grandes capitalistas do setor da hotelaria, como as grandes escolhas do município, quando vamos ver a lista dos projetos que foram aprovados pela Câmara, para esse fim, e encontramos: o fecho do Palácio Nacional da Ajuda, a recuperação da Estação Sul e Sueste, a colocação de um núcleo museológico sobre a Ponte 25 de Abril e a colocação do novo tabuleiro sobre a Ponte 25 de Abril, onde encontramos o apoio ao Programa das Lojas com História, onde encontraremos o reforço das capacidades de higiene urbana nas zonas mais afetadas por turistas, onde encontramos só projetos e iniciativas de absoluta relevância para a cidade, grande parte deles, aliás, concentrados sobre a recuperação patrimonial da Cidade de Lisboa. -----

----- Como é que o Senhor Deputado é capaz de dizer que as verbas que são afetadas à recuperação daquilo que, porventura, mais importante é, da preservação da identidade da Cidade de Lisboa, que é o nosso património cultural, o Senhor Deputado diz não, são as verbas para os capitalistas do setor da hotelaria e do turismo. Senhor Deputado é não ter, sequer, um mínimo de, peço desculpa, de adesão à realidade, e expor-se até, a uma certa, a ser até, talvez, acusado de uma certa leitura afetada daquilo que é, daquilo que são as decisões do executivo, porque é totalmente incompatível o Senhor Deputado, Senhor Deputado, eu ouviu-o com atenção, o Senhor Deputado, nós podemos ter um debate sobre se as prioridades da afetação do fundo, devem ser estas, ou devem ser outras. Perfeitamente de acordo. O que não aceito é a classificação que o Senhor Deputado faz, que é para justificar, que é as vossas são más porque são feitas pelos capitalistas do setor em favor dos capitalistas do setor, e quando vamos ver a lista dos projetos concretos, encontramos o Palácio da Ajuda, a Estação Sul e Sueste, o Miradouro da Ponte 25 de Abril, o Programa das Lojas com História, e tantos e tantos outros projetos que a nossa cidade ansiava há muito tempo, e correspondem à recuperação do nosso património cultural e que correspondia à nossa marca identitária.

----- Senhor Deputado, permita-me, desculpe que lhe diga, é que o Senhor Deputado da mesma forma que diz isto, era capaz de ter feito uma intervenção, na sua segunda intervenção, se não fizesse esta primeira, era capaz de vir aqui, perguntar quando é que a Câmara recupera a gare sul e sueste? Quando é que a Câmara avança com o Programa das Lojas com História? Quando é que a Câmara avança com o reforço da limpeza nas freguesias mais afetadas pelo turismo? Quando é que a Câmara avança com isso tudo? E quando a Câmara avança, o Senhor Deputado diz; não, que isso foi da verba do Fundo de Turismo, isso é para os capitalistas maus. Senhor Deputado, política assim, não tem grande relevância de ser discutida. -----

----- Senhor Deputado, sem prejuízo, sem prejuízo do que o Senhor Vereador Manuel Salgado irá falar, dentro em pouco, já a seguir, relativamente à questão habitacional nos centros históricos, eu gostava de lhe dizer o seguinte: nós lançamos o Programa da Renda Acessível, já várias vezes tive, aqui, oportunidade de o dizer, e volto a repetir, o país desarmou-se de programas de existência de políticas públicas de habitação para

acesso às classes médias, ao longo de algumas décadas, é um facto, nós concentramos os recursos no reforço das políticas de habitação de cariz social, e já várias vezes, aqui, fiz o elogio que volto a repetir a muitas das pessoas que ocuparam funções na Câmara de Lisboa, e nos governos, pelo impressionante trabalho que tiveram na melhoria das condições do acesso à habitação para os estratos mais desfavorecidos da nossa sociedade, e Lisboa é um extraordinário exemplo do que se fez em poucos anos, mas no segmento acima, isto é, que não se trata do critério da habitação social, propriamente, dita, mas que se trata de segmentos que entram claramente pelas classes médias do país, as políticas públicas não existiram, durante muito tempo, no nosso país. Não existem, pura e simplesmente, são residuais do ponto de vista da sua capacidade de projetar o resultado.-----

----- Ora, o que nós estamos a fazer é tentar criar essas mesmas novas políticas, e só alguém que não tivesse realismo é que pode podia dizer, o Senhor Deputado, agora, o que descobriram é, mas não vai ser entregue uma única chave. Senhor Deputado, vamos entregar centenas de chaves, e milhares de casas, dentro dos instrumentos que temos e, até, de novos que possamos criar. Agora, o que nós lançamos, e essa foi a nossa ambição, foi um programa de reconstrução ou requalificação profunda de cerca de 5 a 7 mil casas que ninguém, obviamente, que tenha qualquer conhecimento que tenha bom senso, peço desculpa, que tenha senso, podia querer de um programa lançado, em Abril de 2015, tivesse casas construídas para entregar em Abril de 2017, pura e simplesmente, porque não seria fisicamente viável a sua construção, não é preciso ser um, só um demagogo poderia ter feito uma promessa que, obviamente, nunca poderia ser cumprida. -----

----- Agora, isso não retira nenhuma importância o programa, o que é importante para o programa é que ele avance, que tenha interessados, que possamos a começar a ter as primeiras realizações, dessas construções e dessas qualificações, para que se tivermos êxito, e eu tenho confiança que nós vamos ter êxito neste programa, possamos na base do amplo património que a Câmara dispõe, possamos ampliar esse programa. Para quê? Para dotar a Cidade de Lisboa de uma dimensão de habitação para as classes médias compatível com aquilo que, aliás, é norma noutras capitais europeias e, por isso, não me afeta nada essa afirmação agora muito, que os Senhores Deputados acham de belo efeito, quer dizer, não entregam a chave, Senhor Deputado, entregar a chave seria impossível de entregar, nunca o prometi que o iria fazer, e acho, aliás, essa sua exigência de um partido que nunca se lembrou do programa, que nunca contribuiu nada para desenhar o programa, que não contribui nada senão para soluções marginais do ponto de vista do número, que perante um programa desta dimensão que venha perguntar onde estão as cinco mil casas que eu não contribui rigorosamente, nada capaz de as idealizar. Senhor Deputado, elas virão, virão no seu tempo, quando elas forem possíveis e se tivermos sucesso, como vamos ter, elas serão ampliadas, o seu número, ao longo dos próximos mandatos. -----

----- Eu peço para completar o Senhor Vereador Manuel Salgado, por favor.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, respondeu o seguinte: --

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Eu vou ser muito breve porque acho que o importante já foi dito. De qualquer modo, queria dar, aqui, algumas notas. -----

----- A primeira nota que me parece que é importante dar é que, entre 1960 e 2011, e 2011 é antes do *boom* do turismo, a população das três freguesias; Santa Maria Maior, Misericórdia e Santo António, reduziu de 175 mil habitantes, para 52432. A queda de população, nestas freguesias, foi brutal e o que acontece é que, em 2011, o número de edifícios em muito mau estado, portanto, não habitáveis e vagos, nesta zona da cidade era enorme. -----

----- A segunda nota que acho que é importante ter presente é que, entre 2010 e 2016, o número de camas hoteleiras, o número de camas hoteleiras, aumentou, em Lisboa, de 35304 para 37617, este foi o aumento do número de camas hoteleiras neste período.

----- Em contrapartida, o número de alojamento local aumentou significativamente, de 1346 camas para 3855, mas eu gostava de deixar aqui muito claro, porque, se calhar, o Senhor Deputado não sabe, exatamente, como é que funciona o licenciamento do alojamento local. Qualquer projeto de habitação entra na câmara e é aprovado como habitação, seja posteriormente colocado no mercado do turismo, ou no mercado do arrendamento permanente, quando ele entra não tem nenhum rótulo, não diz se é para isto ou para aquilo e, portanto, a Câmara aprova edifícios de habitação. -----

----- Concluído e pronto edifício, o seu proprietário vai ao balcão com o licenciamento zero e faz-se o registo no alojamento local, e a câmara não tem intervenção nesse registo. Esta é a situação atual, portanto, quando o Senhor Deputado faz menção a declarações minhas, é preciso referir o contexto, porque neste contexto o que eu digo é que houve um fortíssimo impacto na reabilitação urbana, houve um acréscimo significativo de edifícios que foram reabilitados e olhe pelo menos, ficaram feitos e ficaram reabilitados, é melhor do que estar em ruínas, ou desocupados. -----

----- Agora, vamos ser claros, é evidente que quando pergunta pelos impactos do turismo na cidade, há impactos positivos, e há impactos negativos, há impactos positivos na reabilitação e na ocupação de edifícios, em ruína. Nós conseguimos reduzir em 600 o número de edifícios devolutos, ou em ruínas, desde 2012 até 2016, há o crescimento do emprego, o Senhor põe em causa a qualidade do emprego, eu não estou a discutir isso, mas há crescimento do emprego, 35 mil postos de trabalho relacionados com o turismo e 30 mil na construção civil, que são efetivamente importantes, há uma dinamização do comércio e dos serviços complementares e de restauração Mas, também, há impactos negativos, há a inflação nas rendas, há a escassez de oferta, há pressão sobre os transportes públicos, há o congestionamento do espaço público, temos todos a noção disto e, por isso, é evidente que tem que se ter muito cuidado quando se aborda o tema do turismo. Mas, quer dizer, pensar que os senhores são os maus da festa, porque só licenciam turismo, bom, para já a grande fatia do licenciamento que foi feito, como acabei de explicar, não é pela Câmara, mas sim pelo registo que é feito do alojamento local, a resposta é só uma, é aquela que o Senhor Presidente referiu, portanto, o Programa de Renda Acessível e a utilização do Património Imobiliário Municipal para resolver este problema, o que estamos todos de acordo, estamos todos de acordo sobre isto, melhor gerir o transporte público, e ter

uma palavra sobre o transporte público, e melhor gerir o espaço público, é isso que estamos a fazer. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, permita-me só complementar com o seguinte: -----

----- É um erro, grave de análise, atribuir os problemas dos bairros históricos, da pressão populacional dos bairros históricos, ao fenómeno do turismo, é um erro. E aquilo que o Senhor Vereador, aqui, disse é da maior importância, a década em que os bairros históricos da Cidade de Lisboa menos perderam população, é precisamente a década em que se deu o maior crescimento do turismo. E este é um dado de grande importância porque se não se percebe o problema, não conseguimos encontrar uma solução adequada e, por isso, culpar o fenómeno do turismo por um fenómeno mais estrutural, que vinha acontecendo nos bairros históricos e nas freguesias do centro histórico da Cidade de Lisboa, pela dinâmica recente do mercado de turismo, é um erro. É um erro de análise grave. -----

----- Segundo lugar, a crítica que é feita ao setor do turismo na cidade, não tem para mim nenhuma compreensão, nos termos que é feita por partidos de esquerda. Não tem. Que partidos de direita, o façam, eu percebo. Que partidos que se dizem de esquerda, com pessoas que se dizem de esquerda, o façam com tanta simplicidade, negligenciando, quando falo de diferenças ideológicas sobre a forma de visão do problema, eu estou a dizer, desvalorizando os impactos, não tem a ver com bons e maus, Senhor Deputado, não tem nada a ver. Tem a ver com a desvalorização, aceitar que se desvalorize a importância do setor do turismo, para o emprego, para a vida, para os salários, para as condições de vida de dezenas de milhares de cidadãos na cidade, é perfeitamente incompreensível para quem faz da defesa do emprego, dos salários e da vida uma batalha. Bom, podemos ter sempre aquela reação, bom, mas eu não queria que fosse assim, queria era que fossem todos, empresas na biotecnologia, que fossem todos engenheiros, e fossem todos doutorados, e todos os contratos sem termo, e todos a ganhar em muitas dezenas de milhares de euros, Senhor Deputado, eu também, é que isso não depende a nossa decisão, não depende da minha decisão, não depende da sua, não depende, aliás, da grande política que a Câmara Municipal faça, relativamente, a isso. Nós temos é que saber, mediante as oportunidades e as circunstâncias, que nos são colocadas, sermos capazes de as aproveitarmos o melhor possível, em nosso favor. E o grande desafio com que nós estamos colocados é conseguirmos assegurar a melhoria dos fluxos turísticos na cidade, Senhor Deputado, no dia em que tivermos uma crise no setor do turismo, não tenho nenhuma dúvida que o Senhor Deputado há-de ser o primeiro a chegar à Câmara e vai dizer aqui; Senhor Presidente, que medida é que tem a Câmara para atacar o problema dos trabalhadores que ficaram afetados pelos problemas da crise do turismo? O que é que o Senhor Presidente vai propor para as casas que deixaram que agora estão desocupadas por toda a cidade? O que é que o Senhor Presidente vai propor para fazer, isto, aquilo e aqueloutro? Pois é, Senhor Deputado, antes dessa crise chegar é bom fazermos uma coisa, investirmos para que essa crise não chegue, ou chegue o mais tarde possível. É

por isso, que nós estamos a fazer um investimento através do Fundo de Desenvolvimento da Taxa Turística, e é por isso que nós temos que enfrentar aquilo que o Senhor Vereador, aqui, colocou e bem, e que são os efeitos da transformação do turismo na Cidade de Lisboa, mas pela via positiva. -----

----- Eu tive a oportunidade de dizer, há dias, uma expressão que repito aqui; uma cidade não se pode dar ao luxo de pensar que tem turistas a mais. Se turismo causa acréscimo na utilização das infraestruturas, então, nós temos que reforçar as infraestruturas. Se o turismo causa problemas e acréscimos nas necessidades da higiene urbana, temos que reforçar a higiene urbana. Se o turismo causa acréscimo das necessidades dos transportes públicos, temos que exigir o reforço das capacidades dos transportes públicos. E assim, sucessivamente. -----

----- Agora, ter uma atitude negativa, repressiva, limitadora, conservadora, Senhor Deputado, é atingir precisamente aqueles que mais dependem do setor do turismo que são, precisamente, os trabalhadores, que são as suas famílias e, aliás, muito do alojamento local, muita da classe média que teve acesso, recente, à habitação, e que só a preserva, neste momento, porque o alojamento local lhe permitiu preservá-la. E esta é que é a realidade factual da história da nossa cidade. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (PAN)** no uso da palavra, colocou a seguinte questão: -----

----- (O PowerPoint apresentado foi anexado à Ata, como Anexo XI e dela faz parte integrante)-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Nós, nesta segunda ronda, íamos começar por reavivar uma pergunta que ficou por responder, que tem a ver com o programa Uma Praça em Cada Bairro e, no fundo, tinha a ver com as bibliotecas municipais itinerantes que nós sugerimos, na recomendação a que nos referimos, que fossem integradas no programa Uma Praça em Cada Bairro e, portanto, reforçamos a pergunta e que era se este programa está a ser considerado, nos novos projetos que existem, para Uma Praça em Cada Bairro. -----

----- Relativamente às outras perguntas que tínhamos e que tinham, basicamente, a ver com a situação dos pombos na cidade de Lisboa, podemos reformula-las em, basicamente, numa grande pergunta, que é, em 2015, fizemos uma recomendação em que a documentámos uma solução possível, para a cidade de Lisboa, baseada nos pombais contracetivos para resolver o problema do excesso de população. Os pombos, tal como outras espécies animais, vivem connosco, há milhares de anos, em convivência, e pelo menos em relação a cães e gatos já chegámos à conclusão que não são as matanças regulares que resolvem o problema populacional, ou o ordenamento populacional, das populações animais que vivem connosco. Em relação aos pombos, pensámos, em 2015, que poderíamos fazer outro tanto, ou seja, que a Câmara poderia seguir a nossa sugestão no sentido de criar vários pombais contracetivos, pela cidade, por forma a regular a população e que não fosse necessário fazer aquilo que tem acontecido. Passou já mais de um ano e, realmente, a situação de termos as pessoas a queixarem-se que há formas de arrecadar os pombos regularmente para fazer

matanças, já não é mais aceitável. Passou-se mais de um ano e a implementação dos pombais contracetivos tem que ser uma realidade. A partir deste momento, não é mais aceitável fazer matanças regulares de pombos.-----

----- E, portanto, reforçava aquilo que perguntávamos na nossa pergunta, relativamente a recomendação que é, para quando a implementação dos pombais contracetivos daqueles que já estão a ser implementados? E uma vez que foram dados exemplos e exista documentação em relação a outras cidades, o que é que a câmara espera para implementar, por toda a cidade, uma solução que evite estas matanças?-----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Vice-presidente Duarte Cordeiro** no uso da palavra, respondeu o seguinte:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Quero agradecer ao Senhor Deputado, em primeiro lugar, em relação à questão referente à recomendação nº 10/103, do PAN, relativamente a Uma Praça em Cada Bairro mais Acolhedora, os três aspetos centrais que, no fundo, o PAN, na altura, recomendava, diziam respeito, no fundo, à promoção dos modos suaves de locomoção, que esse está, como é visível, no centro do projeto que, depois, será reforçado com o projeto das Bicicletas Partilhadas, que temos, entretanto.-----

----- Outro aspeto central era a questão do acesso ao *wi-fi*, nomeadamente, a possibilidade de introduzir isso de forma gratuita, isso está a ser desenvolvido, estamos a pensar em projetos-piloto no que diz respeito à implementação desse projeto.-----

----- No que diz respeito às bibliotecas itinerantes municipais, estava aqui a perguntar à minha colega Catarina Vaz Pinto, existe total disponibilidade na reformulação do projeto para que as praças, as novas praças, tenham um papel central no Projeto das Bibliotecas Itinerantes.-----

----- Quanto à questão que coloca sobre os Pombais Contracetivos, nós estamos, efetivamente, a trabalhar sobre isso e, portanto, nós, desde então, temos estado a trabalhar seriamente, sobre o assunto, inclusivamente, temos uma proposta do Orçamento Participativo para a colocação do Pombal Contracetivo no Parque Silva Porto e, neste momento, já temos planta e já estamos em negociações para a solução final. Estamos em crer que, não só colocaremos esse Pombal Contracetivo no Parque Silva Porto, como estimamos para o ano de 2017, depois ganhar velocidade, obviamente, que o primeiro é sempre mais complicado, estamos a desenvolver inclusivamente, o próprio modelo do pombal, a colocação de três a quatro unidades.---

----- Contactámos várias Juntas de Freguesia no sentido de as Juntas de Freguesia assumirem a responsabilidade de tomar conta, e já temos algumas juntas de Freguesia, pelo menos temos quatro, que mostraram disponibilidade; o Lumiar, Penha de França, Santa Clara e os Olivais. Com Benfica são cinco.-----

----- Portanto, tenho a certeza que, uma vez que se provando que este projeto, efetivamente, resulta e, no fundo, acaba por ser positivo para todos que depois, nós conseguiremos fazer um esforço no sentido da sua generalização.-----

----- Mas, para lhe dizer que está a ser implementado com toda a seriedade, temos já solução final, inclusivamente, a planta, tenho, aqui, comigo, e acreditamos que não só, vamos acelerar a implementação no Parque Silva Porto como, durante o ano de 2017, com estas Juntas de Freguesia, poderemos implementar em cada uma delas, um Pombal Contracetivo. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra, colocou a seguinte questão: -----

----- (O **PowerPoint** apresentado fica anexado à presente ata como **Anexo XI** e dela faz parte integrante).-----

----- “Muito obrigado Mesa.-----

----- O terceiro tema que, aqui, trazemos tem a ver com a poda das árvores e com o Regulamento do Arvoredo.-----

----- Esta velha senhora, de cem anos, que vemos ali, servia, segundo a tradição de abrigo ao namoro do Conde de Andeiro e Dona Leonor Teles. A árvore localiza-se em frente à entrada da Cadeia do Limoeiro, a mais importante prisão citadina do século XVIII. A árvore que veio, porventura, substituir o Limoeiro que deu o nome, é hoje, classificada como arvoredo de interesse público desde o ano 2000. -----

----- No artigo 5º, no número 5 do artigo 4º, da Lei nº 53/2012, de cinco de setembro, que revoga o Decreto-Lei 28 468, de quinze de fevereiro de 1938, diz o seguinte: *‘Todas as operações de beneficiação do arvoredo de interesse público, incluindo o corte, podas de formação, ou sanitárias, ou qualquer outro tipo de benefício do arvoredo, carecem de autorização do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas’*. Pergunta-se, foi essa instituição consultada? -----

----- Esta é a árvore. Temos, aqui, a classificação, isto é uma fotografia de 1910, e temos, aqui, a classificação da árvore, em 2012, encontrava-se assim, e quando foi feito a vinte e dois de setembro, a poda e conservação da mesma, ficou neste estado.---

----- Podemos tirar esta imagem. Já não é preciso o PowerPoint. -----

----- Não obstante este exemplo, e como é do conhecimento geral, o Partido da Terra e outras forças políticas, têm vindo a mostrar o Partido da Terra e outras de e outras forças políticas têm vindo a têm mostrado a mostrar a sua preocupação através de várias moções e recomendações sobre o assunto, em questão, à própria Câmara Municipal. -----

----- O problema é reconhecido, pela Câmara, e veio a obrigar à elaboração do Regulamento Municipal do Arvoredo, para Lisboa. A Câmara Municipal e a Assembleia não se podem alhear dos problemas que devem procurar, em conjunto, uma solução para melhor gestão do património arbóreo. -----

----- Senhor Presidente, o Senhor está a entrar no último ano de mandato pelo que queremos saber qual a sua posição sobre esta temática. Pretende fazer alguma coisa este ano? Como e quando resolver o problema da transferência de competências para as Juntas de Freguesia antes do referido regulamento que tem suscitado imensa polémica na sua aplicação? -----

----- Trago um quarto tema, também, e aproveito já para não entrar na próxima ronda, e último, que tem a ver com a Taxa de Proteção Civil. -----

----- O Executivo criou, em 2015, a Taxa Municipal de Proteção Civil, esperando arrecadar 18,9 milhões de euros, tendo como objetivo financiar investimento no setor.-

----- Estamos cientes que a Câmara Municipal de Lisboa, tanto em 2016, como em 2017, haverá um real investimento no setor, que tem sido esquecido nos últimos anos.-

----- Em espécie de balanço, pergunto qual o investimento já concluído, em curso e planeado, até ao fim do mandato, neste setor? O MPT defende que seria importante, à Câmara Municipal de Lisboa, disponibilizar publicamente, por exemplo, nas plataformas *online*, informação sobre onde, como e quando, o investimento do dinheiro, proveniente desta taxa, para os Lisboaetas possam acreditar no real destino deste imposto?-----

----- Disse. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vice-presidente Duarte Cordeiro** no uso da palavra, respondeu o seguinte:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Eu queria, em primeiro lugar, dizer ao Senhor Deputado do MPT, que a Câmara Municipal tem confiança nas Juntas de Freguesia, e as Juntas de Freguesia têm as competências que são suas, e as competências não estão em processo de transferência. Estas competências são das Juntas de Freguesia, e a Câmara Municipal confia nas Juntas de Freguesia em relação a esta matéria.-----

----- Em segundo lugar, deixe-me dizer-lhe, escolheu um mau exemplo, e a informação que nós temos é que sim, que foi feito tudo conforme as regras. Escolheu um mau exemplo.-----

----- E aliás, a propósito disso, quero relatar, aqui, uma história bastante interessante, houve uma altura em que houve uma histeria em relação a este assunto, e uma das zonas que era evocada era a Guerra Junqueiro, porque se fez um alarme enorme em relação à forma. Hoje, nós olhamos e verificamos que a poda que foi feita, na altura, foi bem-feita. E portanto, isto até digo em relação a esta matéria, já tive oportunidade de estar com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Areeiro, dizendo-lhe isso mesmo, na altura foi feita, e vão ver se as árvores da Guerra Junqueiro não estão todas saudáveis, vão ver.-----

----- Devo dizer-lhe que é preciso confiar nas Juntas de Freguesia e na forma como elas exercem as suas competências.-----

----- A Câmara Municipal não tem nada a dizer sobre esta matéria, e tem normas técnicas que identificaram, inclusivamente, no tal Regulamento do Arvoredo que está, aqui, na Assembleia Municipal, a Câmara tem seguido essas normas, e a informação que nós temos as juntas, também.-----

----- Portanto, quero-lhe dizer que se calhar, nestas matérias, é o contrário, primeiro tentámos informar para saber se as coisas foram bem-feitas, e depois, então, trazemos as coisas aqui, se as coisas não forem. É a sugestão que eu lhe dou.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, respondeu o seguinte:-----

----- “Muito bem.-----

----- Relativamente à Taxa de Proteção Civil, eu queria apenas, fazer uma precisão no seu conceito, tal como referiu, que ela é uma receita que nós pretendemos que seja estrutural, do município, e que faça face às despesas da totalidade do sistema de proteção civil, e não só do investimento. E portanto, a ideia é que ela permita, que mantenhamos e até, aprofundemos a excelência e a qualidade do serviço de proteção civil da cidade, que façamos um conjunto de investimentos que renovem e melhorem aquilo que é a capacidade dos recursos utilizados para prestar o melhor socorro à cidade e, por outro lado, possamos rejuvenescer, que é o que temos estado a fazer, os próprios recursos humanos, nomeadamente, os do Regimento de Sapadores de Bombeiros que, já há alguns anos, não acontecia, e que estamos a fazer de forma sustentável e estruturada. -----

----- Mas, também, lhe quero dizer, Senhor Deputado, que quero responder, diretamente, àquilo que perguntou, nomeadamente, ao investimento. Mas queria recordar antes, que o sistema custa ao município, sensivelmente, por ano, 36 milhões de euros, dos quais só provém da Taxa Municipal de Proteção Civil, cerca dos 19 milhões que disse há pouco, o restante são outras receitas que o Regimento de Sapadores de Bombeiros, nomeadamente, gera, cerca de 780 mil euros, e o restante, cerca de 15 milhões de euros, no ano 2017, serão suportados pelas restantes receitas do município. E este é o nosso racional sobre esta matéria. Não é que a Taxa Municipal de Proteção Civil sirva como a receita global do sistema, mas seja uma receita significativa no total do sistema. E temos estado a investir, significativamente, naquilo que são as condições de trabalho e os equipamentos, nomeadamente, do Regimento Sapadores Bombeiros, mas também, da Direção Municipal de Proteção Civil. -----

----- E para 2017, como o Senhor Deputado deve saber pela leitura do orçamento que está em discussão, temos 4,1 milhões de euros de investimento previsto, e aquisições de serviços, nomeadamente, os fardamentos, estão os fardamentos, nomeadamente, mais cerca de 1 milhão de euros. E, portanto, é um investimento expressivo que terá, no ano de 2018-2019, mais cerca de 10 milhões de euros de investimento. -----

----- Portanto, respondendo-lhe, não só, com um mandato, porque nós não trabalhamos só numa abordagem de mandato como, aliás, o que temos visto, temos demonstrado, desde o BEI até muitas outras iniciativas, estamos a preparar o município a médio prazo, e não numa abordagem de mandato, mas temos cerca de 10 milhões de euros de investimento, em 2018-2019, a crescer àquilo que já referi, anteriormente. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Passamos, então, à terceira ronda de perguntas.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)** no uso da palavra, colocou as seguintes questões: -----

----- “Senhor Presidente, em relação à sua resposta de há pouco, deixe-me lembrar-lhe que o pedido de um inquérito independente não foi uma imposição do PSD, foi uma imposição desta Assembleia.-----

----- Em segundo lugar, o objeto do inquérito que o Senhor, também, deu há pouco, não corresponde ao que foi pedido por esta Assembleia, porque, pelo menos, o relatório que recebemos, na sexta-feira, a não ser que haja outro, cito; *‘visa apurar a eventual existência de responsabilidades por ação ou omissão dos serviços dirigentes municipais responsáveis pela fiscalização.’* -----

----- Ora, o inquérito solicitado por esta Assembleia, tinha um hábito um pouco maior, volto a citar: *‘apurar a eventual existência de responsabilidades por ação ou omissão dos serviços e dirigentes municipais responsáveis pela fiscalização e cumprimento dos procedimentos administrativos aplicáveis a esta situação concreta.’* -----

----- Senhor Presidente, se o objeto não coincide, o relatório está incompleto.-----

----- O objeto não coincide, e eu volto a perguntar para quando o resto?” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Senhora Deputada, não há nada pior do que ter feito, da primeira vez, o que fez há uns meses atrás, as insinuações que levantou, de ter vindo, de ter seguido escrupulosamente todos os procedimentos, e a Senhora Deputada não só não vem, aqui, admitir e desculpar-se daquilo que disse, e daquilo que afirmou, como agora tem tido oportunidade de o corrigir, reincide, reincide. -----

----- Senhora Deputada, volto a ler para que não haja dúvidas. Foi seguido, escrupulosamente, aquilo que foi pedido no parecer da 3ª Comissão e tenho aqui, aliás, o parecer da 3ª Comissão: *‘Atendendo à possibilidade de existirem responsabilidades por ação ou omissão dos serviços e dirigentes municipais responsáveis pela fiscalização e cumprimento dos procedimentos administrativos aplicáveis a esta situação concreta que proceda a um inquérito promovido por entidade independente dos serviços, nos termos legais.’*-----

----- Foi pedido à Inspeção-geral da Agricultura do Mar do Ambiente do Ordenamento do Território que indicasse o inspetor que pudesse fazer esta determinação. É declarado, no fundamento, para a realização deste inquérito, o parecer de vinte de abril de 2016, da 3ª Comissão Permanente, que acabei de fazer a anuência nos seus precisos termos. E agora, Senhora Deputada, vou ler-lhe a conclusão, porque é aquilo que a Senhora Deputada não lê, a conclusão: *‘Das diligências realizadas e dos factos apurados, no âmbito do presente processo de inquérito, não foi possível apurar a existência de qualquer tipo de ações, ou omissões, por parte dos serviços de fiscalização da Câmara Municipal de Lisboa que, eventualmente, tenham concorrido para a execução das estacas em domínio público quando este, ainda, não se encontrava desafeto. Senhora Deputada, Senhora Deputada, eu vou ler-lhe, em português, agora mais devagarinho, mais devagarinho: ‘Não foi possível apurar a existência de qualquer tipo de ação, ou omissão, por parte dos serviços de fiscalização da Câmara que, eventualmente, tenham concorrido para a execução das*

estacas, em domínio público, quando este, ainda, não se encontrava ainda, desafeto. Tendo presente que a matéria, quer a matéria de facto, apurada e, aqui, dada como provada bem como o enquadramento legal da mesma, verifica-se que não existem quaisquer elementos, provas, que permitam imputar qualquer tipo de infração disciplinar, ou mesmo que permitam a instauração de qualquer procedimento disciplinar.’ -----

----- Senhora Deputada, isto é, totalmente, claro sobre aquilo que foi inquirido, sobre aquele que é realizado, e a conclusão é que não há nenhuma atuação por parte dos serviços, ao contrário do que a Senhora Deputada, e a bancada do PSD, andaram a alegar durante meses. O mínimo que tem a fazer, neste momento, é pedir desculpa a todos aqueles a quem andou a ofender, durante meses a fio, sob falta de rigor nos seus procedimentos. Senhora Deputada é o mínimo. -----

----- Senhora Presidente, eu posso dar um contributo para a explicação da língua portuguesa. Então, o contributo é o seguinte: eu vou repetir pela terceira vez, ainda mais devagar, a conclusão do inquérito: *‘Das diligências realizadas e dos factos apurados no âmbito do presente processo de inquérito, não foi possível apurar a existência de qualquer tipo de ação, ou omissão, por parte dos serviços de fiscalização da Câmara Municipal de Lisboa que, eventualmente, tenham concorrido para a execução das estacas, em domínio público, quando este, ainda, não se encontrava desafeto.*’ -----

----- Senhora Deputada, em língua portuguesa é assim, as pessoas agiram corretamente, e não houve incorreção que tivesse motivado e justificado aquilo que aconteceu. Senhora Deputada isto é língua portuguesa.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Carla Madeira (PS)** no uso da palavra, colocou as seguintes questões: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Vereadores. -----

----- O Programa Renda Acessível é uma excelente iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa para fixar residentes na nossa cidade, nomeadamente, a população jovem e mais vulnerável. -----

----- Queremos que a cidade de Lisboa seja uma cidade inclusiva, uma cidade acessível a todos e não só alguns. -----

----- Nos últimos anos, assistimos ao abandono da Cidade de Lisboa por parte de famílias que deixaram de ter condições financeiras para suportar as respetivas rendas, sabemos bem os efeitos que a crise, acompanhada pela nova lei do arrendamento, tiveram neste abandono de famílias da Cidade de Lisboa, sobretudo, do centro histórico. -----

----- Em entrevista recente ao Jornal Público, a Vereadora Paula Marques afirmou estar preocupada com a realidade habitacional do centro histórico de Lisboa, afirmando que, factualmente, há um desequilíbrio no que diz respeito aos usos do edificado. Referiu que o Programa Renda Acessível pode ser um instrumento importante para ajudar a repor esse equilíbrio perdido no centro da cidade. A esse nível, adiantou que está a trabalhar com o Vereador Manuel Salgado para que haja um

aumento do número de fogos consagrados no Programa Renda Convencionada e, também, para que haja uma concentração da oferta no centro histórico. De facto, o centro histórico tem perdido nos últimos anos, muitos residentes. Só as freguesias da Misericórdia, de Santa Maria Maior, perderam nos últimos tempos, como eu estava a dizer, o centro histórico tem perdido nos últimos anos, muitos residentes. Só as freguesias da Misericórdia e de Santa Maria Maior perderam, nos últimos três anos, mais de dois mil habitantes. Isto tem preocupado bastante os autarcas do centro histórico que veem a população a abandonar os seus bairros, e nós que estamos lá sabemos bem que a maioria dos moradores o faz, ou por pressão exercida pelos proprietários, ou por incapacidade financeira para suportarem uma renda na zona, onde residem. Muitos dos que desistem, mantêm a esperança de regressar ao bairro onde viveram e cresceram. -----

----- De modo que, este anúncio da Senhora Vereadora deixou-nos muito esperançosos e expectantes em relação ao futuro destas famílias. Neste sentido, pergunto o que está a ser pensado pela Câmara Municipal de Lisboa, em termos do Programa da Renda Acessível e Condicionada para o centro histórico?-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, eu próprio poderei responder. -----

----- Agradeço a questão levantada pela Senhora Deputada, dizendo que, sem dúvida, a questão da habitação, em geral na cidade, mas, em particular na dinâmica que se a passar nos bairros históricos, é uma questão de importância grande na vida da cidade, porque a questão central é a seguinte: nenhuma parte da cidade viverá bem se se mantiver, ou se se dirigir, como tiver como destino, uma especialização monofuncional, o que no caso de freguesias como a Misericórdia, ou como o Bairro Alto, se perder a sua população residente, em grande número e, por isso, a sua manutenção e a existência de instrumentos que permitam a sua manutenção dentro destas zonas, é importante na vida da cidade. -----

----- O Programa da Renda Acessível pretende ser isso mesmo, utilizando património municipal com escala para o podemos fazer. -----

----- Eu gostava de começar por dizer que nós fazemos, a Câmara, hoje, já dispõe de vários programas, já dispõem de vasta propriedade em vários destes bairros, e que já tem uma intervenção com escala. Agora, o que nós achamos é que a escala tem que ser superior, e isso implica um programa desta natureza, eu espero que nós, nos próximos meses, possamos ter, aqui, na Assembleia Municipal, o debate concreto dos elementos e das peças, que nos permitam avançar com as primeiras operações.-----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Sousa (PCP)** no uso da palavra, colocou as seguintes questões: -----

----- “Desculpem-me, boa tarde a todos. -----

----- As questões que aqui, trazemos são relativas à Freguesia de Carnide, e correspondem a questões atuais que preocupam a população e, algumas, já bastante antigas e recorrentes. -----

----- A primeira é relativa ao Agrupamento de Escolas do Bairro Padre Cruz ainda, hoje, viemos de lá e, de facto, as crianças continuam, ao longo de vários anos, a ser impedidas de fazer educação física, principalmente, no inverno, por ausência de espaço fechado para esse efeito. A questão que colocamos é que medidas tomou, ou conta tomar a Câmara Municipal de Lisboa junto do Ministério da Educação, tendo em vista a resolução destas questões que afetam a escola, reparação do edifício e a cobertura do polidesportivo? -----

----- Também, neste agrupamento de escolas verificam-se falta de assistentes operacionais, este ano não tivemos problemas com a colocação de professores, mas, de facto, relativamente à colocação de auxiliares, foi bastante patente e, nesta escola, principalmente, na Aida Vieira, a situação é bastante grave.-----

----- A segunda questão está relacionada, também, com o parque de estacionamento no centro histórico de Carnide. -----

----- Há seis, sete anos, iniciou-se um projeto de requalificação bem-sucedido por parte da Câmara Municipal, mas, de facto, não foi contemplado, na altura, um estacionamento e, na realidade, ele foi prometido, na realidade, existem inúmeras petições a esta Assembleia, visitas de várias comissões, relatórios, *emails*, reuniões com proprietários, reuniões com técnicos da Câmara, promessas nas reuniões descentralizadas, reuniões com a EMEL, *emails*, *emails*, petições, visitas e, continuaria, aqui, eternamente, a dizer tudo o que já foi feito, mas, de facto, não há nenhuma solução à vista, neste momento. -----

----- Portanto, sabe-se que se condicionou aquele território, retirou-se imensos lugares de estacionamento e, neste momento, não há uma resposta concreta para o parque de estacionamento no centro histórico. E a situação é, particularmente, grave, tendo em conta que na última Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara apresentou quase trinta parques de estacionamento novos para toda a cidade, e não falou neste, em concreto, quando as comissões já foram várias vezes ao local e conhecem este problema, e a Câmara conhecerá, também, inclusive na reunião descentralizada de dezembro, houve a promessa por parte do Senhor Presidente da Câmara, portanto, está registado, de que, até ao final do mandato, seria implementado um parque de estacionamento na zona histórica de Carnide, e que seria terminada, também, a requalificação daquele espaço. -----

----- A última questão que nos trás aqui, também, é bastante permanente esta não se arrasta há vários anos, até porque é recente, e está relacionada com as hortas nos terrenos da Feira Popular de Lisboa. Sabemos que esta questão é, naturalmente, uma questão simbólica que, aqui, colocamos porque o problema, neste momento, parece-nos que foi arrastado e, portanto, neste momento, há o compromisso da Câmara, do Senhor Presidente que, de facto, as pessoas não sairão enquanto não se encontrar uma alternativa, portanto, valorizar a população, pelo facto de ter ido à reunião de Câmara, valorizar, naturalmente, também a opção da Câmara de não retirar as pessoas no imediato, portanto, estamos a valorizar, mas não podíamos deixar de forma simbólica de colocar esta questão. Isto porquê? Porque parece-nos que este projeto da Feira Popular de Lisboa é ansiado por todos nós, garantidamente, ele é consensual, aliás, e

parece-nos que é importante que a feira regressasse à cidade, claro que sim, agora é preciso é que haja um envolvimento sério e empenhado da Junta de Freguesia e, naturalmente, da Comissão de Acompanhamento, isto porque não é admissível a Junta de Freguesia ser informada pelos moradores que receberam uma notificação, por parte da Câmara, para que as hortas saiam daquele território, sem sequer a Junta de Freguesia ter sido informada. Para além disso, parece-nos que é, também, pouco admissível que saibamos, nesta Assembleia, nomeadamente na última, quando é que se iriam iniciar as obras da feira e, portanto, sem qualquer tipo de envolvimento por parte da Junta de Freguesia. E, portanto, como é óbvio, não nos faz sentir que o projeto seja construído, nós queremos que ele seja uma mais-valia para a cidade, uma mais-valia para aquela freguesia, uma mais valia para o país, mas não faz sentido que não seja construído de forma coletiva, envolvendo os principais atores e parceiros, neste projeto. -----

----- Portanto, a questão das hortas é apenas simbólica, para dizer, de facto que, na nossa opinião, que se aprende alguma coisa com esta questão das hortas e que o projeto não seja realizado com decisões unilaterais por parte da Câmara, sem envolvimento sério e empenhado dos principais atores e parceiros. -----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Vice-presidente Duarte Cordeiro** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Quero agradecer ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia. -----

----- Referir que tenho, aqui, as notas do Senhor Vereador Manuel Salgado, e aquilo que ele refere no que diz respeito às possibilidades do parque de estacionamento no centro histórico de Carnide, faz referência no findo, à possibilidade na Azinhaga das Carmelitas, existem dois terrenos, um terreno que existe a expectativa de, em contrapartida para um projeto se possa transformar em parque de estacionamento que, obviamente, tem de se aguardar que o privado coloque o projeto na Câmara, e um segundo que é público, que é do Instituto de Segurança Social, que nós estamos, simplesmente, a aguardar que eles terminem a avaliação dos terrenos. -----

----- Portanto, existe por aqui esta possibilidade. -----

----- Tentou-se, também, nas traseiras da Rua das Parreiras, com acesso pela Travessa de Pregoeiro, mas não foi possível chegar a acordo com o proprietário porque ele não desejava, de todo, no fundo, vender o terreno à Câmara. -----

----- Portanto, estamos, neste momento, a apontar para nesta zona, na Azinhaga das Carmelitas, procurar, quer com o terreno do Instituto de Segurança Social, quer com o tal terreno privado, procurar, aqui, uma solução de estacionamento no centro histórico de Carnide.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra, colocou as seguintes questões: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- É apenas, uma insistência sobre dúvidas que subsistiram no sétimo tema apresentado, há momentos, pela colega Cláudia Madeira. -----

----- Considerando que, na ronda anterior, não foram prestados quaisquer esclarecimentos sobre o assunto, solicitamos, de novo, informação do executivo sobre o Mapa de Pessoal do Município. -----

----- Sabendo-se que a brigada de calceteiros é composta por apenas 18 pessoas, e existem vagas no Mapa de Pessoal, quantos postos de trabalho poderão vir a ser preenchidos e para quando se prevê a abertura de concurso para calceteiros?-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, respondeu o seguinte:-----

----- “Sobre a abertura de concursos, ainda não temos todo o assunto fechado, para 2017, em face de não ter sido aprovado o Orçamento de Estado e, portanto, não sabemos, exatamente, em que termos é que, e em que condições é que se podem abrir concursos, se vai haver alguma restrição, ou não e, portanto, digamos, remeterei a resposta a essa pergunta, para quando tivermos mais informação sobre essa matéria, ou seja, quando for aprovado o Orçamento de Estado.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra, colocou a seguinte questão: -----

----- “Muito obrigado.-----

----- Senhora Presidente, estou aqui, novamente, só para pedir uma resposta mais clara a três das questões que apresentámos, que quanto a mim, não ficámos satisfeitos com a resposta.-----

----- A primeira tem a ver com o Regulamento das Árvores que foi a última que responderam, para quando, ou como pretendem resolver o problema? O Regulamento tem estado, aqui, na Assembleia, e tem havido um diferendo legal entre a Assembleia Municipal e as Assembleias de Freguesia na sua implementação porque o Regulamento surgiu depois da transferência de competências, devia ter surgido antes e obrigado as freguesias a assumirem os jardins, ou a manutenção do espaço e arvoredo, já com o Regulamento em vigor e com aquele Regulamento, e não feito *A posteriori* e com toda a confusão criada com esta transferência de competências.-----

----- O que é que o Executivo, já que isto está parado por este motivo, o que é que o Executivo pretende fazer, ou se pretende fazer alguma coisa, neste mandato, ou preparar para que no próximo setembro, com nova organização das Juntas de Freguesia o processo possa ser completamente, diferente? A pergunta era neste sentido, e não conforme o argumento apresentado, se está tudo bem com aquela árvore, ainda bem, não me pareceu, mas ainda bem. Mas não era concretamente sobre aquele exemplo, era mais sobre um exemplo que tem acontecido e, se calhar, por falta de Regulamento.-----

----- A outra pergunta que não dicámos satisfeitos com a resposta, tem a ver com a pergunta que fizemos sobre a regulação do trânsito e emissões poluentes. Nós sabemos que não está em funcionamento. A pergunta é, se vai estar em funcionamento brevemente, ou qual a alternativa, ou outras medidas, que o executivo pretende tomar para resolver esta situação? Nós sabemos que não está em funcionamento. Essa não é

a resposta que pretendíamos. O que pretendemos é saber o que pretende fazer para que se tente diminuir a poluição existente, em Lisboa? -----

----- E a outra pergunta que não nos foi respondida que tem a ver com o regulamento dos Tuk Tuk's, segundo percebi com a resposta que deu a outra força política, que vai ser para breve, que vai ser o regulamento, que é simples, qual é a data, ou se tem um prazo para isso? -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Relativamente à questão, Senhor Deputado, para que não reste qualquer tipo de dúvidas, a lei determina que a competência relativamente ao arvoredo, na matéria das podas, é das Juntas de Freguesia. Que fique muito claro, a lei determina. -----

----- E o Regulamento da Câmara, o Regulamento Municipal nunca pode ser entendido por ninguém, como uma derrogação da lei. Não pode. E, por isso, a lei determina, a lei que descentralizou as competências para as Juntas de Freguesia faz essa determinação.

----- E o que se tratou como um objetivo central do regulamento, é credibilizar, dar maiores garantias, harmonizar procedimentos, para maior garantia dos cidadãos, do que se faz relativamente a matérias de poda de árvores e abate de árvores, que sigam os procedimentos de maior garantias para todos os cidadãos, e de maior transparência, é esse o objetivo. -----

----- Agora, um regulamento nunca pode ser interpretado como uma derrogação, uma suspensão, porque a lei não o diz, ao contrário do que o Senhor Deputado, há pouco, disse, na sua intervenção, a lei não diz que as Juntas exercem a sua competência depois de aprovado um regulamento, não diz. Ao contrário de outros aspetos da lei, em que diz que as Juntas exercem, por exemplo, as competências de licenciamento de espaço público. O que a lei diz é que as Juntas exercem a sua competência nos termos definidos no Regulamento Municipal. Agora, não o diz, relativamente a esta matéria, não tem esta disposição e, por isso, a competência é das Juntas de Freguesia, que a exercem. -----

----- Como o Senhor Vice-presidente disse há pouco, e bem, lembrou numa matéria com esta delicadeza, em momentos, aliás, de crítica a algumas Juntas de Freguesia constatações de que agiram bem, porque, a verdade, é que o que aconteceu na cidade é que a Câmara, durante muito tempo, não procedeu às podas necessárias e, por isso, nós tínhamos, em muitas situações, na cidade, o contrário, que era as críticas e as queixas dos munícipes dos acidentes gerados por haver um insuficiente tratamento das árvores. O que aconteceu é que quando a competência passou para as Juntas de Freguesia, muitas das freguesias agiram, de imediato, sobre este ponto das suas competências, porque, agora, tinham recursos para o fazer, e pareceu a vários cidadãos da cidade, em vários momentos da cidade, que houve aqui uma situação anómala. Não havia uma situação anómala, havia uma situação normal que era tratar das árvores que a Câmara não tinha feito adequadamente, durante anos, acumularam-se várias situações, e as Juntas de Freguesia foram resolvê-lo. E esta é a verdade da história.-----

----- Eu repito aqui, Senhor Deputado, eu repito aqui, eu estou a repetir aqui, exatamente o que disse em reunião de Câmara, e creio, aliás, também, relativamente à Assembleia Municipal, quando a polémica se colocou sobre a Guerra Junqueiro. Perfeitamente à vontade para lhe dizer isto, porque o que se passa como havia uma, a Câmara não realizava de forma adequada, esse trabalho, quando as Juntas o começaram a fazer parecia que houve um excesso. Ora, o que nós entendemos é que esta matéria tem sensibilidade na cidade, tem de ser tratada com cuidado e devia ser alvo de um regulamento que permitisse essa harmonização.-----

----- Agora, o Senhor deputado constata o óbvio, é que o debate que, hoje, é aqui tido, é um problema de debate entre o que são competências de Assembleias de Freguesia e Assembleia Municipal. Pois bem, é isso mesmo. Porque as Freguesias, e bem, não aceitam, as Juntas de Freguesia não aceitam porque não podem aceitar que haja um regulamento que derroque as competências que a lei lhe atribui, e a Assembleia também, não pode crer que haja um regulamento que extravase aquilo que é o espírito dentro da lei. Compete agora, à Assembleia, e à Câmara procurarem uma solução de equilíbrio com as quais as Juntas se sintam confortáveis, e que permitam manter os objetivos fundamentais do regulamento que é a tranquilidade, a garantia e o aumento da transparência da relação de todas as entidades públicas que lidam com o arvoredo na cidade porque é uma matéria de grande sensibilidade, que exige adequado tratamento pela nossa parte.-----

----- Senhor Deputado, se calhar posso-lhe fazer é a pergunta a si, o Senhor é que é Deputado Municipal, eu não sou. Eu não estou no exercício da minha competência, a Câmara exerceu a sua competência, aprovou um regulamento que está aqui, está aqui, aliás, não está na Câmara Municipal, está aqui. O Senhor Deputado pode começar por tomar a iniciativa e liderar o processo político e tentar obter um consenso na Assembleia Municipal, entre a Assembleia Municipal e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia para conseguirmos desbloquear o processo. Agradeço-lhe, aliás, essa iniciativa.-----

----- Relativamente à outra questão, o que eu emiti foi relativamente aos dispositivos, não emiti relativamente ao funcionamento.-----

----- E relativamente aos Tuk Tuk's não tenho uma data para lhe dar, o que tenho é que quero, o mais breve possível, trazer. Mas tratasse de um regulamento bem mais simples, e mais curto, do que o regulamento que inicialmente, nós tínhamos expectativa porque, de facto, uma parte das matérias conseguiu-se regular por despacho, e foram essas matérias as mais significativas.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra, colocou a seguinte questão:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Boa tarde a todas e a todos.-----

----- Senhor Presidente, não vale a pena exaltar-se sobre o tema da Fontes Pereira de Melo, a tranquilidade é amiga deste debate. Também não vale a pena, num tom crispado, exigir pedidos de desculpa a elementos desta Assembleia. Esta Assembleia

competete fiscalizar o executivo e foi nesse âmbito que o tema da Fontes Pereira de Melo, uma ilegalidade cometida numa das principais avenidas desta cidade, foi levantado por esta Assembleia e, portanto, foi nesse âmbito, de fiscalização do executivo, que foi feito este processo e, portanto, não há nada que pedir desculpas acerca disso. -----

----- Também não vale a pena reler a sua resposta, se houver resposta da sua parte, que a fiscalização não teve culpa. Era o que faltava, os dois técnicos, no dia dois de dezembro, bateram à porta daquela obra e pediram para ver a obra, fossem eles os culpados de terem sido colocadas sessenta e tal estacas, em betão, na via pública, era o que faltava. Não era isso que estava em questão, mas o relatório é taxativo sobre essa matéria, e estamos arrumados sobre a competência dos técnicos que fiscalizam as obras de Lisboa. -----

----- Mas o que o relatório nos diz, e é muito relevante, e é isso que deve ser analisado com algum cuidado, é que afinal, não foi o promotor o culpado, porque o promotor fez exatamente aquilo que disse que ia fazer. E mais, a Câmara Municipal de Lisboa tinha conhecimento disso, é o que nos diz o relatório, e isso é que é grave, e isso é que devia ter uma resposta, neste relatório, e não tem. -----

----- Posso ler-lhe, também, na página nove, que o gestor do projeto terá remetido à Câmara Municipal de Lisboa, um *mail*, em vinte e oito de agosto de 2015, no qual constavam as quotas exatas do levantamento topográfico, e as respetivas medições. Portanto, em agosto, o promotor diz; fizemos um levantamento e estão aqui as estacas dentro do domínio público. -----

----- Posteriormente, em dezasseis de setembro, três semanas depois, começa a execução das estacas e, em outubro, começa a fazer as estacas mesmo naquela frente de obra. -----

----- Diz, ainda, o relatório que, em fase posterior é dado início ao projeto de licenciamento no qual foram inseridos os ajustes verificados aquando do levantamento topográfico, ou seja, o promotor disse, eu vou fazer assim, informou por e mail e, depois, entregou o projeto de licenciamento onde diz; que aquilo que eu disse por mail está aqui para ser licenciado. E mais, para além de querermos licenciar, atenção que tem que haver uma permuta, ou seja, as estacas que eu estou a colocar em via pública convém que a gente legalize este processo, porque senão estamos, naturalmente, a incorrer num processo ilegal. -----

----- Diz o relatório; assim a execução das estacas foi realizada no pressuposto que tudo estaria conforme, o produtor não tem culpa nenhuma, na Câmara Municipal aceitaram que, assim, fosse, e isto é que é o dado mais relevante deste relatório. -----

----- E na página onze, quase em jeito de conclusão, porque a conclusão já sabemos que os serviços de fiscalização não têm nenhuma culpa. Tudo bem, não tem nenhuma culpa, estamos de acordo com isto, é a única conclusão que o relatório tira, mas é a única conclusão que tira. Mas, Senhor Presidente, o que eu gostaria de saber da sua parte, é que se dá por satisfeito com este relatório. Se acha que é normal numa das principais avenidas da cidade, o promotor imobiliário aumentar a sua zona de construção, porque isso implica com a viabilidade do seu projeto, porque permite pôr

mais lugares de estacionamento, dezenas de lugares de estacionamento, se acha normal que depois disto, se este relatório o satisfaz? E, portanto, a fiscalização não teve culpa, a Câmara Municipal tinha conhecimento, não interessa quem autorizou isto. Se isto o satisfaz, percebemos o interesse que tem neste esclarecimento. Mas, na página onze, o parágrafo que começa com; *‘mediante aqui compulsado...’* e termina; *‘foi possível desempenhar...’* é muito claro, a fiscalização esteve bem, não há nenhum problema.-----

----- O parágrafo seguinte diz que o promotor e os projetistas, também, estiveram bem e, portanto, informaram a Câmara sobre o que tinham de informar, mas o que falta saber e no parágrafo seguinte, ainda, diz; *‘a Câmara Municipal de Lisboa foi informada pelo gestor do projeto das correções das quotas...’* e, portanto, a pergunta que fica é onde é que está a responsabilidade da Câmara em autorizar uma ocupação ilegal de domínio público, e este relatório não responde a isto. E eu gostaria de saber se o Senhor Presidente está satisfeito com o que diz este relatório. Porque o Bloco de Esquerda, nesta assembleia, e julgo que outros grupos municipais, não estão. Ele não esclarece o que devia ser esclarecido, quem é que autorizou isto e porque é que a Câmara Municipal de Lisboa diz a um promotor imobiliário que pode ocupar domínio público? Porque é que isto acontece?-----

----- Já agora, gostaria de saber como é que está a coima exemplar que iria ser aplicada, neste caso, e se o processo está a avançar.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, respondeu o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, eu percebo muito bem, eu percebo muito bem o seu incómodo e, aliás, o dos Deputados do PSD. O que os Senhores Deputados estão à espera é chegar este momento e tivessem um relatório feito pela Inspeção-geral do da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e que dissesse assim, a Câmara é culpada. E como o relatório não diz isso, os Senhores Deputados ficam assim. E em vez de terem o sentido, quer dizer, olha, está aqui o relatório, assunto arrumado. Pedimos desculpas àqueles a quem ofendemos e insinuamos que tinham cometido erros dolosos, nomeadamente, os serviços de fiscalização, porque foi sobre esses que a Comissão pediu o inquérito, Senhora Deputada, eu volto a frisar, chama-se ler língua portuguesa. Se os Senhores Deputados, peço desculpa, se os Senhores Deputados cometeram um erro diferente, cometeram um erro de escrita naquilo que queriam no pedido de parecer do relatório, é algo que eu sou completamente alheio. Eu não estou na 3ª Comissão, não peço, eu só constato o seguinte:-----

----- Os Senhores Deputados queriam chegar a esta altura do campeonato, e queriam chegar com um relatório que dissesse, a Câmara é culpada, o Vereador Manuel Salgado é culpado, o Presidente da Câmara é culpado, e por isso, tem, aqui, uma inspeção que deve levar a estas, e estas conferências. E sabem o que é que têm? Não têm isso. Azar, não tiveram isso. E digo uma coisa, e digo-lhe mais, Senhor Deputado Ricardo Robles, vamos separar as matérias, vamos separar as matérias, porque o Senhor Deputado não tem razão nenhuma quando diz que é mais a tentativa ir à segunda ronda, quer dizer, não, mas o relatório não esclarece o que devia ter

esclarecido, que é como é que o promotor usa indevidamente o espaço público? Senhor Deputado, há uma resposta muito simples, sabe qual é? É que não usa, porque a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara e a Assembleia Municipal deliberaram sobre a regularização da situação que se impunha fazer. A situação que hoje, está a colocada na edificabilidade da Fontes Pereira de Melo que não tem nenhuma origem, e o Senhor Deputado seja rigoroso com aquilo que diz, seja rigoroso com aquilo que diz, não decorre de nenhuma alteração do projeto inicial, nenhuma. Decorre da execução do projeto inicial, devido a um parecer da Direção da Cultura, relativamente ao afastamento do edifício que lá está colocado e, depois, devido a uma colocação de estacas em espaço público, indevida, indevida, fez-se a regularização da situação e não há nenhuma utilização abusiva do espaço do domínio público, aliás, como é do conhecimento desta Assembleia, aprovado em Câmara e pela Assembleia Municipal, que se traduziu pela alienação de uma parcela e pela permuta de uma outra parcela de menor dimensão. -----

----- E por isso, Senhor Deputado, não tente ganhar, hoje, na secretaria aquilo que não ganhou no primeiro debate, aquilo que não ganhou no segundo, aquilo que não ganhou no terceiro, e tenta, agora, ganhar no décimo. É que o Senhor Deputado queria, hoje, chegar aqui, a este debate, no fim desta história, com um debate de uma entidade externa, independente, depois de termos seguido os procedimentos, e que acusasse depois, a Câmara e culpasse a Câmara. Não encontra, não é isso que está escrito. Senhor Deputado, encontre e cite as situações todas que quiser, agora faça o favor, por uma questão de clareza no debate político; cite a conclusão que é a resposta à pergunta que a Comissão fez no inquérito que ela colocou. -----

----- Senhora Presidente, Senhor Deputado, peço desculpa, mas é o seguinte, se o Senhor Deputado cometeu um erro na escrita da pergunta, se o Senhor Deputado queria ter feito outra pergunta diferente, quero dizer o seguinte, venha, aqui, uma inspeção condenar o Vereador Manuel Salgado que deveria tê-lo escrito de outra forma, porque a forma como isso está escrito, não, não, isso é o que o Senhor Deputado tem, e o que o Senhor Deputado queria e não tem. Aliás, vem-se, agora, a saber que aliás, se calhar o Senhor Deputado nem sequer soube escrever bem a pergunta. É que a pergunta que, aqui, está feita não é essa. A pergunta que aqui, está feita é respondida. E a pergunta que aqui, está feita é respondida e diz, não houve responsabilidade. -----

----- Senhor Deputado, olhe, vou-lhe dizer o seguinte, eu faço muita questão neste ponto porque eu debati aqui, este tema muitas vezes, eu nunca me furtei ao debate político sobre esta matéria. E debati aqui, sempre as questões sobre a responsabilidade política e sobre a responsabilidade do executivo, sobre esta matéria, sempre, quando aconteceram os problemas, quando se identificaram os problemas e quando vim, aqui, defender a proposta de solução. E os Senhores Deputados, aliás, se se recordam quem o fez fui eu, não foi o Vereador Manuel Salgado, fui eu que vim, aqui, defender a proposta de solução. E a proposta de solução não há, hoje, ao contrário do que diz o Deputado Ricardo Robles, não há, não está aqui a peça do inquérito que vem explicar como é que há estacas e colocá-las sobre o domínio público por uma simples razão,

porque isso não acontece, porque o projeto está a ser desenvolvido nos termos em que foi aprovado, em termos totalmente regularizados.-----

----- Agora, foi colocada uma pergunta que é saber se tinha havido erros do ponto de vista dos serviços da atuação dos serviços da câmara, e o que a conclusão do inquérito independente diz que é não. Agora, os Senhores Deputados queriam, Senhor Deputado, oiça, então, se calhar, Senhor Deputado Vítor Gonçalves e Senhora Deputada Margarida Saavedra, então, se calhar, há aqui um outro equívoco, é que os Senhores Deputados, neste momento, já querem fazer *outsourcing* na sua função de fiscalização do executivo, é porque estão à espera que venha um relatório da Inspeção do Ordenamento do Território fazer a avaliação política do Executivo da Câmara, que não é a sua função, cumpriram a função nos termos em que lhe foi pedido, e diz que não tem. É esta a conclusão.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra, colocou a seguinte questão: -----

----- “É assim, eu vou fazer dois blocos de perguntas que fiz, aliás, em novembro de 2014, e que me foram insatisfatoriamente respondidas pelo Senhor Vereador Manuel Salgado. Desta vez, tenho a sorte de não serem insatisfatoriamente respondidas pelo simples facto de que ele, nem sequer, cá está. Mas, enfim, certamente que o Senhor Presidente e o Senhor Vice-presidente vão fazer o favor de responder a estas perguntas, mas vou-lhes fazer um pedido pessoal, é que, da próxima vez, aproximem mais os microfones que é para nós podermos ouvir, completamente. Vou prosseguir, então, Senhora Presidente.-----

----- Depois de todas as ocorrências que têm colorido o projeto de construção de um estacionamento subterrâneo no Campo das Cebolas, desde uma petição pública contrária, até um parecer negativo da Assembleia Municipal, a Câmara insistiu na proposta, sabendo, como sabia, que se trata de uma praia com constantes escorrências de chuvas provenientes da Colina do Castelo, onde estava, aliás, um magnífico palmeiral que a Câmara fez desaparecer para sempre. O local é por sua natureza sujeita à imediata liquefação e inundação grave, mas o projeto até previa uma creche em andar superior, ideia absurda que se espera tenha sido, entretanto, abandonada. ----

----- Esta Assembleia, este Parlamento de Lisboa, desde 2014, que não tem qualquer conhecimento concreto do que aí se passa se não agora, vejam bem, passados dois anos de notícias, claramente, encomendadas aos jornais que dão conta de paredes, de muros e de outros locais que são postos à vista e, até, a descoberta de várias embarcações em notável grau de conservação. Pergunta-se, qual é, exatamente, o estado atual da obra? Quando estará terminada a construção do estacionamento espúrio, do anfiteatro de costas para o rio e do ajardinamento prometido e não encontrado? -----

----- Está, finalmente, estabelecido o protocolo, ou o acordo, com a Marinha para partilha ou cedência, total ou parcial, da Doca da Marinha, para exposição de navios históricos e quais serão esses navios? E sob quais critérios são escolhidos? Quando tenciona a Câmara informar, devidamente, a Assembleia do desenvolvimento do processo? Onde e como está a ser salvaguardado o espólio arqueológico encontrado?

Qual a memória do local? Além da fotografia, da medição e depois afasta a rede e destrói. É esta, relativamente ao primeiro tema, o conjunto das perguntas, Senhora Presidente. -----

----- Relativamente ao segundo tema, também da mesma forma, também tivemos uma resposta sucinta do Senhor Vereador, dizendo que não era com ele que tinha a ver, que era com a Frente Tejo. -----

----- A Câmara Municipal e, anteriormente, a Sociedade Frente Tejo procederam a profundas transformações da zona ribeirinha da cidade, nomeadamente, na Ribeira das Naus, sem se acautelar com qualquer consulta à população. É notório que essas transformações tiveram em pouca, ou nenhuma, conta o contexto histórico, preocupando-se só em estabelecer uma estética pseudo moderna, fortemente virada para o turismo, o mesmo tendo ocorrido na parte urbana da Baixa que, por tal efeito caminha, e caminhou, aceleradamente, para a gentrificação. -----

----- É, também evidente um investimento realizado no local em flagrante detrimento do muito necessários apoios de carácter social, nomeadamente, em habitação. Pergunta-se, porque é que continuam sem ser tidas em conta as condicionantes de mobilidade como definidas no Plano de Acessibilidade Pedonal, aprovado por aclamação nesta Assembleia Municipal? Porque é que, como já anteriormente se perguntou, não foram, ainda, instalados pisos estáteis, semaforização acústica, pavimentos de interceção e de atravessamento reguláveis, ou quaisquer outros meios que a tecnologia providencia, para garantir a mobilidade e acessibilidade aprovadas por esta Assembleia? -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Gostava de começar a minha intervenção, dando uma particular palavra de saudação ao Deputado Magalhães Pereira que deve estar a passar uma semana algo difícil, porque com tanta Web Summit e tanto inglês, isso deve-lhe estar a fazer alguma dificuldade nesta semana. Tem compreensão, é um cumprimento simpático, não é nenhum documento da Câmara, mas é a cimeira de Internet, na semana da cimeira da Internet, o Deputado Magalhães Pereira. -----

----- Senhor Deputado, o programa do Campo das está a correr conforme planeado e está a correr com uma característica, está a ser, totalmente, acompanhado, como é normal, em todos os tipos de obra, em particular nesta obra, pelos organismos competentes, em particular, pela Direção-geral do Património Cultural que tem vindo a acompanhar todo o desenvolvimento da obra. Esta obra, aliás, tem uma característica, está-se a desenvolver de uma forma que não é igual a todas as outras, é que todos os seus desenvolvimentos estão disponíveis em vídeo que pode consultar, quer a partir do *site*, creio eu, no site da empresa, certamente, no site da Empresa de Arqueologia, certamente, creio eu, que parte dele já no site da Câmara de Lisboa, e pode acompanhar todos os desenvolvimentos, e faço-lhe chegar esse endereço, onde estão a ser feitos esses levantamentos de todos, está a ser filmado por vídeo, que a própria história do desenvolvimento daquela obra tem interesse e tem relevância. -----

----- Uma das características principais pela qual a obra está a correr bem, é que o projeto do arquiteto João Carrilho da Graça é um projeto de alta qualidade que tinha

incorporado, já no projeto e no futuro desenho da solução, uma parte importante daquilo que estão a ser, as descobertas que se estão a fazer nas escavações, isto é, é evidente que num processo de escavação daquela natureza não se sabe, exatamente, o que se vai encontrar, mas a verdade é que uma parte importante do que se vai encontrar, nomeadamente, da zona de ligação ao rio da zona portuária, estava identificado já que se iria encontrar, encontrou-se e já estava incorporado dentro do projeto. E, por isso, é que tem havido um trabalho muito intenso entre as equipas da obra e a Direção Geral do Património Cultural, tem sido um diálogo intenso, mas tem sido um diálogo que já tem por base um bom trabalho de arquitetura, que já preservou uma parte importante daquelas soluções, no âmbito do próprio projeto. -----

----- No desenvolvimento da obra, está a ser feito, agora, aliás, estão a ser feitas alterações ao projeto de forma a podermos incorporar, ainda, mais vestígios que estão a ser encontrados, na própria obra, na solução final, nomeadamente, relativamente, ao pavimento superior. É um trabalho que tem sido um trabalho de grande exigência, chegaram a estar, na obra, mais de cinquenta arqueólogos em simultâneo para fazerem todo o levantamento de todo o material, toda a separação, todo o catalogamento, para toda a apreciação por parte da DGPC, e o que posso dizer, é que os trabalhos estão a correr bem, e a nossa perspetiva para o fim dos trabalhos, exclusivamente, relativamente ao Campo das Cebolas nessa área no parque, situa-se no primeiro semestre do próximo ano. E dentro daquela obra mais vasta, é provável que partes é provável, não, certamente, que outras partes daquela obra irão terminar mais cedo. -----

----- Por isso, foi concluída, em matéria de calendarização da obra, foi concluída a primeira empreitada, que era a empreitada de escavação, aliás, feita, precisamente, para ser, aqui, nesta primeira empreitada em que havia a parte do trabalho mais intenso de arqueologia, e está, neste momento, em curso a segunda empreitada que tem a ver com a construção do parque de estacionamento, e que tem a ver com os arranjos de superfície da zona do parque, e da zona em frente à Casa dos Bicos. Creio que é isto relativamente ao campo das Cebolas. -----

----- Segunda questão relativamente ao Programa de Acessibilidade Pedonal é um programa que tem andado a bom ritmo, em vários locais da cidade, o Senhor Deputado pode ver já a implantação das novas soluções, de forma, totalmente, exemplar no sentido de ver o conjunto das soluções tem todo o eixo da Alexandre Herculano, todo o eixo da Alexandre Herculano, do ponto de vista do desenvolvimento do programa e está de forma completa, já com os pisos táteis em todas as obras da cidade, eles estão a ser feitos, quer com as guias, quer com os pisos táteis, com os, não sei o nome técnico, na parte final do lancil, e não há nenhuma obra que se faça que não adote exatamente, a mesma solução. -----

----- Relativamente ao piso confortável, da mesma maneira, em todas as obras que estão a decorrer na cidade está a ser utilizado o mesmo pavimento em todas as obras, e já está a ser incorporado a mesma solução relativamente à sinalética, à sinalética acústica nas substituições de vários, peço desculpa, em intervenções nos semáforos da cidade e o caso agora que tenho é o caso de Alexandre Herculano, mas será um projeto alargado e mais zonas. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Sousa (PCP)** no uso da palavra, colocou as seguintes questões:-----

----- “Boa tarde, novamente.-----

----- Só para dizer que não ficámos esclarecidos relativamente à questão do Agrupamento de Escolas do Bairro Padre Cruz, porque não foi respondida esta questão, do parque de estacionamento do centro histórico, ok, está-se à espera de iniciativa privada, então não percebemos porque foi feito um compromisso na reunião descentralizada, não percebemos porque foi feito um compromisso que seria resolvido até ao fim do mandato, que acaba em 2017. Muito bem.-----

----- Relativamente à Feira Popular, também não foi respondida a nossa questão, mas reafirmar que temos, aqui, um parceiro competente e disponível para que este projeto seja, efetivamente, uma boa oportunidade de mais e melhor desenvolvimento local, desta freguesia.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, respondeu o seguinte:-----

----- “Só para referir que, relativamente à Feira Popular, é para nós muito importante manter uma relação muito estreita com toda a comunidade envolvente do projeto da feira, na sua fase de conceção, na sua fase de construção, e depois, também, na sua fase de desenvolvimento e exploração. E é isso que temos feito, começamos, agora, finalmente, a executar a obra, através das demolições, vamos tentar, vamos tentar não, chegaremos a um entendimento relativamente às hortas, assegurando as condições de subsistência daquelas pessoas que dependem da existência das hortas que esperamos nós, aliás, em melhores condições do que aquelas que têm hoje. Encontra-se, também, em fase avançada a realocação do CAC, e desse equipamento, e é assim que queremos prosseguir, passo a passo, em diálogo estreito com a população, com a Junta de Freguesia, naturalmente, para que este projeto seja um projeto verdadeiramente, de todos e, em particular, muito em particular, da comunidade próxima em que este projeto se vai inserir, e isto abrange, obviamente, as fases seguintes, nomeadamente, em matéria do emprego, das matérias que terão a ver com o estacionamento, que terão a ver com as questões de segurança, que terão a ver com as questões do ruído, com tudo o que tem a ver com as várias fases do projeto, tem de haver um envolvimento e uma participação próxima, e é essa a nossa vontade e o nosso compromisso.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente.-----

----- Eu queria informar a Assembleia do seguinte, temos um conjunto de propostas e, algumas delas, a Mesa tem a informação que são urgentes. Eu pedia aos futuros oradores alguma brevidade e, talvez se tivermos de passar um pouco das vinte horas, se estariam de acordo. A Mesa pensa que se fizermos um esforço conjunto conseguiremos fechar a ordem de trabalhos de hoje.-----

----- Então, vamos ao ponto 5 da nossa ordem de trabalhos, que é a apreciação da Proposta nº 477/CM/2016. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Areeiro, não sei se quer usar da palavra? Ou se algum Vereador quer usar da palavra? Alguém quer apresentar a proposta? Ninguém. E o parecer? O parecer que é do Deputado Magalhães Pereira e da Deputada Sofia Oliveira Dias. Algum quer apresentar?” -----

----- **PONTO 5 – APRECIACÃO DA PROPOSTA Nº 477/CM/2016 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DO AREIRO, COM VISTA À IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO SOCIAL “AREIRO POR TI”, NOS BAIRROS DAS OLAIAS E PORTUGAL NOVO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA J) DO Nº 1, DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;** -----

----- (A Proposta nº 477/CM/2016 fica anexada à presente Ata, como Anexo I e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer Conjunto da 1ª Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos, da 5ª Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais e da 6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania, fica anexado à presente Ata, como Anexo II e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra e na qualidade de Relator do Parecer Conjunto, respondeu o seguinte:-----

----- “Estava a dizer, Senhora Presidente, que dadas as circunstâncias do próprio parecer, não há uma recomendação específica e incita no parecer e, como tal, não há que apresentar visto que o parecer fala por si próprio. E não há que votar sobre nenhum ponto em especial, a não ser a própria proposta.-----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito bem, vamos passar à votação. -----

----- Vamos votar a **Proposta nº 477/CM/2016**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. A **Proposta nº 477/CM/2016** foi aprovada por unanimidade.-----

----- Temos, agora, um conjunto de propostas para apreciação conjunta que eu passo a ler, e que são; Propostas **523/CM/2016, 524/CM/2016, 525/CM/2016, 526/CM/2016, 527/CM/2016 e 534/CM/2016**.-----

----- As **Propostas 523/CM/2016, 524/CM/2016, 525/CM/2016 e 526/CM/2016**, não precisam de cabimento porque estão numa fase de repartição de encargos. Tinha-me sido colocada esta questão pelo PEV. Penso que está esclarecido.-----

----- Vamos, então, passar à votação das propostas, uma a uma.” -----

----- **PONTO 6 – APRECIACÃO DO CONJUNTO DE PROPOSTAS DE AUTORIZAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E COMPROMISSOS** -----

PLURIANUAIS ABAIXO INDICADAS, NOS TERMOS DAS MESMAS E AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES CONJUGADAS COM O ARTIGO 24º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL DOS NÚMEROS 1 E 6 DO ARTIGO 22º DO DECRETO-LEI Nº 197/99, DE 8 DE JUNHO, APLICÁVEL POR FORÇA DA ALÍNEA F), DO NÚMERO 14º DO DECRETO-LEI Nº 18/2008, DE 29 DE JANEIRO, E DA ALÍNEA C), DO Nº 1, DO ARTIGO 6º, DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL; 2XGRELHA-BASE – 68 MINUTOS;

----- PONTO 6.1 – APRECIACÃO DA PROPOSTA Nº 523/CM/2016 – ALTERAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E A EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ALTERAÇÃO DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO ÂMBITO DO CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA “REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM LISBOA”;

----- (A Proposta nº 523/CM/2016 fica anexada à presente Ata, como Anexo III e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício** no uso da palavra, continuou:-----

----- “Vamos votar a Proposta nº 523/CM/2016. Não há votos contra, abstenções do PSD, CDS-PP e MPT, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNPN e 6IND. A Proposta nº 523/CM/2016 foi aprovada por maioria.-----

----- PONTO 6.2 – APRECIACÃO DA PROPOSTA Nº 524/CM/2016 – REPARTIÇÃO DO ENCARGO PARA O ANO ECONÓMICO DE 2017, E EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PARA O MESMO ANO, NO ÂMBITO DA ABERTURA DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA A AQUISIÇÃO DE QUARENTA MOTOCICLOS PARA A POLÍCIA MUNICIPAL DE LISBOA;

----- (A Proposta nº 524/CM/2016 fica anexada à presente Ata, como Anexo IV e dela faz parte integrante).-----

----- Vamos votar a Proposta nº 524/CM/2016. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. A Proposta nº 524/CM/2016 foi aprovada por unanimidade.-----

----- PONTO 6.3 – APRECIACÃO DA PROPOSTA Nº 525/CM/2016, PONTO 6 DA PARTE DELIBERATIVA – REPARTIÇÃO DO ENCARGO PARA O ANO ECONÓMICO DE 2017, E EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PARA O MESMO ANO, PARA A AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS LIGEIROS PARA A POLÍCIA MUNICIPAL DE LISBOA;

----- (A Proposta nº 525/CM/2016 fica anexada à presente Ata, como Anexo V e dela faz parte integrante).-----

----- “Vamos votar a **Proposta nº 525/CM/2016**. Não há votos contra, abstenções do PSD, votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. A **Proposta nº 525/CM/2016** foi aprovada por maioria.”-----

----- (O Deputado Municipal Magalhães Pereira referiu que iria entregar uma Declaração de Voto sobre a Proposta nº 525/CM/2016 que, até à data de elaboração da presente ata, nunca foi entregue nos serviços).-----

----- **PONTO 6.4 – APRECIACÃO DA PROPOSTA Nº 526/CM/2016 – REPARTIÇÃO DO ENCARGO PARA O ANO ECONÓMICO DE 2017, E EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PARA O MESMO ANO, PARA A AQUISIÇÃO E MONTAGEM DE DOIS SISTEMAS DE ARMAZENAMENTO AUTOMATIZADO VERTICAL;**-----

----- (A **Proposta nº 526/CM/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo VI** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício** no uso da palavra, continuou:-----

----- “Vamos votar a **Proposta nº 526/CM/2016**. Votos contra do PCP, abstenções do BE e do MPT, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PEV, PAN, PNP e 6IND. A **Proposta nº 526/CM/2016** foi aprovada por maioria.-----

----- **PONTO 6.5 – APRECIACÃO DA PROPOSTA Nº 527/CM/2016, PONTO 7 DA PARTE DELIBERATIVA – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PARA EDIFÍCIOS, INSTALAÇÕES E EVENTOS DO MUNICÍPIO DE LISBOA;**-----

----- (A **Proposta nº 527/CM/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo VII** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício** no uso da palavra, continuou:-----

----- “Vamos votar a **Proposta nº 527/CM/2016**. Não há votos contra, abstenções do PSD, BE e MPT, votos a favor do PS, PCP, CDS-PP, PEV, PAN, PNP e 6IND. A **Proposta nº 527/CM/2016** foi aprovada por maioria.-----

----- **PONTO 6.6 – APRECIACÃO DA PROPOSTA Nº 534/CM/2016 – NOVA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, DESOBSTRUÇÃO, INSPEÇÃO, E REABILITAÇÃO INTERNA DE COLETORES DA REDE DE SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE LISBOA;**-----

----- (A **Proposta nº 534/CM/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício** no uso da palavra, continuou:-----

----- “Vamos votar a **Proposta nº 534/CM/2016**. Não há votos contra, abstenção do BE, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. A **Proposta nº 534/CM/2016** foi aprovada por maioria.-----

----- Passamos, agora, à **Proposta nº 553/CM/2016**. -----

----- **PONTO 6.7 – APRECIACÃO DA PROPOSTA Nº 553/CM/2016, PONTO 7 DA PARTE DELIBERATIVA – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PARA A AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO Nº 005CI2012, PARA A SELEÇÃO DE FORNECEDORES DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS DA CENTRAL DE COMPRAS ELETRÓNICAS DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA E, AINDA, AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA CONSEQUENTES E FUTURAS ASSUNÇÕES DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS;**-----

----- (A **Proposta nº 553/CM/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo IX** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício** no uso da palavra, continuou:-----

----- “Vamos votar a **Proposta nº 553/CM/2016**. Não há votos contra, abstenções do PSD e do MPT, votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, PNPN e 6IND. A **Proposta nº 553/CM/2016** foi aprovada por maioria.-----

----- Passamos, agora, à **Proposta nº 609/CM/2016**. -----

----- **PONTO 6.8 – APRECIACÃO DA PROPOSTA Nº 609/CM/2016, PONTO 7 DA PARTE DELIBERATIVA – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES PARA O MUNICÍPIO DE LIBOA, BEM COMO A AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA CONSEQUENTES E FUTURAS ASSUNÇÕES DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS;**-----

----- (A **Proposta nº 609/CM/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo X** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício** no uso da palavra, continuou:-----

----- “Nesta proposta existe um lapso material que, damos os parabéns ao Senhor Deputado Sobreda Antunes, há um desfasamento de 0,01 cêntimos. De forma que o quadro terá de ser corrigido, mas está em condições de ser votada a proposta.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra, referiu o seguinte: --

----- “Há um erro na proposta, foi arredondado, portanto, não há nenhuma necessidade de estarmos a fazer uma votação condicionada porque se trata de um erro material, é uma soma que quando se fez o arredondamento, há uma centésima que se perdeu. Portanto, é só corrigir o que lá está porque, somar parcela a parcela dá isso mesmo. Portanto, não faz sentido fazer uma votação condicionada.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício** no uso da palavra, continuou:-----

----- “Deixo à consideração pela Mesa se estará em condições de ser votada já hoje... -

----- Vamos votar a **Proposta nº 609/CM/2016**. Não há votos contra, abstenção do PSD, votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. A **Proposta nº 609/CM/2016** foi **aprovada por maioria**.-----
----- Estão encerrados os nossos trabalhos. -----
---- Uma boa noite a todos.”-----
----- A sessão terminou, eram vinte horas e cinco minutos. -----
----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----
-----A PRESIDENTE -----